



Iuri Tonelo

O conceito de crise em Marx e a época imperialista

CAMPINAS

2014



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

IURI TONELO

O CONCEITO DE CRISE EM MARX E A ÉPOCA IMPERIALISTA

ORIENTADOR: RICARDO ANTUNES

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE A VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO IURI TONELO E ORIENTADA PELO PROF. DR. RICARDO LUIZ COLTRO ANTUNES

CAMPINAS 2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

T612c Tonelo, Iuri, 1988-
O conceito de crise em Marx e a época imperialista / Iuri Tonelo. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Crise econômica. 3. Imperialismo. 4. Guerra Mundial - 1914-1918. I. Antunes, Ricardo, 1953-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Marx's concept of crisis and the imperialist epoch

Palavras-chave em inglês:

Economic crisis

imperialism

World War - 1914-1918

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora:

Ricardo Luiz Coltro Antunes [Orientador]

Virginia Maria Gomes de Mattos Fontes

José Dari Krein

Data de defesa: 25-11-2014

Programa de Pós-Graduação: Sociologia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 25 de novembro de 2014, considerou o candidato IURI TONELO aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes

A blue ink signature of Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes is written over two horizontal lines.

Prof. Dr. José Dari Krein

A blue ink signature of Prof. Dr. José Dari Krein is written over two horizontal lines.

Profa. Dra. Virgínia Maria Gomes de Mattos
Fontes

A blue ink signature of Profa. Dra. Virgínia Maria Gomes de Mattos is written over two horizontal lines.

RESUMO

Este trabalho teve como ponto de partida a pesquisa sobre o conceito de crise capitalista no pensamento de Karl Marx, em que centramos o estudo na obra *O capital* (particularmente livros primeiro, segundo e terceiro). A partir disso, o estudo tinha por finalidade traçar um paralelo entre o conceito de crise em Marx com as elaborações posteriores à (obra) *O Capital*, que dialogavam diretamente com ela, a fim de demonstrar que existe uma *continuidade teórica* entre o pensamento de Marx e de alguns de seus sucessores, particularmente da geração marxista russa que elaborou sobre o tema nas duas primeiras décadas do século XX – levando em conta que essa continuidade teórica não se apresentou como uma reprodução dogmática das teses de Marx, mas como desenvolvimento das tendências que se apresentavam na obra de 1867, que ganharam forma histórica particularmente na virada do século XX, com o advento do imperialismo como época. Para concretizar essa análise, fizemos um breve estudo das conclusões da primeira investigação à luz de um fenômeno político expressivo dessa época, a Primeira Guerra Mundial, buscando efetivar uma leitura desse fenômeno à luz da teoria econômica e social do marxismo, em particular relacionando-o com a problemática da crise capitalista. O intuito conclusivo, portanto, visava concretizar esses dois objetivos de: a) sistematizar uma leitura da crise em Marx e b) demonstrar sua continuidade teórica no marxismo do século XX à luz de um acontecimento histórico, a Guerra Mundial, de modo a contribuir com os estudos do tema e em particular oferecer uma leitura que permita aprofundar a relação entre *O Capital* e estudos posteriores.

Palavras-chave: Karl Marx; crise econômica; imperialismo; guerra mundial.

ABSTRACT

This paper has as its point of departure the research about the concept of capitalist crisis in the thought of Karl Marx, in whose main work, *The Capital*, we focus the study (particularly books first, second and third). The study had in its purpose trace a parallel between the concept of crisis in Marx with elaborations after *The Capital*, dialoguing directly with this work, with the object of demonstrating the existence of a theoretical continuity between Marx's thought and some of his successors, mainly the generation of russian marxists which elaborated the theme in the first two decades of the twentieth century - taking into account that this theoretical continuity didn't present itself as a dogmatic reproduction of Marx's theses, but as a development of the tendencies appeared in the 1867 work, gaining historical form particularly in the turn of the twentieth century with the advent of imperialism as a capitalist epoch. To turn the analysis concrete, we made a brief study of the conclusions in the first inquiry in the light of an expressive political phenomenon of the epoch, the First World War, trying to present its interpretation in light of the economic e social theory of marxism, relating with the problematic of capitalist crisis. In conclusion, our intention was to: a) to systematize an interpretation of crisis in Marx and b) to demonstrate its theoretical continuity in twentieth century marxism in light of a historical event, the First World War, contributing with the studies over this theme, offering a reading which allows a penetrating comprehension of the relation between *The Capital* and further studies.

Key-words: Karl Marx; economic crisis; imperialism; world war.

SUMÁRIO

<i><u>Introdução</u></i>	<i><u>1</u></i>
<i><u>2 Aspectos fundamentais da crise capitalista em Karl Marx</u></i>	<i><u>19</u></i>
2.1 Teoria da alienação e o fetichismo da mercadoria	22
2.2 O dinheiro e suas crises	31
2.3 Do fetiche à produção da mais-valia	39
2.4 O capital: constante e variável.....	42
2.5 Jogo de forças da exploração e a crise social.....	44
2.6 As máquinas e a perturbação do sistema.....	48
2.7 A lei geral da acumulação capitalista	51
2.8 Os ciclos de reprodução do capital	53
2.9 O processo global de produção e reprodução capitalista	58
2.10 O capital mercantil e o sistema de crédito como expressões da tendência geral da crise capitalista	62
<i><u>3 A “teoria financeira” de Marx e o advento do imperialismo como época</u></i>	<i><u>67</u></i>
3.1 Adentrando a esfera da circulação em <i>O Capital</i>	67
3.2 O erro teórico na interpretação do capital mercantil.....	72
3.3 O lucro do empresário e o capital portador de juros	75
3.4 O capital fictício: o real e o virtual no movimento econômico.....	78
3.5 A assim chamada “crise financeira”.....	82
3.6 Debates sobre a crise em Marx isolados dos avanços posteriores.....	86
3.7 O legado de Marx como antecipador ao advento do imperialismo.....	89
3.8 Debates na geração pós- <i>O Capital</i> sobre compreensão do imperialismo	91

3.9 A generalização da crise: o imperialismo.....	94
<u>4 A crise em suas consequências drásticas: violência, repressão estatal e guerra imperialista</u>	<u>101</u>
4.1 “Acumulação primitiva (originária)”, acumulação capitalista, violência e a guerra.....	102
4.2 As “formas” da crise e o <i>equilíbrio instável</i> do capitalismo	111
4.3 Crise econômica, regime político e conflito interestatal	114
4.4 As apreciações do fenômeno da Primeira Guerra Mundial	119
4.5 Conclusões da análise da guerra para a reflexão da crise do ponto de vista marxista.....	128
<u>5 Conclusão</u>	<u>133</u>
5.1 Superprodução e sobreacumulação.....	134
5.2 A lei da queda tendencial da taxa de lucro	137
5.3 A concorrência e a crise financeira: o duplo aspecto dessa forma da crise.....	138
5.4 A crise <i>social-produtiva</i> : o lugar da luta de classes na <i>teoria das crises</i>	142
5.5 A crise e a guerra: marxismo como ciência integral	144
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>147</u>

Dedico este trabalho aos meus camaradas e amigos, com os quais compartilho sonhos e visões de mundo e à juventude e aos trabalhadores que começaram a mudar o mundo com suas lutas após a crise econômica de 2008. Também dedico à *Regina*, pela cumplicidade, e a meu querido *Vile*, “farol e faroleiro e mais ninguém”.

“O exame do conhecimento não pode ser feito de outra maneira a não ser *conhecendo*; no caso deste assim-chamado instrumento, examinar significa o mesmo que conhecê-lo. Ora, querer conhecer *antes* que se conheça é tão absurdo quanto o sábio projeto daquele escolástico, de aprender a nadar antes de arriscar-se na água.”

G. W. F. Hegel – A Ciência da Lógica

“Quem pode comprar a valentia é valente, ainda que seja covarde. Como o dinheiro não se permuta por uma qualidade determinada, por uma coisa determinada, por forças essenciais humanas, mas sim pela totalidade do mundo objetivo humano e natural, ele permuta, portanto – considerado do ponto de vista do seu possuidor –, cada qualidade por outra – inclusive atributo e objeto contraditórios para ele; ele é a confraternização das impossibilidades, obriga os contraditórios a se beijarem.”

Karl Marx – Manuscritos econômico-filosóficos

Introdução

I – O debate sobre o conceito de crise em Marx e a época imperialista (nosso objeto de estudo) tem sido um tema muito debatido em distintos aspectos e com distintas consequências. Em particular o estudo do conceito de crise já valeria uma longa sistematização no século XX das diversas vertentes que trabalharam com o conceito. Nesse sentido, antes de adentrar nosso objeto, gostaríamos de apresentar brevemente uma parte desse debate, como forma de localizar os principais estudos sobre o tema geral (o conceito de crise) e em seguida partir para o nosso objeto propriamente dito.

A análise do conceito de crise em Marx, em particular em sua faceta econômica, é razoavelmente extensa (especialmente no século XX), entre autores marxistas e críticos do marxismo. Pode-se dizer que um entre os principais fatores para as amplas controvérsias em torno da obra de 1867 de Marx está na contradição entre o plano original para a obra e sua realização prática (produção e publicação)¹.

A “incompletude” é tema de controvérsias, especialmente se observarmos que a exposição de *O Capital* não se deu apenas uma vez e que nos planos principais da obra, a temática da *crise*, em sua análise profunda e sistemática, ficou relegada apenas à idealização inicial.

Segundo a análise de Roman Rosdolsky (ROSDOLSKY, 2001, p. 27), pode-se falar em dois planos fundamentais para a exposição dessa obra de Marx (embora possamos falar de variadas reflexões e mudanças de plano de uma maneira mais ampla): os dois planos trabalhados pelo autor estão nos anos de 1857 e 1866.

Na proposta inicial (1857), Marx teria o projeto global para *O Capital* exposto em seis livros (seções) distintos, a saber: 1- Capital; 2- Renda da terra; 3- Trabalho assalariado; 4- Estado; 5- Comércio exterior e 6- mercado mundial e as crises, conforme a estrutura elaborada em 1857 nos *Grundrisse*². Já em 1866, em sua carta a Kugelmann de 13

¹ Como é sabido, apenas o livro primeiro de *O Capital*, *O Processo de Produção Capitalista*, foi publicado com a supervisão de Marx. Os livros segundo e terceiro foram compilados, ajustados e publicados por Engels, e o chamado livro quarto, conhecido como *Teorias da Mais-Valia*, ficou sob supervisão de Karl Kautsky.

² Ver Roman Rosdolsky (2001), conforme citação que segue.

de outubro, Marx divide *O Capital* em quatro partes, a saber: 1- O processo de produção do capital; 2- O processo de circulação do capital; 3- Forma do processo como um todo e 4- Contribuição à História da Teoria Econômica, que, com uma mudança de termos, trata-se da estrutura final da obra de Marx.

Assim, aponta Rosdolsky (2001, p. 27):

No plano de 1857, o conjunto da obra estava dividido em seis “livros” (ou “seções” ou “capítulos”). O primeiro deveria versar sobre o capital; o segundo, sobre a propriedade da terra; o terceiro, sobre o trabalho assalariado; o quarto, sobre o Estado; o quinto, sobre o comércio exterior; o sexto, sobre o mercado mundial e as crises. Além disso, Marx pretendia redigir uma introdução que explicitaria “as determinações gerais e abstratas que estão presentes, em grau maior ou menor, em todas as sociedades”. Mas, já em fins de 1858, ele desistiu de fazer essa introdução, pois considerava ruim “antecipar resultados que deveriam ser demonstrados.

A importância da questão reside em que, em primeiro lugar, questiona-se se os livros sobre a renda da terra e trabalho assalariado estariam incorporados no plano final de Marx³. Entretanto, é mais consensual que os livros quarto, quinto e sexto do plano original, a saber, sobre Estado, comércio exterior e mercado mundial e as crises, não foram sequer esboçados por Marx de maneira sistemática, tendo algumas pistas traduzidas ao longo dos volumes publicados de sua obra. Em nosso entender, a mudança de plano não tirou a fundamentação essencial de Marx para a construção de *O Capital* e expressam em realidade um “aperfeiçoamento” da exposição do que de “contradições insolúveis” Marx não conseguira resolver⁴.

³ Ao nosso juízo, em seus traços mais fundamentais, a temática sobre a renda da terra está incluída no livro terceiro e a do trabalho assalariado no livro primeiro.

⁴ “O modelo de trabalho havia prestado seus serviços, podendo ser abandonado na etapa seguinte da investigação, sem que isso produzisse nenhuma modificação fundamental nos resultados já alcançados. Podiam ser abandonados os livros previstos para tratar especificamente da propriedade da terra e do trabalho

Nesse sentido, embora tendo conhecido os planos de Marx e tendo ficado claro para nós que esse pensador jamais teorizou sistematicamente sobre mercado mundial e as crises – conforme pretendia –, no que tange à questão da crise econômica e social é mister que busquemos estabelecer a relação entre os diferentes tomos da obra de Marx, a fim de demonstrar que a partir de seu método e de sua construção teórica, portanto ligando a teoria do valor com a problemática da queda tendencial da taxa de lucro e o sistema de crédito, é possível delinear mais claramente sua teoria da derrocada capitalista, em seus aspectos econômicos e sociais. Afinal, a falta de uma análise global e de se buscar as fundamentações no plano metodológico da obra de Marx levaram a algumas confusões e críticas teóricas ao livro, que baseavam-se em enxergar uma contradição interna entre os volumes.

Entre os representantes mais notáveis de tais críticas, chamamos a atenção para a crítica de Eugen von Böhm-Bawerk em seu livro *Karl Marx and the Close of His System*, o economista austríaco busca demonstrar que as influências metafísicas da dialética hegeliana teriam levado Marx a construir uma teoria do valor abstrata, que baseava-se em determinar a riqueza a partir do “capital variável”, que contrastaria claramente com “a realidade dos fatos”, uma vez que no plano empírico a taxa de lucro não estava em relação proporcional com o dispêndio de capital na sua forma capital variável:

Na vida cotidiana, o lucro do capital é proporcional ao *total* de capital investido; e, grandemente em virtude disto, as mercadorias não se trocam, de fato, proporcionalmente à quantidade de trabalho incorporado nelas. Aqui, portanto, havia uma contradição entre sistema e fato que dificilmente parecia admitir uma explicação satisfatória (BÖHM-BAWERK, 1984, p. 4, tradução nossa).

assalariado, assuntos cujas partes essenciais se incorporariam à nova obra, que só tratava do ‘capital’.” (ROSDOLSKY, 2001, p. 59).

Nesse sentido, segundo Böhm-Bawerk, Marx teria dito que solucionaria a questão em seu volume terceiro, mas, ao contrário do que seus sucessores insistiam em negar, a teoria do valor de Marx era claramente contraditória.

Outros expoentes desse mesmo pensamento, buscando fazer um estudo mais profundo do livro terceiro de *O Capital* a fim de demonstrar suas contradições, mas mantendo argumentos essenciais de Böhm-Bawerk, continuaram sua polêmica. Entre representantes mais renomados, poderíamos citar o texto de Ladislaus von Bortkiewicz, em seu texto *On the Correction of Marx's Fundamental Theoretical Construction in the Third Volume of Capital* (BORTKIEWICZ, 1949). Entre os argumentos gerais, Bortkiewicz enfatiza a problemática da passagem do valor ao preço, buscando a demonstração na discussão entre a regulação média da taxa de lucro entre a classe capitalista na sua contraposição também ao explicitado no *Processo de produção do capital*.

Entretanto, nos parece que tais análises estão fundadas em contradições fundamentais cuja explicação nos ajuda a compreender mais profundamente a discussão de *crise* (especialmente a econômica) em Marx. Na análise do valor, na obra de 1867, buscava-se fundamentar as bases da exploração capitalista na esfera da produção. As determinações da redistribuição capitalista, expressas no livro terceiro, (relacionando capital produtivo, comercial, financeiro e renda da terra) da massa de mais-valia produzida em determinado ramo produtivo, de modo que a composição orgânica do capital não seja determinante na aparência empírica dos fenômenos econômicos, em nada contrapõe a teoria do valor expressa no livro primeiro, mas em realidade apenas a fundamenta, uma vez que Marx deixou claro que sua análise partia do valor como determinante e ganharia uma série de determinações no processo global da produção capitalista, não modificando a essência das leis da mais-valia como regentes do processo.

Conforme aponta Ernest Mandel (1985, p 29, tradução nossa):

É certo que, segundo Marx e Engels, os capitalistas não trocam as mercadorias que possuem em função de seu valor, enquanto que, sob a produção de mercadorias em pequena escala, o intercâmbio de mercadorias se baseia, grosso modo, em seu valor. Mas daí não se segue,

de nenhuma maneira, que o livro primeiro, que supõe o intercâmbio de mercadorias de acordo com seu valor, se atenha ao intercâmbio e à produção de mercadorias pré-capitalistas, e que somente no livro terceiro se comece a examinar o que é a circulação capitalista de mercadorias. Pelo contrário, Marx faz abstração do problema da redistribuição da mais-valia entre os capitalistas competidores – ou seja, o problema da nivelção da taxa de lucro – no livro primeiro precisamente para isolar e demonstrar as leis da produção *capitalista* de mercadorias e sua circulação em sua forma mais “pura” e fundamental.

II – Um dos aspectos relacionados à questão do conceito de crise que mais foi desenvolvido pela geração posterior a Marx e Engels, especialmente localizada na tradição alemã e russa do pensamento marxista, foi de analisar as tendências de conflitos interestatais explosivos (que culminariam na guerra de 1914), especialmente advindos da pressão econômica pela necessidade de valorização e busca de novos nichos capitalistas. A ênfase colocada estava na dinâmica concreta do capitalismo em desenvolver o capital financeiro como hegemônico no desenvolvimento da valorização de capital, que iria à busca de novos mercados produtivos até novos nichos de especulação financeira, ampliando as formas de dominação e exploração da mais-valia pelas diversas potências.

Um dos primeiros livros a abordar essa questão de maneira mais enfática foi o do economista alemão Rudolf Hilferding. Em sua obra clássica, *O Capital Financeiro*, de 1910, define essa forma de capital conforme escreve a seguir:

Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. (HILFERDING, 1985, p. 219).

A partir daí, sob diferentes leituras, a análise do capital financeiro e sua expressão em uma “fase superior do capitalismo” (conforme as palavras de Lênin) tornou-se tema chave e constitutivo para o desenvolvimento do marxismo nessa geração⁵.

No que tange ao conteúdo exposto, entrelaçam-se dois fatores fundamentais para aprofundar a reflexão em torno da problemática de Marx sobre as crises: do ponto de vista econômico, ressalta-se que o desenvolvimento da fase capitalista coloca um imperativo ao desenvolvimento teórico para a dialética entre concorrência e monopólio. Isso ocorre de modo que a concentração de capitais afirma-se dinamicamente, sem perder de vista a competição, que se torna igualmente acirrada – o que desenvolve, por outras vias e de maneira profunda, as teses de Marx sobre o aumento da produtividade como solução para a crise econômica, mas que traz consigo o aumento da composição orgânica e, de um ponto de vista global, uma queda tendencial da taxa de lucro.

Em outro sentido, de um ponto de vista social, o imperialismo combina o desenvolver do capital (em suas diversas formas) no mundo colonial e semicolonial (de países com independência política formal, mas dependência econômica) na mesma medida que vai configurando a dominação das potências imperialistas – de modo que as contradições sociais que desenvolviam tendências internas agressivas – começam a se generalizar mundialmente; ademais, a partir do desenvolvimento desigual do capitalismo na escala internacional, acirram a divisão internacional do trabalho, aprofundando condições de crises sociais nos diversos países do globo.

Assim, J. Hobson foi um dos primeiros *intérpretes* desse fenômeno do imperialismo, que vai ser de fundamental importância para se compreender o desenvolvimento da leitura da crise nessa nova etapa do desenvolvimento econômico, pensada em nível internacional.

⁵ Assim, em 1912, Rosa Luxemburgo publicaria sua obra prima, *A Acumulação de Capital*, consagrada análise dos ciclos do processo de reprodução ampliada do capital, em que a temática do imperialismo é recorrente e desenvolvida. Nicolai Bukharin, conhecido dirigente do partido bolchevique, escreveria entre 1915-1917 a importante obra *Imperialismo e Economia Mundial*; por fim, dentro desse quadro, não poderíamos deixar de notar a obra de Lênin de 1916, *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, como uma das mais importantes contribuições para essa reflexão.

Conforme aponta a leitura histórica desse fenômeno pelo economista Eduardo Mariuti (2003, p. 148):

No período imediatamente posterior a 1870, a tensão entre as potências coloniais ganhou um novo fôlego, fator que elevou os custos com a defesa das possessões. Ao lado deste custo adicional, Hobson alega que, nas últimas décadas do século XIX, o comércio da Grã-Bretanha com as suas colônias declinou com relação ao seu comércio com o restante do mundo. Além disto, ele sugere que as novas colônias conquistadas na África e na Ásia não estavam atraindo colonizadores em número suficiente para compensar os custos de ocupação e defesa. Frente a este quadro, a questão é inevitável: se o comércio colonial estava em declínio relativo e as novas possessões não eram tão atrativas, como explicar o acirramento da rivalidade intraeuropeia? Hobson, ao responder esta questão, simultaneamente, reforça a tese do subconsumo: a intensificação da luta política entre as potências europeias deriva principalmente do excesso de capitais, os quais tinham de ser investidos de forma politicamente segura no ultramar.

III – É a partir da obra *A Lei da Acumulação e da Derrocada do Sistema Capitalista* (1929), de Henryk Grossman, que se retoma com força o estudo sobre a obra de Marx, especialmente de seus ciclos reprodutivos e da acumulação de capital, para demonstrar na obra do autor de *O Capital* o jogo entre as tendências econômicas da derrocada do modo de produção capitalista e as forças contrárias que operam no sentido do restabelecimento do padrão de acumulação do capital.

O que é chave para nós aqui é a própria construção teórica que enfatiza em Marx uma teoria econômica que constrói as tendências incontornáveis para superação do capitalismo. Embora se possa falar em algum grau de determinismo, Grossman, em *O Capital*, busca demonstrar a força da lei da queda decrescente da taxa de lucro, a despeito das contratendências. Assim escreve:

Marx sustenta, portanto, que as *forças centrípetas da acumulação conduziriam a produção capitalista à derrocada* se junto a estas tendências da acumulação não atuassem outras tendências contrárias. Contudo, a verificação da existência de tendências contrárias não traz consigo a abolição do efeito da tendência originária à derrocada; esta não deixa de existir por isso; de tal modo simplesmente se explica o motivo pelo qual dita tendência à derrocada não se impõe “rapidamente”. Negar que este seja o conteúdo das expressões de Marx, implica desvirtuar o sentido de seus termos, os quais são por demais precisos (GROSSMAN, 1979, p. 54).

Em base aos trabalhos de Grossman, a questão da crise a partir das tendências econômicas voltaram à cena com força; não apenas no sentido de proporcionarem uma abordagem enfática do aspecto econômico, mas de extrapolar o sentido das tendências no pensamento de Marx e tomar a economia como uma *esquemática de leis*, de modo a fornecer interpretações do que ficou conhecido posteriormente como “catastrofismo”, a saber, a tendência a analisar o capitalismo em franca bancarrota indeclinável apenas em seu movimento econômico.

Ainda que não possamos deixar de reconhecer o importante estudo de Grossman em busca da “teoria do colapso”, tal perspectiva contrasta com a que buscamos abordar, de relacionar mais diretamente a ideia de crise com seus aspectos sociais e políticos (ou mesmo militares, no caso extremo da consequência de uma guerra). Podemos citar expressões contraditórias a essa tendência: dentre distintos estudos, destacamos especialmente o célebre texto de Louis Althusser, de 1965, intitulado *Ler o Capital* (em que Althusser partia da crítica às leituras economicistas, historicistas e filosófico-idealistas de *O Capital*). A ênfase em combater determinadas abordagens “metodológicas” da leitura do livro, no entanto, invabilizou que Althusser aprofundasse a reflexão no movimento concreto de crise capitalista que culminaria especialmente nos anos ’70 (com a crise do petróleo em 1973) e anos sucessivos (ALTHUSSER, 1979). Seu discípulo, Nicos Poulantzas também se aventurou, pouco tempo depois, a escrever algumas notas sobre *O*

Capital, em seu texto *En Partant du Capital*, de 1968, em que busca também combater as interpretações historicistas e economicistas, mas, seguindo o combate de Althusser, centra suas análises em torno do debate filosófico (POULANTZAS, 1987).

Em certo sentido, abria-se caminho para se compreender em Marx o poder da crise econômica, como condicionante do elemento social a partir de sua queda tendência da taxa de lucro: são as conhecidas “teorias da derrocada”.

Isso se ligaria de modo indissolúvel à própria tendência econômica da crise cíclica da superprodução: conforme o avanço da força do capital monopolista, as tendências especulativas aparecerão como tendências irrefreáveis e podem enganar a análise econômica superficial, em que ganhariam papel determinante.

É um dos temas sobre os quais se debruça também Mandel em seu texto *A Formação Econômica do Pensamento de Marx*, que pela força da ligação que estabelece entre a teoria da alienação do jovem Marx com sua teoria econômica das crises aparece como uma das obras sucessoras aos estudos de Grossman, no sentido de conseguirem oferecer uma “perspectiva do conjunto” na obra de Marx. Nela, enfatizando a problemática da crise, escreve Mandel (1978, p.98):

Mas como a prosperidade é acompanhada de uma especulação cada vez mais desenfreada, parece ser a especulação e não a superprodução, a causa da crise. Marx e Engels retificam, a este propósito, a impressão superficial e insistem no fato de a crise ser sempre, em última análise, crise de superprodução.

Ainda nos anos 1970, apenas a título de ilustração, valeria ainda retomar outra análise (que se tornara conceitualmente “famosa” nos estudos), que partia da questão da problemática da superpopulação e exército industrial de reserva como elemento de contradição social: caberia notar a análise de Fine e Harris do período (final dos anos 1970), que são categóricos em considerá-las como teorias do “subconsumismo” e ligá-las a

versões reformistas ou mesmo keynesianas de análise econômica (FINE e HARRIS, 1981, p. 57-85)⁶.

Esse debate é especialmente importante para nós porque demonstra como esses pensadores, contundentes em sua análise da derrocada, expressam com força uma interpretação de Marx bastante vinculada a sua análise da crise econômica. Entretanto, o elemento da luta de classes não se perde completamente, sendo antes um componente desse sistema. Desde aí podemos entender a crise em Marx como um movimento material (econômico) inalienável, que se expressa na combinação entre *queda tendencial da taxa de lucro e crise de superprodução*.

IV – Após os movimentos econômicos nos anos '80, com o avanço da reestruturação produtiva e da metamorfose operada no mundo do trabalho, muitos questionamentos em torno das categorias fundantes da obra de Marx ganharam força, questionando-se a relevância da esfera produtiva, a ideia de classe social, e mesmo a própria ideia de sociedade baseada no trabalho. Nesse sentido, o que poderia significar o fim da discussão sobre a crise capitalista para uns, em realidade revelou um adensamento dessa ideia (da inevitabilidade da crise) para muitos autores.

Um dos primeiros a manifestar que as contradições no mundo capitalista teriam se acirrado nesse momento, que ganharam uma conotação estrutural e intransponível, foi o filósofo húngaro István Mészáros: a crise social ganharia cada vez mais relevância, com Mészáros dando base para esse movimento de investigação em Marx sobre a “irrefreabilidade do capital” (MÉSZÁROS, 2009, p. 221) e de sua dinâmica destrutiva. Precisamente nesse momento, como fruto do desenvolvimento da dinâmica destrutiva do capital, se aguda em pauta um debate sobre a dinâmica destrutiva das “condições naturais” da sociabilidade, da natureza orgânica e inorgânica.

Mészáros afirma no seu livro *Para Além do Capital* que a crise que vivemos hoje é *histórica* e, diferente das demais crises do passado, que podiam objetivamente ser

⁶ Aqui podemos observar, dentro da pesquisa sobre as leis que regem a determinação da crise capitalista, que o aspecto econômico prevalece mais uma vez. Para nós, trata-se aqui de uma das últimas expressões da análise mais enfaticamente econômica, pois expressam todas as contradições do capitalismo na década de 1970, especialmente na crise do petróleo em 1973 e 1979. A partir daqui podemos entrar na fase mais contemporânea das análises sobre a crise, quando o aspecto social da análise da crise em Marx ganhará bastante relevância.

resolvidas, ela é *estrutural*, à medida que implica em contradições de uma qualidade superior. Nesse sentido, a novidade dessa crise se manifestaria em quatro aspectos: primeiramente, trata-se de uma crise de caráter *universal*, ou seja, ela não se manifesta em um *locus* particular (comercial, financeira ou em um determinado ramo específico da economia), mas atinge todo um complexo econômico imbricado. Segundo, o alcance dessa crise agora é *global*, uma vez que não se trata mais de uma ou outra parte do planeta que vive contradições econômicas, mas atinge o conjunto inteiro dos países no sentido mais amplo possível. Terceiro, a crise estrutural é uma crise “permanente”, em que sua escala de tempo será extensa. Por fim, retomando o último ponto, Mészáros afirma que esta crise, diferente das demais crises cíclicas, não se manifestará em erupções ou colapsos espetaculares, mas será uma crise “rastejante”, deixando os momentos dramáticos para o futuro, em seu contínuo desdobramento.

A lógica destrutiva da crise atual chegou mesmo a traduzir na ideia de “barbárie”, militar-imperialista, como suposta expressão da crise estrutural, conforme escreve:

não é exagero afirmar – tendo em vista também o antes inimaginável poder destrutivo dos armamentos acumulados ao longo da segunda metade do século XX – que entramos na *fase mais perigosa do imperialismo em toda história*; pois o que está em jogo hoje não é o controle de uma região particular do planeta, não importando o seu tamanho, nem a sua condição desfavorável, por continuar tolerando as ações independentes de alguns adversários, mas o controle de sua *totalidade* por uma superpotência econômica e militar hegemônica, com todos os meios – incluindo os mais extremamente autoritários e violentos meios militares – a sua disposição (MÉSZÁROS, 2003, p. 53-54).

Mészáros ainda relaciona essa questão da importância que ganha a forma hegemônica imperialista no mundo contemporâneo com o lugar da economia das grandes potências em evitar os desdobramentos de novas crises. Nesse sentido, inaugura uma outra

forma de pensar o conceito de crise econômica de Marx, num desenvolvimento criativo e imanente da lógica do pensador alemão, observando, no que tange à rotação do capital, a capacidade que países como os Estados Unidos teriam de conseguir *realizar* um *quantum* maior de mercadorias em um tempo menor, diminuindo a importância temporal da utilidade das mercadorias, que ele chama de lei da taxa decrescente do valor de uso, conforme escreve:

[...] enquanto a taxa decrescente pode intensificar lucrativamente, ou melhor, multiplicar o número de transações no círculo já dado, não há razão alguma para se correr o risco de “ampliar a periferia de circulação”. Consequentemente, vastas porções da população podem ser seguramente ignoradas pelos desdobramentos capitalistas, mesmo nos países “avançados”, para não mencionar o resto do mundo mantido no subdesenvolvimento forçado. Além disso, a *complementariedade* da contínua extorsão de mais-valia absoluta com grandes ou pequenos avanços produtivos assegura que, ao se tornar necessário ampliar o círculo de consumo nos países capitalistas ocidentais, o capital seja bem compensado por isso não tenha que se defrontar com as consequências potencialmente mais destrutivas da taxa decrescente de lucro, já que elas são eficazmente deslocadas não apenas por práticas monopolistas, mas também pela operação da taxa de utilização decrescente combinada com o mecanismo brutal de exploração de mais-valia absoluta (MÉSZÁROS, 2002, p. 684).

Talvez, conjuntamente a Istvan Mészáros, uma entre as vozes mais conhecidas a buscar explicações abrangentes ao fenômeno da crise seja a do geógrafo e economista britânico David Harvey. Aderindo “tardamente” à análise marxista, sua formação como geógrafo possibilitou enxergar o fenômeno atual da crise através do prisma da conexão entre a geografia e a economia. Assim, em entrevista no ano passado, quando do lançamento de seu livro *O Enigma do Capital*, em que sintetiza uma “teoria das crises”, comentou Harvey (2012):

Uma das ideias que eu considero mais importantes neste livro é que as crises do capitalismo não são resolvidas, mas se movem. Desde 2007-2008, ela se moveu em dois sentidos: foi deslocada geograficamente e deslocada de setor. A crise eclodiu nos Estados Unidos e agora tem seu ponto de ebulição na Europa. Ao mesmo tempo em que muda seus epicentros, a crise muda sua natureza, passando de um problema inicialmente do setor imobiliário para um problema financeiro, que por sua vez se transforma em um problema de déficits estatais, que por sua vez resultam em novas crises financeiras. Isso sugere que há um problema subjacente à crise. Ela tem raízes mais profundas, no problema do crescimento econômico perpétuo. É o que Marx chamava de inevitabilidade da acumulação pela acumulação e como essa acumulação perpétua pode ser resolvida.

Dessa forma, pensando a problemática desse projeto, a análise de Harvey contribui bastante para ultrapassar uma análise empírico-causal, que busca entender a crise não enquanto um fenômeno econômico isolado e estático, mas sim uma perturbação socioeconômica que pode encontrar um dinamismo em seu desdobramento, tanto no que se refere ao seu *locus* (seu lugar/país de gênese) quanto ao seu *meio* (a esfera social em que se insere), que Harvey relaciona à esfera financeira e Estatal, mas poderíamos inclusive sociologicamente pensar mais globalmente o deslocamento das crises até para complexos sociais diversos, instituições e, até mesmo, formas ideológicas.

Por fim, retomando bem forte o debate sobre a conceituação marxiana de crise – especialmente influenciados pelas últimas turbulências (na década de 2000) – vemos a volta ao estudo de *O Capital* em grandes nomes contemporâneos: chamamos a atenção aqui para duas obras significativas a esse respeito, a saber, *Exploring Marx's Capital*, de Jacques Bidet (2007) e *A Companion to Marx's Capital* (2010), de David Harvey. Ambos os textos buscam retomar o estudo de *O Capital*, especialmente do livro primeiro. Do ponto de vista da análise das crises, é um movimento interessante porque esses pensadores vêm buscando reafirmar a determinação e primado do setor produtivo, em um momento em que se falava apenas em crise financeira, bancária, especulativa etc.

Dentre os mais expressivos pensadores contemporâneos a se debruçarem sobre o tema da crise, retomando o debate de Marx e pensando a dinâmica financeira, devemos lembrar o nome de François Chesnais⁷. O economista francês tem colocado a discussão sobre a regulação do setor financeiro e reacendido o debate sobre o livro terceiro d'*O Capital* de Marx, sobre o potencial de determinação do setor financeiro sobre os demais. Em particular, entrou no debate sobre as finanças durante a década de 1990 e os anos 2000, adentrando a análise do período pós-2008 já com um longo debate acumulado sobre essa temática. As respostas teóricas do economista francês inclusive se alternaram: inicialmente, advogava uma autonomia maior das finanças (chegou a defender a autonomia total⁸), na década de 1990, em paralelo à publicação de seu *Tobin or not Tobin?* que terminava por propor um taxaço do sistema financeiro. Entretanto, Chesnais, sofreu algumas inflexões desde suas obras dos '90 até suas últimas publicações. Em realidade, também tratava-se de níveis de flexibilidade teórica na questão (certamente produto de uma pesquisa em curso, que gerava casos de ambiguidade), pois já ao final dos anos 1990 escrevia Chesnais (1996, p. 240) que “a autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia relativa. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo [...] A esfera financeira [...] ela mesma não cria nada”.

No último período, o mesmo Chesnais avança nessa posição, e tem sustentado que:

Não existe “milagre da multiplicação dos pães” [...] O pagamento de juros e dividendos deve estar vinculado aos fluxos efetivos de substância econômica real, de valor e produto excedente aos mercados financeiros (CHESNAIS, 2009).

⁷ Em realidade, caberia retomar obras de um conjunto de economistas que vêm refletindo sobre o tema, tais como Gérard Duménil, Dominique Lévy, Suzanne de Brunhoff, entre outros que vêm publicando livros organizados por Chesnais. Entre esses livros, podemos citar *A Finança Mundializada* (2005).

⁸ Já defendeu, na análise marxista das crises, que: “No caso do capital monetário, é bem mais do que isso. Trata-se aí da reafirmação, pelo capital monetário, de sua **autonomia total perante o capital industrial**, e do surgimento de uma situação onde é o movimento próprio dessa fração do capital que tende a impor sua marca às operações do capitalismo contemporâneo, como um todo.” (CHESNAIS, 1996, p. 318, grifo nosso).

Em vista disso, a escola francesa e especialmente Chesnais, em suas investigações no campo das finanças, são de grande valia para entender esse entrelaçamento imbricado entre capital comercial, capital mercadoria e capital produtivo em Marx. Nesse sentido, todo o debate entre a imbricação do setor financeiro com o setor industrial e as consequências que isso vem tendo no que tange ao equilíbrio do desenvolvimento econômico com o meio ambiente (a perspectiva ecológica) são de fundamental importância para pensar o sentido de revisitar o conceito de crise em Karl Marx com a profundidade necessária.

Um último tema que gostaríamos de abordar se refere aos avanços no campo da ecologia, que vêm de encontro com as discussões sobre a crise estrutural do capitalismo. Embora não seja nosso foco de pesquisa, caberia notar alguns expoentes dessa reflexão, especialmente Michel Löwy, que já vinha debatendo esse tema em alguns artigos⁹, e a investigação de John Bellamy Foster, em que a reflexão mais densa sobre esse tema ganhou corpo: em seu livro *A Ecologia de Marx*, o autor busca demonstrar que o pensamento de Marx não continha apenas alguns traços de ecologia, mas continha uma essência ecológica. Conforme aponta:

Por que Marx dedicou os seus últimos anos principalmente aos estudos etnológicos, em vez de completar *O Capital*? São aqui oferecidas respostas a estas e outras questões embaraçosas que há muito quebram a cabeça de analistas do vasto *corpus* de Marx; tais respostas reforçam muitíssimo a visão de que não é possível entender plenamente a obra de Marx sem entender a sua concepção materialista de natureza e sua relação com a concepção materialista de história. O pensamento social de Marx, em outras palavras, está inextricavelmente atrelado a uma visão de mundo ecológica (FOSTER, 2007, p. 38).

⁹ *Crise ecológica, capitalismo e altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista*, 2010, ou *Ecossocialismo e planejamento democrático*, 2008.

Relacionar essas discussões com o conceito geral de crise social nos parece chave para uma releitura mais abrangente do conceito.

Frequentemente a questão ecológica aparece ligada ao desenvolvimento do capital financeiro, já que a lógica da especulação desenfreada provocaria crises e, em algum sentido, a própria devastação do meio ambiente. Um estudo sobre esse tema, que abrangesse a “destruição desenfreada” da lógica do capital (ou de seu sociometabolismo, para usar os termos de Mészáros) e as consequências perturbadoras que vêm se manifestando nos estudos ecológicos atuais deveria ser um dos caminhos a serem seguidos pelos novos estudiosos da crise econômica. Esperamos, nesse sentido, que a contribuição desta dissertação possa auxiliar à compreensão da crise econômica e capitalista, sendo uma base fundamental para pensar esse problema ecológico.

*

Quando Karl Marx e Friedrich Engels foram convocados pela Liga dos Justos a redigir o célebre documento que forjaria as bases teóricas para o nascimento do movimento comunista no seio da Europa do século XIX, consagram com sua forma habitual a reflexão segundo a qual “*a sociedade burguesa (...) assemelha-se a um feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou*” (MARX, 2010, p. 45). Já nesse momento analisavam como os “feitiços” do capital conduziriam à destruição das forças produtivas e à exploração desenfreada de novos mercados, o que levaria “*ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las*” (MARX, 2010, p. 45). A reflexão sobre o caráter destrutivo da lógica capitalista desde então permeou a preocupação dos fundadores do socialismo científico.

Sem dúvida, em sua clássica obra *O Capital*, Karl Marx conseguiu aprofundar – com o rigor de um estudo de quase vinte e cinco anos – a análise da anatomia da sociedade burguesa, especialmente embasada na reflexão sobre as leis do valor e da mais-valia e suas determinações na produção e reprodução do capital na sociedade. Mesmo sabendo que

Marx não chegou perto de concluir seu plano inicial para *O Capital*¹⁰, tende a ser mais consensual o fato de que o revolucionário alemão forjou bases decisivas para demonstrar por diversas vias a insustentabilidade do desenvolvimento harmônico do capitalismo, sendo sua expressão mais conhecida e debatida a *lei da queda tendencial da taxa de lucro*.

No entanto, ao longo do século XX, foram diversas as tentativas de se demonstrar a “fórmula” econômica da crise capitalista em Marx¹¹, buscando uma teoria econômica do colapso final do capitalismo ou enfatizando as contratendências do capital e sua potencialidade harmonizadora.

Acontece que a própria abordagem da obra de Karl Marx em muitas dessas leituras não tem sido feita a partir da perspectiva do marxismo revolucionário¹², como expressão do movimento social do proletariado internacional. Justamente por isso, desloca-se frequentemente a “teoria das crises” em *O Capital* da própria dinâmica histórica da luta de classes e da análise internacional dos choques entre os Estados nacionais.

A *ironia da história*, neste caso, foi Marx ter desenvolvido a maior crítica da Economia Política em pleno século XIX, especialmente na segunda metade quando vimos a última curva econômica ascendente do capitalismo¹³. Assim, se é verdade que Marx não chegou a vivenciar a época de “decomposição e parasitismo do capitalismo”¹⁴ (segundo os termos de Lênin), podemos dizer que sua força visionária construiu em *O Capital* os principais elementos conceituais para o maior desafio teórico da virada do século XX, que foi a compreensão e conclusão estratégica do nascimento de uma nova fase do capitalismo, o Imperialismo.

¹⁰ Ver a apresentação da obra.

¹¹ Desde o começo do século XX essas tendências já encontram grandes expoentes: no “harmonicismo”, poderíamos incluir Karl Kautsky, sobretudo a partir de sua teoria do imperialismo. No outro sentido, desde os anos '20 a expressiva reflexão de Henryk Grossman formulava uma forte base do que poderíamos chamar de “catastrofismo”, uma espécie de economicismo passivo do ponto de vista político.

¹² Com essa expressão, aparentemente “pleonástica”, busca-se entender interpretações do Marx que não visem cindir sua obra teórica de sua prática política revolucionária.

¹³ Fruto da enorme destruição das forças produtivas ao longo da Segunda Guerra Mundial, observamos o “boom parcial” ocorrido no pós-guerra, um suspiro do capitalismo que não chegou a se consumir como um verdadeiro boom ou um novo grande padrão de acumulação que descaracterizasse a época imperialista, de decomposição do sistema. Para uma análise mais detida desse período, ver Paula Bach: “EL Boom de la Posguerra. Un análisis crítico de las elaboraciones de Ernest Mandel”, em *Revista Estrategia Internacional*, n. 7.

¹⁴ Lênin usa algumas vezes essa expressão em seu *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* (LÊNIN, 1964).

Assim, posto que nosso objeto é conceito de *crise* em Marx, em nossa investigação nos baseamos no método de recompor este conceito à luz do marxismo em seu conjunto, fundindo a dinâmica da luta de classes com a análise econômica. Mais que isso, buscaremos adentrar parcialmente no período histórico posterior à obra de Marx, buscando mostrar a recomposição totalizante do marxismo e da estratégia, enquanto expressão histórica e continuidade teórica das teses fundamentais de *O Capital*, chegando por fim a analisar a guerra mundial como expressão aguda de tendências latentes já no século XIX e que explodiram com força no século XX, ou seja, entendendo que o estudo da guerra imperialista é uma expressão aguda e se relaciona diretamente com a crise capitalista. Aqui também, como disse Marx em 1857, “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco” (MARX, 1987, p. 20).

O texto se divide, portanto, em três capítulos que dão base para pensar o conceito de crise em Marx, aprofundam a discussão da “teoria financeira” para compreender uma dimensão do conceito de crise e ligam essa reflexão com o advento do imperialismo e as elaborações que sucedem, buscando demonstrar um ponto de convergência entre o livro terceiro de *O Capital* e o conceito de imperialismo, do século XX; utilizam essa ponte teórica criada para analisar um fenômeno concreto do século XX, a Primeira Guerra Mundial, não em uma investigação *histórica* minuciosa, mas diretamente relacionada com o problema da crise econômica, naturalmente não entendendo a guerra como determinada mecanicamente pela crise, mas relacionada a época imperialista, de predominância do capital financeiro e dos conflitos que seguem dessa predominância (e da contradição econômica e política na arena internacional, de conflitos interestatais).

2 Aspectos fundamentais da crise capitalista em Karl Marx

Se podemos dizer que a chave para desvendar as potenciais crises dentro do processo de reprodução ampliada do capital estão desenvolvidas no livro terceiro de *O Capital*, para uma pesquisa um pouco mais apurada nos parece importante retomar determinações fundamentais no conjunto da obra que dão base para pensar o conceito de *crise*.

Quando se pretende analisar cientificamente uma obra como *O Capital*, de Karl Marx, deve-se fazer um trabalho de buscar reconstruir a gênese das teorias que influenciaram o autor e o método que este utilizou em sua confecção. Sem dúvida, um texto como este não poderia ousar reconstruir um plano de vinte e cinco anos que resultou nos tomos de *O Capital*, ainda mais quando as circunstâncias e terreno no qual a obra se sustenta são os mais extremos possíveis.

Uma ilustração do contexto em que se inserem essa extensa obra está na carta que escreveu Jenny von Westphalen, companheira de Marx, a um colega do casal, o médico Mr. Kugelmann:

Querido Sr. Kugelmann, você pode acreditar em mim quando eu digo a você que existiram poucos livros que foram escritos em circunstâncias tão difíceis, e eu estou certa de que eu poderia escrever uma história secreta sobre isso, que contaria muitos, muitos extremados problemas, angústias e tormentas silenciadas. Se os trabalhadores possuísem mesmo uma ideia vaga dos sacrifícios que foram necessários para que este trabalho, que foi escrito apenas para eles mesmos e para o seu próprio benefício, estivesse completo, talvez eles mostrariam um pouco mais de interesse.¹⁵

¹⁵ Tradução nossa de: “*Dear Mr Kugelmann, you can believe me when I tell you there can be few books that have been written in more difficult circumstances, and I am sure I could write a secret history of it which would tell of many, extremely many unspoken troubles and anxieties and torments. If the workers had an*

Como explicita Jenny, a construção de *O Capital* é influenciada por múltiplas determinações e contradições na vida de Marx, o que exige uma pesquisa biográfica densa e apurada, e a própria reconstrução e compilação da obra vêm sendo feitas hoje por uma ampla equipe de intelectuais que têm reorganizado os manuscritos de *O Capital* como parte do trabalho de publicação dos 114 planejados volumes da Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA), conforme informou o presidente da Associação de Apoio à Edição Mega, Rolf Hecker¹⁶.

Nesse sentido, resta-nos adentrar nos elementos centrais da obra em nosso tema debatido. Assim, do ponto de vista dos conteúdos fundamentais no interior desta vasta obra, Friedrich Engels, amigo íntimo e coautor de muitas obras com Marx, resumiu em um conhecido prefácio¹⁷ de *O Capital* que a grande descoberta de Marx foi descrever pormenorizadamente as leis que regem a exploração do trabalho na sociedade atual, ou, em outras palavras, que Marx teria isolado a categoria “mais-valia” e compreendido as leis que regem o seu desenvolvimento. De um ponto de vista dialético, como relata Engels no prefácio, para entender a exploração do trabalho, o mais-valor, Marx teve que fazer uma pesquisa sobre o próprio conceito de “valor”, e daí iniciar uma crítica à teoria do valor de Ricardo; adiante, Marx vai abstraindo cada uma das determinações do valor, analisando, por exemplo, a mercadoria, sua subsequente oposição ao dinheiro, a passagem deste ao capital, a separação entre capital constante e variável etc. Para explicar esse processo, Engels faz uma analogia com a química, mostrando que dois importantes químicos do século XVIII, Priestley e Scheele, desenvolveram uma longa pesquisa em torno do gás oxigênio, chegando a isolá-lo para o estudo, mas sem conseguir entender suas propriedades. Assim, também, economistas políticos haviam conseguido pesquisar, de um modo ou de outro, a categoria mais-valia, mas foi Marx que a isolou e compreendeu concretamente seu conteúdo (refletindo sua gênese na exploração do trabalho pelo capital), e, desse modo, na analogia de Engels, Marx era comparado ao grande químico Lavoisier, que também

inling of the sacrifices that were necessary for this work, which was written only for them and for theirs sake to be completed they would perhaps show a little more interest.” (MARX, 1987, p. 578).

¹⁶ Para as informações completas ver texto do autor, *Marx como Pensador* (HECKER, 2011).

¹⁷ Trata-se do prefácio de Engels ao livro dois de *O Capital*, volume três na edição brasileira.

conseguiu aprofundar os estudos anteriores sobre o oxigênio para promover um salto na história da química.

A análise de Engels nos fornece um primeiro sinal do porquê, mesmo sob circunstâncias tão desfavoráveis, o livro de Marx foi tão influente teórica e praticamente no pensamento do fim do século XIX e no século XX, pois Engels demonstra a força de Marx em encadear todos os “elos” da economia política, de forma a desvendar as formas da exploração sofrida pelos trabalhadores, que ganhavam nova forma no século XX, mas sem perder o conteúdo das leis do valor propostas por Marx.

Por isso nos inclinamos a acreditar que para se compreender a “forma global” de conceitos complexos em Marx como o de “crise econômica” faz-se mister compreender as determinações fundamentais de tais conceitos, em geral presentes já na teoria do valor, no livro primeiro de *O Capital*. Tal maneira de abordar *O Capital* passa longe dos que pensam que na obra de Marx existem fissuras profundas e mesmo contradições entre o seu primeiro livro e os que seguem. Já no final do século XIX, uma das mais famosas dessas críticas foi consagrada pelo economista austríaco Böhm-Bawerk, em seu texto *Karl Marx and the Close of His System*. O argumento utilizado (e que teve uma expressão tão aguda que foi incorporado mesmo por setores ditos “marxistas”) é de que as influências metafísicas da dialética hegeliana teriam levado Marx a construir uma teoria do valor abstrata, que se baseava em determinar a riqueza a partir do “capital variável”, que contrastaria claramente com “a realidade dos fatos”, uma vez que no plano empírico a taxa de lucro não estava em relação proporcional com o dispêndio de capital na sua forma capital variável¹⁸.

Indo na contramão dessa tese, é que queremos tomar *O Capital* em sua conexão interna e seguindo o método de exposição de Marx, das abstrações iniciais à “síntese de múltiplas determinações”. Expressamos acima uma das mais famosas críticas a *O Capital* de Marx (de Böhm-Bawerk) justamente para orientar (com uma visão antagônica àquela) a ligação profunda na obra do pensador alemão, para partir do método de atar “as duas

¹⁸ “Na vida cotidiana, o lucro do capital é proporcional ao *total* de capital investido; e, grandemente em virtude disto, as mercadorias não se trocam, de fato, proporcionalmente à quantidade de trabalho incorporado nelas. Aqui, portanto, havia uma contradição entre sistema e fato que dificilmente parecia admitir uma explicação satisfatória” (BÖHM-BAWERK, 1984, p. 4, tradução nossa).

pontas” dos quatro livros e extrair as bases para a reflexão da crise capitalista, pensando o momento atual que vivemos.

2.1 Teoria da alienação e o fetichismo da mercadoria

De certa forma, uma teoria geral sobre o estudo da crise capitalista no pensamento de Marx não pode estar dissociada da compreensão da morfologia e constituição da esfera da produção e reprodução, já que são a base (a anatomia) das sociedades, ganhando ainda maior importância relativa com o desenvolvimento industrial capitalista. Desde esse ponto de vista, o conceito de crise em Marx encontra uma base fundamental no capítulo primeiro de *O Capital* e, se quisermos ir além, na própria constituição da teoria do valor de Marx.

A dificuldade inicial da leitura do capítulo remete à síntese profunda que Marx traça para concretizar os fundamentos da teoria do valor, desenvolvendo os conceitos necessários que envolvem as duas formas do *valor* (valor de uso e valor), trabalho concreto e trabalho abstrato, forma relativa e equivalente do valor e, por fim, o “segredo” das mercadorias, o *fetichismo*.

Em primeiro lugar, portanto, buscar a relação com a obra precedente de Marx estaria em percorrer o caminho do desenvolvimento da categoria *trabalho*, a partir da relação que estabelece com o conceito de *alienação* (estranhamento) e, posteriormente, quando da apreensão das leis econômicas fundamentais em seu conjunto, a consagração da teoria do fetichismo da mercadoria.

Para entender as leis que regem os desdobramentos das crises, partimos de nos referir à contradição mais embrionária presente nas mercadorias, apresentada por Marx, a saber, entre o valor de uso (a produção de objetos com utilidade definida) e o valor de troca (valor), ou seja, a forma de expressão do valor desses objetos em forma genérica (*quantum* de trabalho). A partir dessa contradição podemos nos remeter à conhecida formulação de Marx presente nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*, buscando a contradição presente

entre o produto do trabalho e o próprio trabalhador, o estranhamento inerente ao *ato de produzir* no modo de produção capitalista.

A relação ontológica de estranhamento entre sujeito e objeto exposta no trabalho humano é a forma hegemônica de *concepção-execução* no modo de produção capitalista. Portanto, a categoria de alienação, *enquanto o processo da subjetividade fazer-se material no mundo*, ou seja, como exteriorização da subjetividade humana, ganha um conteúdo específico: em se tratando de relações de trabalho baseadas no capital, os conceitos de *alienação* e *estranhamento* se confundem e convergem. Ou seja, no capitalismo, o trabalhador, sujeito criador de valor, tem seu trabalho apropriado por outrem, sendo necessário produzir mais-valor (do latim, mais-valia) para que satisfaça as condições necessárias de produção para o capital.

Marx, nos *Manuscritos de Paris*, apresenta quatro principais momentos da alienação/estranhamento do trabalhador no capitalismo: primeiro, o trabalhador produz através de sua atividade, mas não reconhece a relação subjetiva satisfatória que deveria se expressar como fruto de seu trabalho; em outras palavras, a criação se torna hostil ao criador e o trabalhador se sente estranhado em relação à sua produção. O segundo momento de alienação é justamente no processo de produção; para dar origem a algo hostil a si mesmo, o trabalhador se estranha à medida que realiza a produção e, evidentemente, criação estranhada só pode gerar objeto estranhado. O terceiro momento se refere à capacidade humana de transformar a natureza em seu próprio favor, capacidade que o trabalho estranhado subsume do ser genérico humano, afinal, o trabalhador é obrigado a produzir algo de maneira (forma) imperativa ao capital e, desse modo, não é mais o homem que transforma seu corpo inorgânico (natureza), mas ao capital corresponde essa transformação e esse corpo, utilizando o homem apenas como ferramenta e transformando o homem estranho a seu próprio corpo inorgânico. Como expressão dos três primeiros momentos, surge uma quarta alienação, pois o homem, estranhado em sua atividade vital (trabalho) na produção, no objeto criado e no seu corpo inorgânico, tende a regredir à condição animal, pois na atividade que o essencializa, ele se estranha; nesse caso, o resultado dessa contradição é o estranhamento do homem pelo próprio homem.

Desde os *Manuscritos de Paris*, toda a pesquisa realizada por Marx sobre a exploração do trabalho o leva ao seu conhecido conceito de alienação (estranhamento, do original alemão “*Entfremdung*”), que, em linhas gerais, tratava da problemática de que no capitalismo a produção dos homens tem o conteúdo de sua “desefetivação”, ou seja, quanto mais produzem, mais sua personalidade se esvai e em mais terríveis condições eles entram.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (MARX, 2004, p. 80).

Ainda que nesse momento Marx não tenha clareza de como se efetiva essa exploração, pormenores da mais-valia que o pensador alemão ainda não havia conseguido entender, podemos dizer que a temática da alienação expressa na passagem acima é fonte inspiradora de uma das teorias mais importantes de *O Capital*, qual seja, o fetichismo da mercadoria. E a vinculação é direta: quando Marx disserta sobre a “valorização do mundo das coisas” em detrimento do “mundo dos homens” ele explicita, em linhas gerais, o conteúdo profundo expresso no capítulo primeiro de *O Capital*. Na determinação do trabalho no capitalismo, “uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação social entre coisas” (MARX, 2006, p. 94). Eis a essência da formulação do fetichismo da mercadoria de Marx, em que a esfera da produção se sujeita aos jugos do capital de tal forma que o mundo das mercadorias suplanta a relação social entre os homens e lhes imprime uma lógica própria.

Em *O Capital*, Marx amplifica a compreensão do estranhamento: os homens no capitalismo, como produtores de mercadorias, de maneira estranhada, tendem a se equivaler como produtores, ou seja, todos os produtores de valores-de-uso tendem a se tornar iguais, sendo diferentes entre si as mercadorias produzidas; assim, dissimula-se as relações sociais de trabalho, oculta-se o homem em sua atividade produtora. A relação entre o sujeito e seu objeto passa a ser de objeto em relação ao seu sujeito. O homem não é mais o mundo do homem, mas o mundo da forma-mercadoria. Esse fetichismo da mercadoria nada mais é do que a compreensão ampliada da alienação proposta nos *Manuscritos Econômico-filosóficos*.

Referindo-se à “emancipação humana”, Marx escrevia em 1975:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver desaparecido a escravizadora subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre o trabalho intelectual e o manual; quando o trabalho não for apenas um meio de viver, mas se tornar ele próprio na primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento múltiplo dos indivíduos, as forças produtivas tiverem também aumentado e todas as fontes de riqueza coletiva brotarem com abundância, só então o limitado horizonte do direito burguês poderá ser definitivamente ultrapassado e a sociedade poderá escrever nas suas bandeiras: “de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!”¹⁹

Pensando as contradições desfeitas, pode-se entender onde elas atuam com mais força quando ainda estão vigentes: a divisão do trabalho e a contradição entre o “trabalho manual e intelectual”; o trabalho como um “meio de viver” e o desenvolvimento ainda travancado das forças produtivas, todos esses elementos de uma forma ou de outra se referem a contradições na esfera do trabalho (e o subsequente estranhamento) e, em outra medida, a pontos fundamentais de onde podem surgir elementos de instabilidade no sistema, as *crises*.

Retomando o raciocínio e ligando a teoria do valor, como dissemos, podemos encontrar na contradição entre o valor de uso e valor de troca (na relação que estabelecem com as formas do trabalho) um elemento essencial para entender a crise. Isso porque Marx descreve, já nesse capítulo, a relação entre a capacidade produtiva da sociedade e a produção do valor, ou seja, o anseio incessante do capital em produzir mais valores de uso (mercadorias, aumentar a produtividade) e a determinação da magnitude do valor, que se rege a partir do tempo de trabalho socialmente necessário. Com isso, escreve:

¹⁹ MARX, Karl. *Crítica ao programa de Gotha*. In: ANTUNES, Ricardo. *Dialética do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p.135-136.

Um *quantum* maior de valor de uso representa em si e para si maior riqueza material, dois casacos mais que um. Com dois casacos podem-se vestir duas pessoas, com um casaco, somente uma pessoa. Entretanto, à crescente massa de riqueza material pode corresponder um decréscimo simultâneo da grandeza de valor [...] Ao contrário, uma mudança da força produtiva não afeta, em si e para si, de modo algum o trabalho representado no valor [...] O mesmo trabalho proporciona, portanto, nos mesmos espaços de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, qualquer que seja a mudança da sua forma concreta útil. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, quantidades diferentes de valores de uso, mais, quando a força produtiva sobe, e menos, quando ela cai (MARX, 1988, p. 52-53).

Ou seja, aqui já se inicia a reflexão que aparece no começo de *O Capital* em sua forma embrionária: o aumento da riqueza da sociedade vir concatenado com o decréscimo do valor das mercadorias individuais, que levará à necessidade do consumo (produtivo e improdutivo) cada vez mais incessante e, quando da *irrealização* desse processo, à *superprodução*. Ou seja, na partícula mais elementar da sociedade capitalista, a mercadoria, se encerra a contradição do valor e do duplo caráter do trabalho e, portanto, o germe da crise capitalista (em seu aspecto econômico e social).

Esse processo na teoria do valor é enfeixado pela reflexão que Marx faz sobre o que chama de fetichismo da mercadoria. Desde seus textos de juventude, o fundador do socialismo científico utilizara-se da expressão “servos do fetiche”²⁰, em geral para descrever o declínio dos criadores diante das criaturas, ou seja, a subsunção implacável do “mundo dos homens” frente ao “mundo das mercadorias”. Nesse sentido, a tese do fetiche enfeixa a primeira parte da teoria do valor, já que Marx insiste na relação entre o objetivo e o subjetivo em seu aspecto revolucionário, a saber, vai demonstrando ao longo do texto a subsunção do trabalho ao capital, em que os trabalhadores no interior da produção atuam de

²⁰ Tendo Marx usado a expressão “*Fetish Diener*”, que na *Collected Works* – conhecida compilação das obras completas para o inglês – os tradutores optam por “*fetish worshipper*”, poderíamos traduzir por “adorador do fetiche”, ou, pensando em seu sentido mais totalizante na obra de Marx, em “servo do fetiche”.

modo estranhado, “eles não sabem, mas fazem” (MARX, 2006, p. 96); mas não perde de vista a potencialidade subjetiva de que, herdando as condições históricas tais como foram legadas, podem atuar no processo histórico, irrompendo o fetiche.

No avanço dado por Marx, em 1867, como síntese de pelo menos vinte e cinco anos de reflexão sobre os temas econômicos, a forma de tratar o fetichismo parte também da *particularidade elementar* da sociedade capitalista, a mercadoria: no entanto, não se parte da mercadoria isolada, mas a lógica de produção geral das mercadorias e, nesse sentido, a própria reflexão do fetichismo não pode ser isolada do “metabolismo do capital” (para usar os termos de Mészáros) em seu conjunto. Isso se difere da reflexão sobre a teoria da alienação, que partia do objeto produzido e o ato de produzir, para chegar à forma genérica do estranhamento; o fetichismo parte da lógica das mercadorias para demonstrar que a sua produção é inerentemente, como produção de mercadorias, estranhada, fetichizada.

Na síntese de Marx (2006, p. 94):

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. [...] Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias.

Essa definição é bem trabalhada por Jorge Grespan, em seu livro *O Negativo do Capital*, uma das mais expressivas contribuições nacionais para o debate de crise. Partindo do debate entre a relação indivíduo e sociedade, e os laços impostos pela lei do valor, o filósofo e economista brasileiro escreve:

Esta definição de *mercadoria* permite a Marx desenvolver um dos aspectos mais importantes e originais de sua concepção da sociedade burguesa: o *fetichismo*, pelo qual as relações sociais aparecem aos agentes econômicos enquanto relação entre coisas e pelo qual sociabilidade se transfigura em naturalidade. Ou seja, “o comportamento simplesmente atomístico dos homens em seu processo de produção social. Então, a figura objetiva [sachliche] de suas próprias relações de produção, [figura] independente de seu controle e de seu fazer consciente individualizada, aparece no fato de que seus produtos de trabalho adotam em geral a forma-mercadoria” (GRESPLAN, 2012 p. 48).

Aqui, Grespan toca em um ponto fundamental, da constituição das relações sociais que permitem ao enfeixamento da sociabilidade ganhar o conteúdo de uma relação “natural”. Nesse sentido, é possível explicar a proposta de Marx que se refere ao “caráter misterioso” da mercadoria, à medida em que faz alusão a essa inversão das relações que *aparecem* como fatos naturais e as mercadorias como “coisas sociais”. Conforme aponta Grespan (2012, p. 50):

O misterioso é que as relações sociais se ocultam por trás das relações entre as mercadorias e as movimentam na troca como se este movimento viesse das coisas mesmas. Daí seu caráter de “coisas sociais”, de coisas “sensíveis suprassensíveis”: no tangível se manifesta o humano que se tornou intangível para si mesmo. Daí a metáfora do *fetichismo*, pois na troca as coisas se movem como que dotadas de vida própria, quando o são realmente pela sociabilidade.

A “magia” do fetiche atua como resistência do conjunto do sistema às ações políticas e sindicais antissistêmicas dos trabalhadores. Slavoj Žižek chega a traçar o paralelo com a psicanálise para dar a dimensão da relação entre o fetiche e o “servo do fetiche”, para usar a expressão de Marx, conforme escreve:

O dinheiro, para Marx, é um fetiche: finjo ser um sujeito utilitário e racional, consciente de como são as coisas na realidade, mas personifico minha crença desautorizada no fetiche-dinheiro... Às vezes, a fronteira entre eles é quase imperceptível: um objeto pode funcionar como sintoma (de um desejo reprimido) e quase ao mesmo tempo de fetiche (personificando a crença a que renunciamos oficialmente). Uma recordação da pessoa morta, por exemplo, uma peça de roupa. Pode funcionar tanto como fetiche (a pessoa continua a viver magicamente) quanto como sintoma (o detalhe perturbador que traz à mente sua morte). Essa tensão ambígua não é homóloga daquela entre o objeto fóbico e o fetichista? Em ambos os casos, o papel estrutural é o mesmo: se esse elemento excepcional for perturbado, todo o sistema desmorona. Não só o universo falso do sujeito desmorona se este for forçado a se confrontar com o significado do sintoma, como o oposto também é verdade, isto é, a aceitação “racional” do como são as coisas também se dissolve quando o fetiche é tirado do sujeito. (ŽIŽEK, 2009, p. 63).

Aqui podemos entender mais de conjunto o significado do estudo do fetichismo para se pensar a crise econômica: trata-se de compreender as formas estruturais no interior do capitalismo que, pela própria dinâmica objetiva do metabolismo do capital, molda uma forma subjetiva (ideológica) que visa impedir a organização política e sindical dos trabalhadores. Ou seja, em nosso estudo da crise econômica, observaremos mais adiante que a crise pode se originar em esferas diferentes e ganhar corpo em outras, que de forma geral passam tanto pela esfera produtiva, como pela circulação (mercadorias e dinheiro), de modo que a teoria do fetichismo, no que tange à esfera produtiva, é chave como determinação para pensar a estabilidade do capital ou, em outro sentido, sua perda de estabilidade.

Em outro sentido, a compreensão mais profunda dos efeitos do fetichismo da mercadoria no conjunto das relações sociais nos permitem entender as possibilidades de

separação do dinheiro da forma mercadoria e, nesse sentido, um deslocamento entre a riqueza “real” e sua representação “virtual”, o que está na base de toda crise.

Conforme escreve Jadir Antunes (2009, p. 41):

Uma possibilidade ainda formal e abstrata, mas que surge da contradição entre valor de uso e valor, interiorizada na própria mercadoria, e da inevitável necessidade de expressar-se externamente na forma da contradição entre mercadoria e dinheiro. Se a troca entre produtores fosse direta, de produto por produto, sem intermediação do dinheiro, não haveria nenhuma possibilidade de crise oriunda do sistema de trocas. A necessidade da mercadoria se desdobrar externamente em mercadoria e dinheiro e a possibilidade do dinheiro separar-se e autonomizar-se diante dela está na raiz desta primeira possibilidade de crise.

Ou seja, não se trata aqui de buscar compreender a superação do fetichismo no interior da sociedade baseada na lógica do capital. A grande questão está em perceber em que sentido se poderia pensar perturbações econômicas que inclinassem os “adoradores do fetiche” a repensar as suas condições de produção e reprodução da vida e, nesse sentido, criar condições subjetivas para “perturbar” o sociometabolismo do capital.

A citação exposta de Jadir Antunes retoma o problema desde o tema tratado aqui, que se refere a encontrar a base das crises (já exposta na teoria do valor de Marx) e poderia ser pensada à luz da própria conclusão de Marx no capítulo primeiro, colocando o problema do fetichismo para enfeixar a sua teoria do valor. Isso, ao nosso ver, não é um ato fortuito da exposição, mas se refere a um tema central para pensar a lógica do capital e, no sentido de Marx, as bases de sua superação, tendo a crise econômica como *intermezzo* fundamental.

Aqui, portanto, longe de querer esgotar a reflexão sobre o capítulo primeiro, só queremos indicar a relação entre a teoria do valor e o fetichismo com a crise, pois no desenvolvimento de Marx o irromper desse processo (a crise das formas de valor e a crise do fetichismo) será fundamental para esta compreensão; além disso, para afastar também

uma teoria “contemplativa” (analítica) do fetichismo, mas mostrar como a lógica da reflexão da crise em Marx pressupõe o conhecimento das contratendências, especialmente esse elemento decisivo, o “feitiço das mercadorias”, contra a crise econômica e o desenvolvimento da luta de classes.

2.2 O dinheiro e suas crises

Partir da noção de valor e fetichismo, tal qual a proposta de Marx na exposição de *O Capital*, é base fundamental para se pensar a engenharia da reprodução capitalista. Isso porque não seria possível entender a *lei geral da acumulação capitalista* e mesmo a *acumulação primitiva (originária)* sem fluir a reflexão nesses conceitos particulares, que estão na essência da produção e reprodução capitalista. No entanto, entender esses conceitos nos leva a pensar (relacionando a noção de troca das mercadorias) com o conceito de dinheiro, fundamental para compreender o processo em seu conjunto.

Como diz Marx (2006, p. 117) no final do capítulo segundo:

Daí a magia do dinheiro. Os homens procedem de maneira atomística no processo de produção social e suas relações de produção assumem uma forma material [reificada – IT] que não depende de seu controle nem de sua ação consciente individual. Esses fenômenos se manifestam na transformação geral dos produtos do trabalho humano em mercadorias, transformação que gera a mercadoria equivalente universal, o dinheiro. O enigma do fetiche dinheiro é, assim, nada mais do que o enigma do fetiche mercadoria em sua forma patente e deslumbrante.

O capítulo terceiro do livro primeiro é dedicado à análise do dinheiro em suas diversas funções. Mas tem por base a reflexão sobre o valor, especialmente na reflexão de Marx sobre a “forma relativa” e “forma equivalente”, que são fundamentos para pensar o fetichismo do dinheiro, à medida em que, ao contrário de ele refletir a relação de valor de

todas as mercadorias expressa em um equivalente, na realidade se forma a *ilusão* de que os valores são expressos porque, *a priori*, ele é dinheiro. O fetiche dinheiro, portanto, expressa o fetichismo da mercadoria numa forma especial. Isso nos parece fundamental pois, no estudo que faremos sobre o conceito de crise, existe um lugar especial para a “crise do dinheiro”, e as formas derivadas de crise em que o dinheiro não consegue completar seu ciclo.

A distinção entre “valor” e “preço”

A primeira distinção a se fazer para se compreender as complicações específicas com relação ao *dinheiro*, que podem perturbar ou criar contradições na reprodução do capital, é a distinção entre o valor e o preço das mercadorias. Ainda que naturalmente possa existir uma igualdade nominal entre valor e preço, essas categorias se formam de maneira completamente distinta, o que tem a ver com as determinações do dinheiro. Em primeiro lugar, o dinheiro, enquanto equivalente geral, é uma mercadoria em que todas as demais expressam seu valor; desse modo, ele assume a função de “medida de valores”. Nesse sentido, como expressão social e ideal, o preço é a forma do valor, a forma ideal de algo intangível, porém real (valor), conforme aponta Marx (2006, p. 122):

Como forma do valor, o preço ou a forma dinheiro das mercadorias se distingue de sua forma corpórea, real e tangível. O preço é uma forma puramente ideal ou mental. O valor do ferro, do linho do trigo etc. existe nessas coisas, embora invisível. É representado por meio da equiparação delas ao ouro, da relação delas com o ouro, relação que só existe, por assim dizer, nas suas cabeças. O responsável pela mercadoria tem, por isso, de lhe emprestar a língua ou de pôr-lhe etiqueta, anunciando seu preço ao mundo exterior.

Desse modo, sendo o valor e o preço das mercadorias categorias distintas, e tendo em vista que o preço é expressão ideal de uma relação entre valores, é possível uma interpretação completamente equivocada das leis que regem o desenvolvimento do dinheiro (e no limite suas crises) tomando por base a tentativa de materializar e criar leis ao movimento dos preços, como categoria independente do valor das mercadorias.

Uma relação de valor entre duas mercadorias, x da mercadoria A e y da mercadoria B , encontra nos preços de A e B a forma ideal do equivalente geral da equação (um C , dinheiro). Nesse sentido, mantendo-se os mesmos valores para um *quantum* de A e para outro *quantum* de B relativo, é possível influir na expressão do valor com determinações diferentes. Por exemplo, se como exemplifica Marx, o equivalente C em uma dada sociedade é a mercadoria sal, e em uma fração curta (relativamente) de tempo se desenvolve um processo produtivo de extração de sal com uma velocidade dez vezes maior, a *desvalorização* da mercadoria sal irá modificar a relação de preços de A e B (mercadorias) com C (dinheiro). Pelo mesmo motivo, tende a provocar a inflação em um país a injeção de um montante significativo de dinheiro na economia, já que também altera a relação dos preços das mercadorias com o dinheiro.

Justamente nesse sentido Marx adverte que a forma preço é “irregular” pela própria natureza dessa forma:

A magnitude do valor da mercadoria expressa uma relação necessária entre ela e o tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, relação que é imanente ao processo de produção de mercadorias. Com a transformação da magnitude do valor em preço, manifesta-se essa relação necessária através da relação de troca de uma mercadoria com a mercadoria dinheiro, de existência extrínseca à mercadoria com que se permuta. Nessa relação, pode o preço expressar tanto a magnitude do valor da mercadoria quanto essa magnitude deformada para mais ou para menos, de acordo com as circunstâncias. A possibilidade de divergência quantitativa entre o preço e a magnitude de valor, ou do afastamento do preço da magnitude de valor **é, assim, inerente à própria forma preço**. Isso não constitui um defeito dela, mas torna-a a forma adequada a um

modo de produção em que a regra só se pode impor através da média que se realiza, irresistivelmente, através da irregularidade aparente (MARX, 2006, p. 129, grifo nosso).

Ou seja, a distinção entre o valor e o preço em realidade é fundamental para compreender uma imbricação mais profunda na reprodução capitalista: as leis que regem o processo de produção e a relação dessas leis com as tendências fundamentais no interior do processo de circulação. Ou seja, o movimento e a dinâmica da mercadoria em sua gênese produtiva nem sempre é o mesmo que em seu “salto rumo à realização”. Nesse sentido, o conjunto de determinações que atuam na esfera do consumo (as quais vamos buscar investigar ao longo do trabalho) fazem com que a expressão do valor, a forma “preço”, se “deforme” ou tenha uma dinâmica irregular.

Assim, a crise econômica, entendida em sua manifestação na esfera da circulação, pode ser expressão entre o choque da *lógica produtiva e circulatória* da mercadoria, ou da mercadoria com sua forma equivalente geral. Essa é uma das determinações mais elementares da “crise do dinheiro” que abordaremos a seguir.

Crise do dinheiro em sua forma embrionária

Partindo da compreensão do “fetichismo do dinheiro”, torna-se menos nebulosa a ideia de que, ao contrário de “servo do fetiche”, os homens produzem as mercadorias e relacionam elas entre si até gerar um movimento social que permite deslocar um equivalente geral; ou seja, o dinheiro não existe como ente independente, mas se desenvolve sempre subordinado à lógica da mercadoria, sendo a expressão mais “patente e deslumbrante” dessa lógica. Nesse sentido, a própria razão de ser do dinheiro é também de se vincular incessantemente ao “eterno retorno” do ciclo reprodutivo capitalista ou financeiro.

Não por acaso, refletindo esse tema, Marx recorre à célebre obra *Sonho de uma noite de verão* de William Shakespeare e compara a “relação” da mercadoria em busca do

dinheiro, à medida em que “a mercadoria ama o dinheiro, *mas nunca é sereno o curso do verdadeiro amor*”. Justamente nessa contradição existe uma das bases para a *teoria das crises* e o fenômeno complexo e contraditório da inflação. Como expõe Marx (2006, p. 126):

Só pode haver subida geral dos preços das mercadorias, permanecendo inalterado o valor do dinheiro, quando os valores das mercadorias sobem; não se modificando os valores das mercadorias quando cai o valor do dinheiro. E, ao contrário, só pode suceder queda geral dos preços das mercadorias, mantendo-se inalterável o valor do dinheiro, quando os valores das mercadorias caem; não se alterando os valores das mercadorias, quando o valor do dinheiro sobe.

Nesse ponto, portanto, Marx trata de partir da função de medida de valores do dinheiro, e busca compreender a mudança em relação aos preços na *correlação direta* entre os valores (das mercadorias e do dinheiro). Aqui já poderia se esboçar uma reflexão sobre os distintos fatores que podem influir na mudança do valor das mercadorias ou do equivalente universal. Em geral, Marx trabalha com a noção de “produtividade” como principal determinante em alterações na correlação de valores ou magnitude de valor de dada mercadoria, mas inserindo essa questão dentro da lei do valor.

Ou seja, queremos dizer que com o capítulo terceiro do livro primeiro já é possível pensar alguns dos determinantes que podem desvincular ou alterar radicalmente a correlação de valores entre as mercadorias (que vão, para dar exemplos gerais ao largo de um período muito amplo na história, desde a “crise do ouro”, com grande escassez ou rápida extração em determinados contextos, até as mais complexas determinantes do “valor do dinheiro” enquanto papel-moeda, em sua desvinculação com o ouro frente à quebra de Bretton Woods, em 1971).

No entanto, essa reflexão sobre a questão da inflação a partir apenas da lei do valor e da circulação de mercadorias até o livro primeiro poderia colocar lacunas importantes para se entender o fenômeno de conjunto: isso porque, partindo da distinção entre valor e preço, é necessário entender que sendo o preço constituído no preço de

correlação entre mercadorias e a forma dinheiro, com o desenvolvimento do capitalismo e dos sistemas produtivos, bancários e, por fim, financeiros, foi possível ao capital buscar o maior conhecimento possível dos movimentos que regem essa crise e constituir todo um aparato financeiro para pensar as forças de política financeira contratendências à crise, que implicariam em medidas como a injeção ou redução de papel-moeda na economia, o aumento ou diminuição de impostos a determinadas mercadorias em nível internacional (dentro de acordos da Organização Mundial do Comércio – OMC), a utilização do tesouro do Estado para interferir em inícios e desenvolvimentos de crises, e mesmo casos extremos como a “eliminação” de determinadas mercadorias, descartadas para buscar manter artificialmente um determinado “valor de mercado”, como foi o caso da ação de Getúlio Vargas em relação à queima do café no Brasil, entre diversas medidas possíveis.

Essas medidas, sendo intervenções da “iniciativa pública” ou mesmo de agentes financeiros privados na economia, em realidade se inserem no interior da lei do valor, não modificando a lei geral, mas atuando para realçar polos determinantes dessa lei (aumentando ou diminuindo tendências na economia). Por isso refletir o problema da crise inflacionária (ou outras determinantes que envolvem o problema da relação mercadoria-dinheiro) devem encontrar base fundamental na reflexão sobre o capítulo terceiro de Marx, mas não podem ser isoladas dos demais livros, pois resultaria em um entendimento mecânico e inócuo.

As funções e a “crise” do dinheiro

Para entender, nesse sentido, o que Marx chama em seu capítulo terceiro de “a crise do dinheiro”, é necessário compreender as funções gerais do equivalente geral e como essas se relacionam a pensar uma perturbação do sistema.

A primeira função do dinheiro, conforme já notável, é de “medida de valor”: ou seja, o dinheiro possibilita, como equivalente geral, as mercadorias “expressarem” seu valor através de sua forma equivalente, e suas qualidades particulares (como as do ouro), para ser dinheiro.

Além de ser medida de valor, o dinheiro é uma forma desenvolvida de promover o intercâmbio entre mercadorias (em forma não direta). Ou seja, a mercadoria *A* pode ser trocada pela mercadoria *B*, sem necessariamente haver uma relação direta entre os possuidores dessas mercadorias, mas intermediada por um terceiro elemento, *C*, dinheiro. Daqui se deriva a célebre expressão que Marx deu a esse processo de circulação, com M-D-M.

Analisando esse movimento, diz Marx (2006, p. 138):

A metamorfose total de uma mercadoria pressupõe, em sua estrutura mais simples, quatro extremos e três personagens. No início, com a mercadoria se confronta o dinheiro, a configuração do seu valor, possuindo realidade corpórea na bolsa alheia. Assim, o possuidor de dinheiro se defronta com o possuidor de mercadoria. E, logo que a mercadoria vira dinheiro, este se torna a transitória forma de equivalente dela, cujo valor-de-uso ou conteúdo existe nos corpos de outras mercadorias. Como termo final da primeira transformação da mercadoria, é o dinheiro, ao mesmo tempo, ponto de partida da segunda. Assim, o vendedor no primeiro ato se torna comprador, no segundo, quando com ele se defronta um terceiro possuidor de mercadoria, na função de vendedor.

Esse movimento, M-D-M, se relaciona com esta segunda função do dinheiro, de *meio de circulação* das mercadorias, que possibilita o intercâmbio de três personagens em uma “peça” de quatro extremos (M_1 -D e D- M_2).

Mas existe ainda uma terceira função do dinheiro, em que ele não apenas atua como um meio de circulação, encarnando e desfazendo a forma de outras mercadorias, mas atua como forma de solver relações (e pendências) entre compradores-vendedores: assim, atua o dinheiro como *meio de pagamento*. Justamente nessa função é que Marx discute o problema da “crise do dinheiro” em seu capítulo terceiro, na medida em que a desvinculação entre as “necessidades da mercadoria” e seu encontro com o dinheiro se apresentam de forma mais patente. Assim aponta Marx (2006, p. 164):

A função de dinheiro como meio de pagamento envolve uma contradição direta. Enquanto os pagamentos se compensam, ele serve apenas idealmente de dinheiro de conta ou de medida dos valores. Quando têm de ser efetuados pagamentos reais, a função do dinheiro deixa de ser a de meio de circulação, de forma transitória e intermediária do intercâmbio das coisas materiais, para ser a de encarnar o trabalho social, a existência independente do valor-de-troca, a mercadoria absoluta. Esta contradição manifesta-se na fase especial das crises industriais e comerciais, chamada de crise de dinheiro.

Ou seja, em essência, a ideia de “crise de dinheiro”, em sua forma mais elementar como a que discute Marx, se remonta a uma contradição inerente à lei do valor das mercadorias, a forma “valor-de-troca” como encarnação do trabalho humano abstrato: quando o dinheiro deve assumir essa forma e não apenas circular mercadorias, mas efetivar pagamentos reais, é que se possibilita essa forma de crise, especialmente, como diz Marx, em crises industriais e comerciais.

Assim, explica Marx sobre essa crise:

Ela só ocorre onde se desenvolveram plenamente uma cadeia de pagamentos simultâneos e um sistema de liquidá-los por compensação. Havendo perturbações gerais no funcionamento desse mecanismo, seja qual for a origem delas, deixa o dinheiro súbita e diretamente a forma ideal, de conta, para virar dinheiro em espécie. Não é mais substituível por mercadorias profanas. O valor-de-uso da mercadoria não interessa mais, e o valor dela desaparece diante da forma independente do valor. Ainda há pouco, declarava ser o dinheiro mera ilusão. Só a mercadoria é dinheiro. Mas agora, se proclama por toda parte: só o dinheiro é mercadoria. E sua alma implora por dinheiro, a única riqueza, como o gado, na seca, brama por água. Na crise, a oposição entre a mercadoria e a forma do valor dela, o dinheiro, extrema-se numa contradição absoluta. Por isso, não importa

mais a forma sob a qual apareça o dinheiro. A escassez extrema de dinheiro prossegue, tenham os pagamentos de ser feitos em ouro ou em dinheiro de crédito, em bilhetes de banco, por exemplo. (MARX, 2006, p. 164-165).

Ou seja, a oposição entre a mercadoria e a forma do valor, o dinheiro, extrema-se em uma contradição absoluta na *crise do dinheiro*. Isso porque, conforme Marx explicita no movimento do texto citado, a superabundância de dinheiro pode expressar sua falta de força de trabalho e meios de produção necessários e viáveis a um novo ciclo reprodutivo, mas também, como movimento inverso, o excesso de mercadorias pode encontrar na “seca” ou escassez total de dinheiro a sua forma de crise. No caso, Marx liga essa crise à “série de pagamentos e compensações”, presentes, por exemplo, no exercício do capital bancário.

Por fim, vale notar uma questão que Marx expõe em uma nota da terceira edição do livro neste capítulo, em que distingue mais claramente dois sentidos de “crise de dinheiro”: nesse ponto, Marx está refletindo sobre uma forma de crise que só pode ganhar contornos mais precisos no desenvolvimento expositivo da obra, em que encontramos categorias fundamentais que refletem o processo de crise em seu conjunto. No entanto, aqui ele propõe a reflexão da crise do dinheiro em sua função de meio de pagamentos (e o choque que pode haver quando essa função se desenvolve em série e encontra obstáculos).

Não se refere, exatamente, à crise do dinheiro enquanto capital-dinheiro, conforme abordaremos mais detidamente na seção 3 deste texto, já que essa crise implica em outras determinações e se forma por outras determinações, conforme aponta Marx:

A crise de dinheiro, definida no texto como fase especial das crises geral de produção e comércio, distingue-se do tipo particular de crise de dinheiro que pode surgir independentemente, repercutindo sobre o comércio e a indústria. São crises cujo centro motor é o capital-dinheiro, exercendo sua ação imediata na esfera dos bancos, bolsas de valores e finanças (MARX, 2006, p. 164).

2.3 Do fetiche à produção da mais-valia

A análise do fetichismo precede a exposição sobre o conceito de mais-valia. Marx parte da circulação para adentrar mais profundamente na arena da produção e exploração do trabalho. À primeira vista, parece uma inversão dos determinantes, mas em realidade se liga ao método de exposição de conjunto do capital, partindo da forma particular (a mercadoria) até o plano geral. Do contrário, como dá a entender um certo pensamento dogmático filosófico (dito marxista), qualquer forma de exposição deveria começar no “trabalho”, e então de uma categoria central da vida humana passaria a ser uma categoria da *mecânica* humana (e o método marxista, um método formal de exposição).

Assim, ao partir da análise do valor e do fetichismo, permite-se a Marx desde o início, pensando a análise da crise, dar as bases para a compreensão a partir das formas do valor (a oposição entre valor-de-uso e de troca) e depois inserir essa contradição no marco da exploração do trabalho (e a produção da mais-valia).

No que tange à dialética da crise, se enfeixa um de seus aspectos centrais nesse ponto, que poderíamos resumir como “contradição entre *forma* e *conteúdo* na lei do valor”. Mas nossa abordagem da crise nunca separa o aspecto econômico do aspecto social, a não ser por uma abstração. Nesse sentido, torna-se extremamente importante averiguar nessa primeira parte em que sentido as possibilidades de “perturbação do fetiche” se colocam.

De certa forma, Marx primeiro aprofunda a análise nas contradições econômicas para introduzir, após essa análise, os elementos componentes do trabalho como forma social a ser analisada, dentro da análise da crise. No capítulo quarto, antes mesmo de definir trabalho, Marx termina fazendo o primeiro ensaio da entrada da classe na exposição da obra de 1867: no entanto, nesse momento, a classe aparece subjugada pelas forças do capital, emaranhada pelos mil laços ideológicos que fazem “sorridente o capitalista” e “cabisbaixo o trabalhador”, conforme escreve Marx (2006, p. 206):

Ao deixar a esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, à qual o livre-cambista vulgar toma de empréstimo sua concepção, ideias e critérios para julgar a sociedade baseada no capital e no trabalho assalariado, parece-nos que algo se transforma na fisionomia dos

personagens de nosso drama. O antigo dono do dinheiro marcha agora à frente, como capitalista; segue-o o proprietário da força do trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo, tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera ser esfolado.

Desse modo, refletir sobre as condições em que se inserem as possibilidades sobre a exploração do trabalho torna-se um nível fundamental a partir desse ponto, para continuar o encadeamento lógico da crise em seus dois aspectos (o primeiro, econômico, uma vez que a própria lógica da exploração contém contradições específicas, e o segundo, social, à medida em que com as categorias de mais-valia, absoluta e relativa, será possível compreender os elementos constitutivos a que se voltam os trabalhadores em suas formas de resistência).

Nesse sentido, pensar a categoria mais-valia, a mais fundamental descoberta de Marx, categoria que enfeixa as principais reflexões do pensador em sua exposição de 1867, é fundamental para pensar a principal fonte de “energia”, principal “alimento” para a *lógica* de acumulação capitalista, ao “vampiro”, conforme a metáfora de Marx para descrever o capital, e as dificuldades do vampiro em sua sede insaciável de mais-valia.

O capital não pode existir sem sugar incessantemente a mais-valia, e justamente aqui se consegue compreender como frustrar o sociometabolismo de sua lógica do ponto de vista da produção. Na conhecida definição de Marx, do capítulo oitavo de *O Capital*, da jornada de trabalho, o autor diz que:

O capitalista tem seu próprio ponto de vista sobre esse extremo, a fronteira necessária da jornada de trabalho. Como capitalista, tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente. O capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo e quanto mais o suga, mais forte se torna (MARX, 2006, p. 271).

Assim, o anseio do capital por mais-valia implica em um movimento econômico sempiterno, uma busca incontornável e incontrolável de valorização, que atua também como determinação do que viemos a chamar de “crise social”. Na aparência, podem parecer como dois movimentos paralelos; no entanto, ao estudar a essência do fenômeno se vê, como gostava de dizer Marx, “a unidade no fim”, a inter-relação entre essas formas de crise.

Isso porque essas reflexões de Marx atestam como a categoria “produção” é absolutamente determinante para pensar o movimento econômico e que, portanto, não se poderia mesmo entender o movimento da circulação, as crises de superprodução ou sobreacumulação, sem adentrar a esfera do capital produtivo e perceber sua importância vital. Conforme expõe o pensador nos *Grundrisse* (MARX, 2009, p. 12, tradução nossa):

A fome é a fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, comida com faca e garfo é uma fome muito diferente da que devora carne crua com ajuda das mãos, unhas e dentes. Não é unicamente o objeto do consumo, mas também o modo de consumo, o que a produção produz não só objetiva, senão subjetivamente. A produção cria, pois, o consumidor.

2.4 O capital: constante e variável

A primeira e mais elementar “divisão” do capital incide em distintos aspectos em se pensar o estudo da crise. A compreensão do percurso que vai do fetiche às formas de exploração torna-se mais clara no sentido da análise das crises que se expressa também na divisão proposta por Marx sobre as duas formas primordiais de capital, a forma constante e a variável.

Evidentemente, a separação entre essas duas formas e a prioridade no “desenvolvimento” econômico que ganha a forma constante, em detrimento da forma

variável, está na base do que Marx chamará no futuro de “lei da queda tendencial da taxa de lucro”. Para compreender essas duas formas, retomemos o capítulo sexto, quando Marx escreve:

A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho não muda a magnitude de seu valor no processo de produção. Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou simplesmente capital constante (MARX, 2009, p. 244).

E mais à frente, contrapõe essa definição com a que vem adjunta:

A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo de produção. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor. Esta parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. Por isso, chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente capital variável. As mesmas partes do capital, que, do ponto de vista do processo de trabalho, se distinguem em elementos objetivos e subjetivos, em meios de produção e força de trabalho, do ponto de vista do processo de produzir mais-valia, se distinguem em capital constante e capital variável (MARX, 2009, p. 244-245).

Nesse sentido, partindo-se de abstrair as formas de capital, pode-se compreender a dupla dimensão do processo produtivo ou, como coloca o pensador alemão, “os elementos objetivos e subjetivos” do processo de trabalho. Isso é decisivo pois, segundo a teoria do valor, a parte subjetiva, a saber, o capital variável, é o único capaz de aumentar o valor, criar valor, das mercadorias, podendo a parte constante apenas *transferir* valor para a parte variável.

Daqui surge a contradição fundamental, já que a parte subjetiva, por mais reduzida que possa ser em uma fábrica específica, como *trabalhador coletivo* tem um peso econômico e social fundamental, que deve ser base para pensar as possibilidades da crise capitalista, para além das determinações puramente econômicas.

A ofensiva neoliberal, traduzida na arqui-ideológica linguagem econômica dos manuais desse período, e também a literatura sociológica buscaram de toda forma camuflar ou mesmo estilçaram esses fundamentos teóricos para consagrar a análise de um mundo “pós-industrial”. Parecia irrefutável o pressuposto que dizia que a “tecnologização” do mundo e o incremento das capacidades produtivas a partir dos avanços científicos teriam criado um mundo em que o “capital variável” perdeu sua importância, sendo substituído por uma maquinaria, um mundo mecanizado.

Era a sociedade da informação, ou a “sociedade em rede” (para usar a expressão de Manuel Castells), uma forma de ler essa situação a partir da análise dos “países desenvolvidos” que por pouco mais de quinze anos simplesmente “esqueceu” de olhar para a periferia nas análises econômicas, de modo a tentar refletir as fábricas nacionais nos países com alta tecnologia sem perceber que, por vezes, a mesma empresa empregava dezenas de milhares de trabalhadores com baixos salários na periferia, com uma massa de trabalhadores na América Latina, Ásia e África (e Oriente Médio). Assim, arremetia-se o lucro dessa exploração aos países centrais e preenchia-se muitas páginas de sociologia e economia para provar que toda a riqueza dos países não vinha mais do trabalho, mas das máquinas (um “admirável mundo novo”).

A *crise da crise do marxismo*, ou melhor, a crise das teorias que buscavam tergiversar sobre a centralidade do trabalho chegou com a crise de 2008, que explicitou o peso do trabalho na sociedade (desgraçadamente com centenas de milhares de trabalhadores sendo demitidos a partir dela) e reorganizou a sociologia e economia, tendo que dialogar de modo indeclinável com a crise do capital, recolocando suas duas dimensões vitais, constante e variável, na ordem do dia.

2.5 Jogo de forças da exploração e a crise social

Ao penetrar na esfera produtiva, Marx combina a reflexão sobre o processo de trabalho e processo de exploração (ver capítulo cinco de *O Capital*). Após esse processo, Marx construiu duas grandes partes em seu livro primeiro para descrever as *formas de ser* da exploração capitalista, seja no aumento das horas de trabalho (mais-valia absoluta) ou na intensificação da exploração dentro de um *tempo determinado*, uma jornada fixa (mais-valia relativa).

Para nosso estudo particular, as formas de desenvolvimento da crise capitalista, o estudo desse processo é incondicionalmente determinante, à medida em que seja na esfera da produção, seja na circulação de mercadorias, as perturbações que se coloquem em cada ponto da rotação do capital para a realização da mais-valia adquirida serão chaves de se pensar as crises capitalistas (conforme veremos nesta parte, no tópico sobre os ciclos de reprodução do capital).

Entender esse processo também tem a ver com penetrar na *essência* da crise, já que ela começa a se gestar no interior do metabolismo produtivo ou circulatório muito antes de que *apareça* em sua forma “patente e deslumbrante”, uma crise de uma empresa, um monopólio, um ramo produtivo ou mesmo do conjunto de uma economia. Isso porque essa forma aparece pela via da “reflexão” sobre o *lucro* do setor privado, sem mostrar que este é na verdade regido pelas leis do mais-valor.

Marx explica bem esse ponto já no capítulo primeiro de seu livro terceiro, quando diz que:

A razão que existe entre a mais-valia e o capital variável é a taxa de mais-valia, e a que existe entre a mais-valia e a totalidade do capital é a taxa de lucro. São duas mensurações diferentes da mesma magnitude, expressando proporções ou relações diferentes da mesma grandeza, em virtude da diferença entre as unidades de medida empregadas (MARX, 2008, p. 61).

Após essa exploração, segue Marx em relacionar o lucro com a mais-valia, a partir de distinguir claramente a forma determinante (essencial) e a forma fenomênica (aparente):

A conversão da mais-valia em lucro deve ser inferida da transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro, e não o contrário. Mas, de fato, o ponto de partida histórico é a taxa de lucro. Relativamente, mais-valia e taxa de mais-valia são o invisível, o essencial a investigar, enquanto a taxa de lucro e, por conseguinte, a mais-valia sob a forma de lucro transbordam na superfície dos fenômenos (MARX, 2008, p. 61).

Nesse sentido, Marx em sua investigação sobre a mais-valia parte analiticamente da divisão nas suas duas formas gerais, a mais-valia *absoluta* e *relativa*. Dizemos analiticamente pois tanto no desenvolvimento do livro (plano teórico) como no desenvolvimento histórico (empírico) esse processo foi combinando ambas as formas, e mesmo a partir da subsunção real do trabalho ao capital, que se desenvolveu amplamente no século XX, ainda encontra a forma *absoluta* da exploração como acompanhante indeclinável se tomarmos o metabolismo do capital em sua forma global (na divisão do trabalho entre os países).

O grau dessa exploração é dado pela taxa de mais-valia, que nada mais é do que a razão entre a massa de mais-valia produzida e o quanto foi empregado na forma capital variável, que representa o conjunto dos gastos com a força de trabalho (expressa para eles na forma salário); nas palavras de Marx a “taxa de mais-valia é, por isso, a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista”.

Nesse sentido, mais do que uma fórmula matemática, essa equação pode expressar direta ou indiretamente a relação de forças entre os trabalhadores e os capitalistas e é determinante para pensar o que Marx desenvolve em sua parte sexta do livro primeiro, que é a forma salário: isso porque o salário é uma expressão de, dentro de uma jornada dada, qual a parte que fica com o trabalhador (trabalho necessário), em detrimento da parte

que ele produz mas fica com o capitalista (trabalho excedente). Sendo o salário uma forma determinada socialmente (expressando as condições de vida social dos trabalhadores em uma dada fábrica, região, cidade ou país), a partir da taxa de mais-valia se pode determinar o grau de exploração.

Conforme Marx escreve no capítulo XVII do livro primeiro, em que investiga a transformação do valor ou do preço da força de trabalho em salário:

A forma salário apaga, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho necessária e trabalho excedente, em trabalho pago e trabalho não-pago. Todo o trabalho aparece como trabalho pago. Na corveia distinguem-se, no tempo e no espaço, sensível e palpavelmente, o trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho compulsório para o senhor da terra. Na escravatura, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas compensa o valor de seus próprios meios de subsistência, trabalhando na realidade para si mesmo, aparece como trabalho destinado a seu dono. Todo o seu trabalho tem a aparência de trabalho não-pago. No trabalho assalariado, ao contrário, o mesmo trabalho excedente ou não-remunerado parece pago. No primeiro caso, a relação de propriedade oculta o trabalho do escravo para si mesmo; no segundo, a relação monetária dissimula o trabalho gratuito do assalariado (MARX, 2009, p. 619-620).

Embora não seja nosso objetivo aqui aprofundar a discussão sobre a temática do salário, esse tema tem um ponto determinante para se pensar as formas da crise de conjunto, especialmente no que tange a sua relação com as reflexões de *imperialismo*: a combinação entre a forma *absoluta* e *relativa* da exploração e sua expressão nos salários não pode ser analisada apenas em âmbito *nacional*, já que com o desenvolvimento do capital financeiro e dos monopólios capitalistas transnacionais, uma mesma empresa pode combinar formas de exploração distintas em locais diferentes do mundo, de modo que se

pode buscar reverter elementos de crise econômica com concentrações de capital onde se alcança uma taxa de mais-valia mais²¹.

Por fim, ainda sobre a reflexão sobre a mais-valia e antecipando as reflexões de Marx no livro terceiro, o incremento da forma relativa em detrimento da absoluta de exploração está na base da chamada *lei da queda tendencial da taxa de lucro*, desenvolvida por Marx em seu livro terceiro: isso porque com a conquista da classe trabalhadora em suas lutas desde o século XIX por uma jornada de oito horas, o capital teve de aprofundar suas formas de exploração dentro dessa mesma jornada. Desse modo, aumentou muito o incremento do capital constante (maquinaria), aumentando a produtividade como estratégia de reduzir um custo fundamental, o capital variável (gasto com pagamento de trabalhadores). Essa tendência em desenvolver a forma da mais-valia relativa, portanto, se combina como as revoluções produtivas, mas gera uma tendência contrária de decair a taxa de lucro, já que está baseada na mais valia global dividida pelo capital total (cada vez mais acrescido em capital constante) e, tendo em vista uma mais-valia cada vez menor dado o número de trabalhadores, tende necessariamente a cair.

Aqui, como em vários outros casos, se vê que a lei da queda tendencial da taxa de lucro é uma construção teórica abrangente em toda a obra *O Capital*, aparecendo nos distintos fatores particulares que a constituem (nos quais Marx já introduz os fundamentos da lei – plenamente demonstrados no livro terceiro, em sua forma acabada), como iremos observar nos tópicos seguintes.

2.6 As máquinas e a perturbação do sistema

Conforme vimos, a sucessão de capítulos que encontramos na parte quatro do livro primeiro de *O Capital*, destinada à produção da mais-valia relativa, é base fundamental para a conceituação que Marx utilizará no livro terceiro sobre a célebre *lei da queda tendencial da taxa de lucro*. O fato de as bases dessa lei aparecerem no livro primeiro não se trata de um ato impensado: em sua forma abstrata, a saber, isolada da concorrência, os fundamentos dessa lei se constituem no interior do processo produtivo.

²¹ Esse tema se pode aprofundar à luz da reflexão do imperialismo, a partir do capítulo segundo.

Depois de adentrar a esfera do trabalho, nós percebemos que as mudanças ocorridas nessa esfera vão sucessivamente ampliando a hegemonia do capital em relação à classe trabalhadora: as revoluções e evoluções produtivas têm sempre o intuito de aumentar o grau de exploração da força de trabalho a fim de extrair um *quantum* maior de mais-valia.

Mas as (r)evoluções produtivas também podem se desenvolver como respostas às crises capitalistas (explicitadas ou em gestação). No século XX, talvez um dos mais expressivos exemplos desse processo seja o fordismo, que de certa forma corresponde à ascensão dos Estados Unidos como potência, mas também responde à crise econômica internacional que se gestava no pós-guerra e que tem no ano de 1929 seu marco mais expressivo.

Essa resposta diante das perturbações na realização das mercadorias acaba por aprofundar cada vez mais a intensificação do trabalho e o que Marx chama de “subsunção real do trabalho ao capital”. Relacionando esses pontos, o sociólogo Ricardo Antunes (2009, p. 39) escreve que:

Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho *parcelar e fragmentado*, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos. Paralelamente à perda de destreza do *labor* operário anterior, esse processo de *desantropomorfização do trabalho* e sua conversão em *apêndice* da máquina-ferramenta dotavam o capital de maior intensidade na extração do sobretrabalho. A mais-valia extraída *extensivamente*, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão *absoluta*, intensificava-se *de modo prevacente* a sua extração *intensiva*, dada pela dimensão relativa da mais-valia. A *subsunção real do trabalho ao capital*, própria da fase da maquinaria, estava consolidada.

Ou seja, existe uma simbiose importante entre o desenvolvimento produtivo, a introdução de maquinaria e a reorganização produtiva, por um lado, e o aumento do grau de exploração como resposta aos obstáculos ao lucro e crises econômicas.

Mas, como toda tendência no interior do capitalismo conduz ao seu contrário, a introdução da maquinaria não poderia ser diferente: se por um lado ela corresponde a uma necessidade de aumentar a mais-valia relativa (o grau de exploração num determinado tempo), por outro lado esse processo, de certa forma e sob determinadas condições, *homogeneiza* o proletariado em nível internacional em sua subsunção à maquinaria, cria formas de exploração e intensidades que se repetem em diversos lugares do mundo; e em outra medida, forja as bases para o exército de reserva, criando condições ainda mais favoráveis para a exploração capitalista. Dessa forma, a maquinaria estraçalha todo elemento natural ou “moral” que possa ser uma barreira à produção, criando um forte mecanismo interno contra a crise capitalista (combinando intensificação e *homogeneização* do trabalho médio em cada fábrica), ao mesmo tempo que cria uma massa sem emprego em busca de se sujeitar a qualquer condição social:

A aplicação capitalista da maquinaria cria motivos novos e poderosos para efetivar a tendência de prolongar sem medida o dia de trabalho e revolucionar os métodos de trabalho e o caráter do organismo de trabalho coletivo de tal forma que quebra a oposição contra aquela tendência. Demais, ao recrutar para o capital camadas da classe trabalhadora que antes lhe eram inacessíveis e ao dispensar trabalhadores substituídos por máquinas, produz uma população trabalhadora excedente, compelida a submeter-se à lei do capital. Daí esse estranho fenômeno da história da indústria moderna: a máquina põe abaixo todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico que torna o mais poderoso meio de encurtar o tempo de trabalho no meio mais infalível de transformar todo o tempo da vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho que pode lançar mão o capital para expandir o seu valor (MARX, 2006, p. 465-466).

Esse paradoxo – muito determinante para se compreender contratendências à crise econômica, mas especialmente determinante para o desenvolvimento da crise social – desenvolveremos no tópico seguinte. Aqui o decisivo para nós é compreender a maquinaria como contratendência global do capitalismo ao desenvolvimento da crise econômica, de tal forma a entendê-la como um processo indeterminado entre a esfera produtiva e a esfera da circulação, de modo que as crises de superprodução e sobreacumulação que estudaremos a seguir também foram respondidas com reestruturações produtivas.

2.7 A lei geral da acumulação capitalista

Aqui queremos chamar a atenção, em nosso breve percurso no desenvolvimento expositivo de Marx n’*O Capital* relacionado ao conceito de crise, para um dos pontos mais relevantes na parte do *processo de produção do capital*, qual seja, seu capítulo XXIII do livro primeiro, intitulado “A Lei Geral da Acumulação Capitalista”.

Nesse breve percurso, nosso intuito foi ligar as pontas do livro, que vão do fetichismo à lei geral da acumulação. Assim, poderíamos sintetizar o aspecto geral dessa lei (para encarar seus desdobramentos frente à crise) em duas determinações fundamentais: a primeira, conforme afirma Marx, demonstra a inter-relação entre capital, acumulação e salários, de modo a demonstrar “a força do fetiche”, que expressa em termos econômicos a subsunção do trabalho à dinâmica da acumulação:

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei natural, na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. E tem de ser assim, num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Na religião, o ser

humano é dominado por criações de seu próprio cérebro; analogamente, na produção capitalista, ele é subjugado pelos produtos de suas próprias mãos (MARX, 2009, p. 724).

Aqui, portanto, se patenteia uma potente contradição que desenvolveremos mais à frente, em que o trabalho é submetido à subsunção completa ao capital, mantendo um salário no sentido estrito de reprodução de sua força de trabalho e, com isso, “acumulando” apenas um conjunto de privações em sua vida social.

Como segundo ponto, desdobrado desse, Marx aprofunda a discussão sobre tendências da produção capitalista e demonstra que a concentração de capital se relaciona intimamente com o processo de acumulação (narrado nos capítulos anteriores), de tal modo que impera uma tendência de aumentar a produtividade (com tecnologia e “modernização”) das indústrias como forma de incrementar cada vez mais a maquinaria (e o conjunto componente do capital constante) em detrimento, ao menos relativamente, do capital variável. Em vista disso, o que queremos chamar a atenção é para o *decrécimo relativo da parte variável do capital com o progresso da acumulação e da concentração que a acompanha*.

Isso nos parece chave no tema em que estamos tratando, pois daí deriva outra tendência fundamental a qual Marx analisa, que é o desenvolvimento do decréscimo relativo da força de trabalho, construindo em termos sociais (especialmente nos países de capitalismo atrasado, mas não só) um complexo social superpopulacional que agrega força de trabalho de baixo valor (portanto, de baixo custo para reprodução) e que sirva de base para a exploração com altas taxas de mais-valia pelo capital: é o que Marx chamou de “exército industrial de reserva”, conforme escreve:

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de

maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronta para ser explorada, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população (MARX, 2009, p. 735).

Ou seja, a lei geral da acumulação capitalista expressa uma tendência imanente de crise econômica e a explosão da luta de classes em termos sociais: isso porque a lei promove o aumento incessante do capital constante em relação à parte variável e, nesse sentido, incrementa o aumento das mercadorias em concomitância com a redução de seu valor por peça, portanto, força um “sobreconsumo” que, entre outras determinações, dará raiz à crise de *superprodução*; em termos sociais, a mesma lei promove na sociedade uma camada de desempregados e desamparados ávidos por trabalho (para sobreviver), de modo a reduzir o custo com o capital variável em prol do anseio devorador do capital. Acontece que esse anseio devorador de mais-valia entra em contradição constante com aquilo que alimenta, pois a lei da acumulação expelle cada vez mais o trabalho para fora da produção, estilhaçando o potencial de mais-valia e criando, do outro lado, um “monstro” proletário desempregado. O embate entre o exército industrial de reserva e a dinâmica feroz da acumulação capitalista é determinante no entender da crise na visão de Marx, tanto econômica quanto social (luta de classes fomentada pela miséria, desemprego). A partir daqui, podemos adentrar o terreno da circulação e entender o processo em seu conjunto.

2.8 Os ciclos de reprodução do capital

A ligação entre a teoria do valor, do fetichismo e da lei geral da acumulação capitalista é o ponto de partida para pensar os ciclos de reprodução: no entanto, é evidente

que todo o arcabouço de Marx concatenado em seu livro primeiro seja base mais profunda para a reflexão sobre o processo de circulação do capital²².

Nesse ponto, partiremos apenas de adentrar a dinâmica elementar dos ciclos capitalistas. Em sua forma embrionária, no livro primeiro, Marx trata do conhecido ciclo D-M-D' (em que D representa o capital inicial empregado, M a mercadoria produzida e D' o capital inicial acrescido de valor); aqui, no entanto, tomaremos o desdobramento da expressão tal como apresentada no livro segundo:

$$D — M <^F_{MP} \dots P \dots M' (M + m) — D' (D + d)^{23}$$

Nessa fórmula (expressão do movimento da reprodução do capital, e não uma forma fixa), possibilita-se observar as três possibilidades gerais de perturbação do processo de reprodução²⁴, a partir dos três ciclos que se derivam do movimento do capital: a) ciclo do capital-dinheiro; b) ciclo da capital-mercadoria e c) ciclo do capital-produtivo.

Conforme aponta Marx (2006, p.62-63):

Nos estádios de circulação, o valor-capital assume duas formas, a de *capital-dinheiro* e a de *capital-mercadoria*; no estágio de produção, a forma de *capital produtivo*. O capital que, no decurso de todo o seu ciclo, ora assume, ora abandona essas formas, executando através de cada uma delas a função correspondente, é o *capital-industrial*, industrial aqui no sentido de abranger todo ramo de produção explorado segundo o modo capitalista. Capital-dinheiro, capital-mercadoria, capital produtivo

²² A concatenação entre a troca, forma dinheiro e capital, suas formas (constante e variável) e a exploração da mais-valia; as formas de trabalho (produtivo e improdutivo) e a combinação das formas de exploração (absoluta ou relativa), ademais das formas-salário (que são a expressão da reprodução da forma de trabalho), até a consumação da análise da lei geral da acumulação capitalista dão todo o percurso necessário para pensar os ciclos reprodutivos.

²³ (MARX, 2006, p. 55). Onde D é dinheiro adiantado, M é mercadoria, traduzida em sua derivação (F = força de trabalho e MP = meios de produção); P, portanto, capital em sua forma produtiva; M' = 'M' as mercadorias produzidas e 'm' como massa de mercadorias advindas do trabalho excedente. D' = 'D' dinheiro adiantado mais 'd', que é o *quantum* extra de dinheiro foi adquirido da realização de 'm'.

²⁴ Possibilidades gerais à medida em que no interior destes ciclos existem outros mecanismos da crise, aos quais Marx reflete detidamente, e especialmente a relação deles com a rotação do capital, que influenciam o processo a partir: do tempo de rotação, número de rotações (e as diferenças tendo em vista o capital constante e variável), a distinção entre capital fixo e circulante, e a implicação na reposição do capital, consertos, acumulação etc., entre outros fatores.

designam aqui, portanto, não espécies autônomas, cujas funções estejam ligadas ao conteúdo de ramos de atividade igualmente autônomos e separados uns dos outros. Aqui, designam apenas formas específicas de funcionamento do capital industrial, que as assume sucessivamente.

Dando sequência a essa reflexão, Marx sintetiza de modo especial as três espécies de crise que se derivam das contradições inerentes a cada um dos ciclos:

O ciclo do capital só decorre normalmente quando suas diferentes fases se sucedem de maneira contínua. Se o capital não se move na primeira fase D-M, o capital-dinheiro se congelará em tesouro; se isso ocorre na fase de produção, os meios de produção não serão empregados e a força de trabalho ficará desocupada; se na fase final M'-D', as mercadorias invendáveis acumuladas obstruirão o fluxo da circulação (MARX, 2006, p. 63).

De uma forma geral, os mecanismos da crise, tal qual expressos já no capítulo primeiro, podem ser resumidos de forma sintética em dois fatores fundamentais: no interior do processo produtivo, a partir da luta de classes, pode se introduzir uma perturbação na rotação do capital, provindo desta as possibilidades de expressão dos métodos históricos de luta dos trabalhadores, como greves, paralisações, piquetes, protestos e mobilizações políticas, ocupações e, na sua forma mais fatal ao capital, o controle operário da produção. Todos esses elementos, de uma forma ou de outra, *paralisam* a produção, ainda que seja por alguns minutos ou horas e interrompem o processo de reprodução do capital em sua extração da mais-valia, gerando uma crise no interior do **ciclo do capital produtivo**. Isso de um lado.

O outro fator se inscreve, para a análise mais geral que estamos fazendo nesse ponto, no descompasso (determinado pelo capital) entre a capacidade produtiva da sociedade e sua limitação em realizar as mercadorias. Esse descompasso, que logo analisaremos expresso na reflexão de Marx sobre o “capital de comércio de dinheiro”

(*Geldhandlung kapital*), aparece já no livro segundo a partir da oposição entre a realização “real” e “virtual” no capital comercial (mercado). Ou seja, antes dos capitalistas perceberem a crise, ela vai se gestando à medida em que a capacidade de consumo de uma sociedade de trabalhadores, cada vez mais superexplorados, se reduz e as mercadorias começam a ficar estocadas no mercado. Desse modo, ao não ver as contradições que estão se expressando no comércio, pensa o capitalista que sua produção está harmônica, mas em realidade está à beira do colapso. Como expressa Marx (2006, p. 87) no livro segundo:

Assim, pode-se aumentar a produção da mais-valia e, com ela, o consumo individual do capitalista, encontrar-se em pleno progresso todo o processo de reprodução, e, apesar disso, grande parte das mercadorias ter entrado na esfera da circulação apenas na aparência, continuando na realidade armazenadas nas mãos dos revendedores sem serem vendidas, retida, portanto, no mercado. [...] Os retardatários, para vender, vendem abaixo do preço. [...] Essa venda nada tem a ver com a verdadeira situação da procura. Está relacionada apenas com a procura de meios de pagamento, com a necessidade absoluta de converter mercadoria em dinheiro. Estala-se então a crise.

Nesse sentido, sintetizando em poucos termos, os **ciclos do capital-mercadoria e do capital-dinheiro** têm em comum a crise da desvinculação entre a realização real e virtual das mercadorias (da venda efetiva ou estocagem dessas mercadorias, ou venda abaixo do preço como diz a citação), sendo esse um adensamento de Marx da tese inicial, da contradição entre valor de uso e valor na medida em que perde a referência útil das mercadorias e transborda o anseio de *valor*, a produção desenfreada, conduzindo necessariamente, pelos imperativos de acumulação do capital, a crises de sobreacumulação e superprodução.

Conforme aponta Jadir Antunes (2009, p. 79):

A possibilidade de uma crise de superprodução se torna real, porque o tempo que a mercadoria percorre para chegar até o consumidor final é preenchido pelo capital-produtivo com tempo de produção e lançamento no mercado de novas mercadorias produzidas. A superprodução se torna uma possibilidade real porque todo o tempo percorrido pela mercadoria desde as mãos do atacadista até o consumidor final é preenchido pelo capital-produtivo com um novo tempo de produção de mercadorias. O tempo que a mercadoria percorre na esfera da circulação geral de mercadorias como mercadoria enquanto tal, o tempo que a mercadoria leva das mãos do atacadista às mãos do consumidor final é preenchido pelo capital-produtivo com um novo período de produção, com a reprodução do capital. Assim, enquanto uma parte das mercadorias ainda corre atrás do consumidor final na esfera da circulação geral de mercadorias, novas mercadorias são incessantemente lançadas na esfera da circulação capitalista, inundando o mercado com produto excedente.

A análise da crise de superprodução pode ser explicitada em sua “forma deslumbrante” já a partir das reflexões de Marx sobre os ciclos de reprodução do capital. Também na esfera da rotação é possível encontrar formas da crise, que consideramos subordinadas frente às formas principais, expressas na dinâmica dos ciclos. Por isso, compreender as três tendências de crises nessas esferas é fundamental.

Resta, apenas, ligar essa reflexão com o capital social total, já que aqui reside um ponto fundamental para ligar o livro primeiro ao livro terceiro, já deixando indicado ao final do livro segundo. Isso porque a dinâmica do capital social total impacta na divisão do trabalho social, a produtividade do trabalho e, em última instância (conforme desenvolve Marx ao iniciar o livro terceiro), cria o imperativo da redistribuição da mais-valia nas diversas esferas e ramos da produção. Na síntese de Rosa Luxemburgo:

O capital social total e seu correspondente, a mais-valia social total, não são, portanto, apenas grandezas reais de existência objetiva. Sua relação, o lucro médio, conduz e orienta – mediante o mecanismo da lei do valor – a

troca toda, a saber, as relações quantitativas de troca dos tipos particulares de mercadorias, independente de suas relações particulares de valor. Orienta ainda a divisão do trabalho social, ou seja, a atribuição das porções de capital e mão-de-obra correspondentes às diferentes áreas de produção. Dirige e orienta, finalmente, o desenvolvimento da produtividade do trabalho, ou seja, por um lado, a estimulação da aplicação do capital individual ao trabalho pioneiro com o propósito de elevar-se acima do lucro médio, bem como, por outro lado, a extensão dos progressos isolados, de cada um em relação à produção total etc. Em resumo: por meio da taxa média de lucro o capital social total domina por completo o movimento aparente independente dos capitais individuais. (LUXEMBURGO, 1985, p. 39).

2.9 O processo global de produção e reprodução capitalista

Tendo por base a profunda reflexão de Marx sobre o processo de produção e circulação capitalista, de certa forma podemos dizer que no livro terceiro de *O Capital* busca-se traçar as tendências fundamentais da crise do capital e as possíveis contratendências que o capital pode desenvolver em sua saga por manter-se em processo de reprodução ampliada, ainda que em meio à barbárie e à explicitação mais cruel das contradições do capitalismo.

Entretanto, se observamos o encadeamento de Marx, percebemos que as tendências e contratendências como dois extremos acabam por se tocar e conformam o sentido de “derrocada” capitalista que podemos acompanhar nas diversas passagens em que Marx atesta o potencial da crise, não como uma teoria “estruturalizante” do colapso, mas como uma tendência devastadora da lógica inerente ao capital.

Assim, o primeiro elemento a se destacar ao se abordar o processo em seu conjunto é que já na seção segunda (*a conversão do lucro em lucro médio*) a teoria de Marx se irrompe ferozmente contra as interpretações *idealistas* de sua teoria do valor (que

buscam uma contradição entre seus livros primeiro e terceiro): o pensador alemão penetra profundamente na dinâmica global da produção da mais-valia para determinar a lógica da produção do lucro e demonstrar, a partir da lei do valor, o rearranjo que ocorre na economia de uma sociedade de modo a conformar um *lucro médio* entre as empresas, baseado na quantidade de capital empregado, e não em sua composição orgânica. Assim sintetiza Marx (2008, p. 253-254):

Se as mercadorias vendem por seus valores, surgem, conforme vimos, taxas de lucro bem diferentes nos diferentes ramos, segundo a composição orgânica diversa das massas de capital neles aplicadas. O capital, porém, deixa o ramo com baixa taxa de lucro e lança-se no que tem taxa mais alta. Com essa migração ininterrupta, em suma, repartindo-se entre os diferentes ramos segundo sobe ou desce a taxa de lucro, o capital determina uma relação entre a oferta e a procura, de tal natureza que o lucro médio se torna o mesmo nos diferentes ramos, transformando-se por isso os valores em preços de produção.

Ou seja, aqui já reside em germe a explicação da tendência que Marx aponta desde o *Manifesto Comunista* à concentração do capital e, como seu subproduto, a formação dos monopólios. Essa seria a primeira das saídas do capital para manter seu processo de reprodução ampliada, na medida em que permitiria ao capital uma maior “planificação” inicial em detrimento da anarquia inerente ao mercado capitalista, já que a “migração ininterrupta” de capital possibilita a reprodução capitalista em sua potência ampla no conjunto da esfera industrial, aumentando e diminuindo o capital nas proporções que melhor rendem, formando o lucro médio.

Entretanto, a concentração do capital carrega consigo uma contradição decisiva: sendo a taxa de lucro a relação entre a mais-valia produzida e o conjunto do capital empregado (em sua parte constante e variável), diminuindo a composição orgânica do capital, ou seja, a parte variável do capital (número de trabalhadores) em relação à parte constante (máquinas etc.), o *quantum* de valor de cada mercadoria será menor, e menor também será a mais-valia extraída por cada mercadoria:

Fenômeno decorrente da natureza do modo capitalista de produção: aumentando a produtividade do trabalho, diminui o preço de cada mercadoria ou de dada quantidade de mercadoria, multiplica-se o número das mercadorias, reduzem-se a massa de lucro por mercadoria isolada e a taxa de lucro relativa à totalidade das mercadorias, mas aumenta a massa de lucro correspondente à totalidade das mercadorias. Na superfície, este fenômeno mostra apenas: queda da massa de lucro por cada mercadoria, queda de seu preço, aumento da massa de lucro correspondente à totalidade aumentada das mercadorias que produz todo o capital da sociedade ou ainda o capitalista isolado (MARX, 2008, p. 302-303).

Nesse fenômeno, celebrenemente intitulado por Marx de *lei da queda tendencial da taxa de lucro*, tem-se por um lado a impressão de um desenvolvimento harmônico pelo ideal capitalista, à medida em que se aumenta o montante total de lucro, mas aumenta cada vez mais também o número de mercadorias lançadas no mercado. Daqui se deriva, portanto, tomando esse processo não apenas em uma empresa, mas na *totalidade* do capital, a enxurrada de mercadorias que inundam os mercados e alcançam um ponto irrealizável, ou seja, um ponto em que não conseguem serem consumidas, determinando a crise de *superprodução*.

Marx elenca, já nesse “agigantamento” da crise, um conjunto de contratendências do capital de modo a resistir aos efeitos da crise e manter a acumulação de capital, tais como a elevação do grau de exploração do trabalho, a compressão do salário abaixo de seu valor, o barateamento dos elementos do capital constante, a superpopulação relativa. Essas determinações atuam no seio da produção capitalista de modo a modificar a composição orgânica do capital, aumentando a mais-valia produzida. A contradição dessas “contratendências” é que agravam profundamente as condições sociais da massa de

trabalhadores, dificultando ainda mais a realização das mercadorias. Forma-se um *ciclo vicioso da crise de superprodução*²⁵.

Os dois outros fatores determinantes que Marx estuda para analisar a crise econômica parecem ser os mais importantes, pois são os fatores mais chaves na determinação da crise capitalista como processo global: comércio exterior e capital por ações.

Frequentemente, entretanto, as análises da lei da queda tendencial da taxa de lucro aparecem separadas da reflexão sobre o capital mercantil e o capital portador de juros. Em realidade, ao nosso ver, as seções quarta e quinta do livro terceiro de *O Capital* expressam determinações fundamentais desse processo e são as que permitem entender as tendências da crise em seu conjunto.

Luxemburgo já indica os questionamentos fundamentais quando lança a seguinte proposição em seu *A Acumulação de Capital*:

Sob esse prisma, portanto, a questão não se coloca em termos gerais, mas como pode cada capitalista individual encontrar os meios de produção e a força de trabalho de que necessita? E como pode colocar no mercado as mercadorias que produziu, se não há nenhum controle e nenhum planejamento que façam coincidir a produção e a demanda? A resposta a essa pergunta seria que, por um lado, a obsessão dos capitalistas individuais pela mais-valia e a concorrência entre eles, assim como os resultados automáticos da exploração e concorrência capitalistas, incumbem-se da produção tanto de tais mercadorias como dos respectivos meios de produção, e da disponibilidade, em relação ao capital, de uma classe crescente de trabalhadores proletarizados. Por outro lado, a ausência de um plano dentro de tais contextos se expressa no fato de que a coincidência entre a oferta e demanda em todos os domínios só se impõe

²⁵ Aqui cabe chamar a atenção a um elemento decisivo: na época de Marx, a burguesia ainda não havia concluído seu movimento em busca de “novos” mercados e, em última instância, em resolver sua crise de *superprodução* a partir de despejar as mercadorias em novos mercados, no comércio exterior. Entretanto, a atenção de Marx era central no mercado mundial, sendo esse o tema do seu último livro no seu plano inicial d’*O Capital*, em que a análise dos conflitos interestatais é um ponto fundamental para compreender esse processo em seu conjunto.

mediante desvios constantes em torno do ponto de equilíbrio, mediante oscilações de preço a cada hora, ou mediante oscilações conjunturais e crises periódicas (LUXEMBURGO, 1985, p. 17).

Sem adentrar profundamente esse processo, pois abarca profunda discussão de Marx destrinchando o capital comercial e “capital de comércio de dinheiro”, o que nos parece mais fundamental de refletir (centrando a análise na crise a partir desses conceitos) é que partindo da tendência à concentração de capital e à formação dos monopólios vimos que temos como consequência um espaço industrial em que cada vez mais o capital se divide nas proporções das taxas de lucro, conformando um lucro médio e gerando uma tendência a aumentar a produtividade e diminuir o número de trabalhadores. Mas como é possível que o capital se divida dessa forma? De onde deriva, em meio à anarquia capitalista, os elementos de “planificação” que permitem essa divisão?

2.10 O capital mercantil e o sistema de crédito como expressões da tendência geral da crise capitalista

Com o desenvolvimento da produção capitalista ao longo do século XIX, ganhou lugar, com força cada vez maior, a necessidade do capital comercial para a realização cada vez mais veloz das mercadorias (e a subsequente produção mais intensa). Dentro desse processo, além do incremento do comércio, expandiu-se também de modo avassalador o capital bancário. À medida em que se aprofunda a concentração do capital, o capital bancário passa de *receptor* dos depósitos a *provedor* do crédito para o capital inicial das operações industriais. Com esse avanço, o capital bancário se complexifica e conforma um conjunto de gestores do capital, que estudam a economia nacional em seu conjunto, criando condições de prever as melhores aplicações e inversões nos diversos ramos produtivos.

Entretanto, esse desenvolvimento se deu em forma histórica mais complexa, pois as operações puramente técnicas da contabilidade capitalista eram efetuadas por uma

forma especial de capital, descrito por Marx como “capital de comércio de dinheiro” (*Geldhandlung kapital*).

Aqui é importante chamar a atenção para um elemento da tradução das edições brasileiras, sem o qual poderia ficar difícil a compreensão das categorias de Marx, especialmente no que se refere à teoria do capital financeiro, que muitas vezes se atribui a Marx de modo equivocado. Equivocadamente muitos tradutores de edições em várias línguas traduziram o termo alemão “*Geldhandlung kapital*” por “capital financeiro”, como faz a própria edição brasileira de Reginaldo Sant’Anna. Ainda que, como queremos demonstrar, Marx antecipa vários elementos do conceito de capital financeiro, essa forma acabada (*Das Finanzkapital*), como aparece em Hilferding no século XX, não se encontra nos escritos de Marx²⁶.

Do ponto de vista histórico, nos tempos em que Marx escrevia sua obra, esse capital crescia e se manifestava em diversas formas, em casas de câmbio, negócios de contabilidade etc., constituindo um conjunto de capitalistas especializados nas transações financeiras (envolvendo o movimento do dinheiro). Acontece que o desenvolvimento desse capital e de suas personificações (os capitalistas financeiros) implicou numa imbricada equação que se consagrou na fusão desses empreendimentos com o próprio capital bancário e, o que é determinante, com o sistema de crédito.

Conforme aponta Marx, as metamorfoses pelas quais passa o dinheiro, emprestado numa espécie de movimento *boomerang*, apartando-se do processo produtivo até chegar ao ponto de partida, tem porém como intermediário o “capital portador de juros”:

A coisa é diferente com o capital produtor de juros, que justamente marca seu caráter específico. O dono do dinheiro, para valorizar seu dinheiro como capital, cede-o a terceiro, lança-o na circulação, faz dele a mercadoria *capital*; capital não só para si, mas também para os outros; é capital para quem o cede e *a priori* para o cessionário, é valor que possui o valor-de-uso de obter mais-valia, lucro; valor que se conserva no

²⁶ Essa discussão será aprofundada na seção 3.

processo e volta, concluído seu papel, para quem o desembolsou primeiro, no caso, o proprietário do dinheiro. O dinheiro, portanto, se afasta do dono por algum tempo, passando de suas mãos para as do capitalista ativo; não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só cedido sob a condição de voltar, após determinado prazo, ao ponto de partida, e ainda de retornar como capital realizado, positivando seu valor-de-uso de produzir mais-valia (MARX, 2008, p. 459).

No entanto, o que dificulta aos estudiosos de Marx, em *O Capital* se abstrai o processo global em duas partes: a seção quarta (do livro terceiro), em que essas operações “puramente técnicas” Marx atribui ao capital de comércio de dinheiro²⁷ e, na seção quinta (do mesmo livro), à análise do sistema de crédito e ao capital portador de juros. A fusão entre as duas seções em suas determinações e, sobretudo, na análise do capital portador de juros foi o que permitiu a Hilferding a reflexão sobre o processo de formação do capital financeiro (que como insistimos, não foi um acaso a fusão teórica das abstrações de Marx, mas uma expressão da fusão real ocorrida na virada do século XX).

Entretanto, para a compreensão da crise em Marx, nos parece fundamental entender que com a análise das determinações do capital comercial e do capital de comércio de dinheiro e sua subsequente reflexão sobre sistema de créditos, Marx expõe as principais determinações a propósito da crise capitalista como processo global: montada na necessidade de realizar as mercadorias (e a potencial superprodução), na incapacidade de acumular de capital no desenvolvimento da reprodução ampliada (sobreacumulação) e sofrendo a tendência à queda das taxas de lucro, gerando desemprego, miséria e subconsumo, o capital aprofunda o seu nível de concentração e alça à sua forma dominante o capital mercantil:

Apesar do caráter autônomo que possui, o movimento do capital mercantil nada mais é que o movimento do capital industrial na esfera da circulação.

²⁷ “O comércio de dinheiro na forma pura, que consideramos aqui separado do crédito, só tem, portanto, que ver com a técnica relativa a um aspecto da circulação das mercadorias, a saber, com a circulação do dinheiro e com as diversas funções do dinheiro que daí derivam” (MARX, 2008, p. 428).

Mas em virtude dessa autonomia, o capital mercantil move-se até certo ponto sem depender dos limites do processo de reprodução e por isso **leva este a transpor os próprios limites**. A dependência interna e a autonomia externa fazem o capital mercantil chegar a um ponto em que surge uma crise para restaurar a coesão interior (MARX, 2008, p. 407, grifo nosso).

Essa “transposição dos limites” imposta pelo capital mercantil é chave para compreender a síntese de Marx a partir de sua reflexão das crises no processo global de produção capitalista, o que pode dar ideia de uma teoria fechada de crises cíclicas. Marx não cria, no entanto, uma teoria do colapso ou mesmo uma forma única de como se dá a crise econômica: ao contrário, vai demonstrando ao longo de sua exposição como todas as “contratendências” à crise capitalista se convertem em seu contrário, assumindo as novas formas, com feições mais ferozes e abruptas, sendo que a concorrência e os monopólios criam condições objetivas da bancarrota a partir da expansão desenfreada do comércio e do crédito. De certa forma, Marx antecipa ao final de *O Capital* as últimas tendências do século XIX, no último suspiro do padrão de acumulação capitalista global antes da virada do século e de uma época convulsiva de crises, guerras e revoluções. De modo visionário, escreve Marx que as contratendências à crise a partir do capital mercantil e do sistema de crédito são:

[...] a negação do modo capitalista de produção dentro dele mesmo, por conseguinte uma contradição que se elimina a si mesma, e logo se evidencia que é a fase de transição para nova forma de produção. Esta fase assume assim aspecto contraditório. Estabelece o monopólio em certos ramos, provocando a intervenção do Estado. Reproduz nova aristocracia financeira, nova espécie de parasitas, na figura de projetadores, fundadores e diretores puramente nominais; um sistema completo de especulação e embuste no tocante à incorporação de sociedades, lançamento e comércio de ações. Há produção privada, sem o controle da propriedade privada (MARX, 2008, p. 585).

Nesse sentido, é possível concluir neste capítulo que, em primeiro lugar, o estudo sobre a crise não aparece em Marx em um capítulo fechado, nem em uma mesma definição, mas permeia toda a constituição da reflexão sobre o movimento do capital em suas distintas formas. Além disso, resulta claro que analisando a partir do livro terceiro, com categorias como sistema de crédito e o capital portador de juros, a perspectiva de crise de Marx é altamente visionária em relação ao século XX e, em certo sentido, podemos dizer que antecipa muito da discussão sobre o capital financeiro e a “época imperialista”, assim como as subsequentes reflexões que a terceira geração marxista forneceu para o entendimento da passagem do século XIX ao século XX configuram-se como formulações de uma continuidade teórica de Marx, um adensamento de tendências fundamentais já apresentadas em *O Capital*.

Nosso intuito era, nesse sentido, abordar de forma geral nos livros de Marx o conceito de crise, para aprofundar as categorias de sua “teoria financeira” (ainda que sem exatamente a categoria de “capital financeiro”, conforme veremos) e ligá-la com o “advento do imperialismo”, conforme faremos a seguir.

3 A “teoria financeira” de Marx e o advento do imperialismo como época

Neste momento, nosso intuito é buscar demonstrar o elo que vai da teoria de Marx em *O Capital* às contribuições posteriores que têm o intuito de compreender o imperialismo (como época). Nesse sentido, o capítulo passará pelo aprofundamento do que chamaremos de “teoria financeira” de Marx (incluindo interpretações e releituras, além de debates com traduções feitas) para, a partir daí, relacioná-la à teoria do imperialismo, com destaque para as contribuições de Hilferding e de Lênin.

O objetivo é mostrar o que existe de *continuidade* na reflexão sobre o imperialismo no início do século XX, como parte de um legado que Marx deixou para pensar a predominância do capital financeiro em uma época, uma “fase superior do capitalismo”.

3.1 Adentrando a esfera da circulação em *O Capital*

O esforço da compreensão profunda de Marx sobre o conceito de crise e herança que ele aponta, nesse sentido, pode ser buscado, entre outros, em três esferas: teórica (a partir dos conceitos propriamente desenvolvidos), na *práxis* de Marx, ou seja, em como exerceu sua reflexão em conexão com os principais acontecimentos do século XIX e, por fim, *metodológica*, em se refletir de que forma o pensamento do fundador do socialismo científico se fundamenta.

O exercício em se buscar uma *ortodoxia* marxiana pela via de um suposto *método* filosófico de Marx sempre esbarra em reduzir a compreensão da abrangência de seu legado a uma forma *fixa*, que pode levar (indiretamente) a um *método supra-histórico*, o

que incorre em importantes limites²⁸. Nesse sentido, sem separar um aspecto do outro (teórico e metodológico, inseridos no contexto e na práxis de Marx), analiticamente daremos atenção aos dois aspectos, buscando sempre sua conexão.

Se nos voltarmos a compreender as tendências latentes (ou patentes) na obra de Marx que dão base à compreensão do imperialismo (entendido à luz da teoria Hobson-Hilferding-Lênin, na virada do século), sem dúvida nos defrontaremos com duas tendências elementares na obra: no livro primeiro, da qual já tratamos no primeiro capítulo, encontramos a tendência à separação do valor-de-uso do valor-de-troca como uma “*causa prima*” da análise da crise em Marx. Agora queríamos nos centrar em uma segunda tendência, da *separação entre a compra e a venda*.

Em seu *Teorias da Mais-valia*, Marx desenvolve em pormenores essa tendência:

A mercadoria deve necessariamente ser transformada em dinheiro, mas o dinheiro não deve ser necessária e imediatamente transformado em mercadoria [...] a crise é a metamorfose da própria mercadoria, a dissociação entre a compra e a venda [...] onde o dinheiro atua em duas fases distintas e separadas no tempo, em funções distintas (BENSAÏD, 2013, p. 124).

Essa tendência, por simples que se apresente, contraria o manual da economia política clássica, segundo o qual “toda compra é venda e toda venda é compra”. Com o processo de autonomização do *dinheiro*, a partir da formação do sistema de crédito, o “dinheiro não deve ser necessariamente e imediatamente transformado em mercadoria”, o que revoluciona completamente a acepção clássica da economia capitalista.

Daniel Bensaïd sintetiza esse processo fazendo uma análise que relaciona a clivagem entre o pensamento de Ricardo e de Marx, quando escreve:

²⁸ Para uma grande obra de referência em torno dessa posição (da busca de uma ortodoxia metodológica) ver *História e Consciência de Classe*, de 1923, escrita por György Lúkacs em seu período de “juventude”.

Ricardo ainda podia acreditar sinceramente na imparcialidade e na fiabilidade informativa do mercado, se não em tempo real, pelo menos a longo prazo, *a posteriori*. Mas e enquanto se espera? Enquanto se espera, a cisão entre venda e compra continua, e a “disjunção do processo de produção imediato e do processo de circulação aumenta a possibilidade da crise”. Essa possibilidade resulta do fato de que as formas que o capital percorre no ciclo de suas metamorfoses (de dinheiro – D – a meios de produção – P –, de meios de produção a mercadorias – M –, de mercadorias a dinheiro – D’) “podem ser, e são, separadas”. Elas “não coincidem no tempo e no espaço” (MARX, in: BENSAÏD, 2013, p. 124).

A separação da compra e venda encerra portanto uma dialética que aponta em dois sentidos: se por um lado é a determinação fundamental que será responsável pelas crises de sobreacumulação de capital, crises bancárias, financeiras, entre outras, também implica em uma nova dinâmica nas crises cíclicas, não como uma negação desse processo, mas como uma simbiose importante entre as crises imanentes à esfera da produção, as contratendências no mercado de crédito e a criação de crises ainda mais agudas, marcadas pela época imperialista.

No primeiro momento, o capital portador de juros, o “dinheiro que parece fazer mais dinheiro”, aparece como um fator de *adaptação do capitalismo*. No entanto, logo se vê que se trata de postergar contradições à esfera da produção, fato muitas vezes deixado de lado pelos economistas neoliberais e correlatos. Conforme Bensaïd:

Esse prodígio dos juros, do dinheiro que parece fazer dinheiro sem percorrer o ciclo das metamorfoses, sem passar pelo processo de produção e circulação, é o estágio supremo do fetichismo e da mistificação alimentada pelos economistas vulgares (BENSAÏD, 2013, p. 125).

Nesse sentido a discussão sobre o “capital de comércio de dinheiro”, o “capital portador de juros” e o “capital fictício” aparecem no livro terceiro d’*O Capital* como um

aprofundamento desse processo, de compreender as formas complexas que a possibilidade da separação entre compra e venda engendram no conjunto do sistema capitalista.

No entanto, essa dialética entre a compra e a venda pode se expressar de distintas formas no processo de rotação do capital a partir da formação de um sistema de crédito complexificado. No livro terceiro, na quarta parte, Marx adentra com mais profundidade nas variáveis do processo de circulação dentro do processo global da reprodução ampliada e analisa categorias importantes para se compreender o constructo de Marx antes de adentrar a reflexão sobre juros e capital fictício.

A primeira distinção analítica que faz Marx é entre duas formas do capital relacionado à esfera da circulação, que Marx intitula como “capital mercantil”: trata-se do capital comercial e do capital de comércio de dinheiro (*Geldhandlung kapital*). A reflexão da conformação desses capitais de modo algum nega as teses fundamentais do livro primeiro, mas, em realidade, as reafirmam em toda sua complexidade.

Marx parte, nesse sentido, de retomar as definições globais da mais-valia, que só pode ser produzida na esfera da produção, para embasar o papel do capital mercantil:

O capital mercantil é capital que só funciona na esfera da circulação. O processo de circulação é uma fase do processo global de reprodução. Mas no processo de circulação não se produz valor nem mais-valia, portanto. A mesma quantidade de valor experimenta apenas mudanças de forma. Na realidade, ocorre somente a metamorfose das mercadorias, a qual de *per si* nada tem com a criação ou variação do valor. Na venda da mercadoria produzida realiza-se mais-valia, porque esta já existe naquela (MARX, 2008, p. 375).

Em torno desse tema se assenta o debate sobre as crises capitalistas, à medida em que, ainda que partamos da separação entre a compra e venda como tendência fundamental, essa tendência não pode se *absolutizar*, de modo que essa separação atua até o momento em que se converte em seu contrário (de capacidade de adaptação capitalista em crise econômica).

Exatamente por isso tende a ser falaciosa a argumentação da economia burguesa que tenta separar completamente a “crise financeira” da “crise da economia real” (com traços que vão de clássicos como John Maynard Keynes até os manuais de economia no pós-crise de 2008), à medida em que a *substância* da crise está sempre na contradição da realização da mais-valia, que é gerada na esfera da produção. No entanto, aqui podemos incorrer em uma armadilha importante, que seria não perceber a existência de capitais de circulação, o capital mercantil. Mas de onde provém a mais-valia que alimenta esses capitais?

Trata-se do fenômeno da distribuição da mais-valia gerada. Dentro do processo de reprodução global de um capital, a realização da mais-valia produzida pode atravessar distintas fases; no século XIX e todo o século XX o capital foi criando inúmeras estratégias de reduzir ao máximo possível o tempo de rotação para ampliar sua reprodução e a massa de mais-valia produzida. Nesse sentido, existe capitais que atuam como “facilitadores” da circulação e que permitem à mais-valia produzida na fábrica uma velocidade tal que lhes compensa distribuir a mais-valia geral com esses facilitadores. Assim, nasce o processo de formação do capital comercial e do capital de comércio de dinheiro. Na síntese de Marx, ele explica que esses capitais portanto não geram diretamente mais-valia, mas *indiretamente* eles se apropriam de uma dada massa de mais-valia já produzida, com a qual eles contribuem para sua realização (realização das mercadorias). Nos termos de Marx:

Diretamente, o capital mercantil não cria valor nem mais-valia. Ao concorrer para abreviar o tempo de circulação, pode **indiretamente contribuir para aumentar a mais-valia produzida pelo capitalista industrial**. Ao contribuir para ampliar o mercado e ao propiciar a divisão do trabalho entre os capitais, capacitando, portanto, o capital a operar em escala maior, favorece a produtividade do capital industrial e a respectiva acumulação. Ao encurtar o tempo de circulação, aumenta a proporção da mais-valia com o capital adiantado, portanto, a taxa de lucro (MARX, 2008, p. 375, grifo nosso).

Do ponto de vista da crise econômica, portanto, agora podemos adentrar a seguinte conclusão: por um lado, partindo da tendência à separação entre a compra e a venda, não podemos *absolutizar* o processo, na medida em que as determinações da circulação estão na esfera da produção e que, portanto, para se realizar a mais-valia extraída, de uma forma ou de outra se necessitará realizar as mercadorias; no entanto, o outro aspecto é que essa autonomia relativa da venda, atrelada à complexificação da circulação, cria novas formas de capitais em que o caráter produtivo ou improdutivo é determinado pelo “ângulo do observador”, pois os gastos com a circulação para os industriais são improdutivos, para o capital mercantil são gastos produtivos, investimentos que trazem retorno lucrativo (“geram” mais-valia). Conforme explica Marx (2008, p. 401):

Para o capital industrial, os custos de circulação se revelam e são custos necessários, mas não produtivos. Para o comerciante revelam-se fonte de lucro, que – suposta a taxa geral de lucro – está na proporção da magnitude deles. O desembolso a fazer nesses custos de circulação é, portanto, investimento produtivo para o capital mercantil. Pela mesma razão, o trabalho comercial que compra é para ele diretamente produtivo.

Nesse sentido, recorreremos à reflexão de Marx em “teorias da mais-valia” para dar uma base sobre um aspecto intrínseco à reflexão sobre a “esfera da circulação” ao se refletir a questão da crise que é a separação entre compra e venda. No entanto, esse movimento é apenas a base da reflexão, pois pensar essa separação implica em pensar os distintos contornos que assume o capital ao longo desse processo. Nesse intuito, vamos buscar percorrer as outras categorias desse arcabouço teórico, a saber, capital comercial, mercantil, de comércio de dinheiro, o capital portador de juros e, por fim, o capital fictício, de modo a investigar as formas da crise nesse setor.

3.2 O erro teórico na interpretação do capital mercantil

Antes de avançarmos a compreender mais profundamente o significado da crise financeira, nos é necessária uma breve reflexão sobre um erro “particular” na tradução do livro *O Capital* (apontado em seguida) que pode gerar uma imensa dificuldade na interpretação do conceito de finanças e capital financeiro em Marx e, por conseguinte, no conjunto do livro terceiro de Marx.

Conforme vimos desenvolvendo, a chave para entender o pensamento de Marx estava justamente em observar as tendências que se apontavam em *O Capital*, que foram decisivas para a compreensão do *imperialismo* como o grande salto econômico da ditadura do capital financeiro, ganhando todo o globo durante a virada do século XX. Para se compreender como se conforma as discussões teóricas que dão continuidade ao pensamento de Marx e fazem realçar os elementos que estavam embrionários em *O Capital*, é chave “dissecar” os aspectos que Marx traça em sua teoria do capital mercantil e do capital portador de juros.

No entanto, precisamente nesse ponto nos defrontamos com um notável problema em traduções de algumas edições importantes do livro. Isso porque em sua parte quarta do livro terceiro, intitulada “Transformação do capital mercadoria e do capital dinheiro em capital comercial e capital de comércio de dinheiro (capital mercantil)” [no original: “*Verwandlung von Warenkapital und Geldkapital in Warenhandlungskapital und Geldhandlungskapital (kaufmännisches Kapital)*”²⁹], Marx trabalha com esses três pares de conceitos: **o capital mercantil** (*kaufmännisches Kapital*), que se divide entre **o capital comercial** (*warenhandlungskapital*) e **o capital de comércio de dinheiro** (*geldhandlungskapital*). No entanto, a base do último conceito, “*händler*”, que no alemão significa “vendedor, comerciante”, que juntamente com o termo “*Geld*” (dinheiro) ganha sua forma mais literal em “capital de comércio de dinheiro”, acabou sendo traduzida por “capital financeiro”, gerando um enorme problema no estudo do conceito.

Nesse equívoco (de traduzir *Geldhandlung kapital*, por “capital financeiro”) incidiu a própria edição brasileira de Reginaldo Sant’Anna (a primeira edição brasileira de *O Capital*). Ainda que, como queremos demonstrar, Marx antecipa vários elementos do

²⁹ Disponível em: <http://ciml.250x.com/archive/marx_engels/german/kapital3.pdf>.

conceito de capital financeiro, essa forma acabada (*Das Finanzkapital*) como aparece em Hilferding no século XX não se encontra nos escritos de Marx.

Sobre esse ponto, Klangsburn sintetiza muito bem a reflexão quando diz que:

Na edição de *O Capital* da Editora Civilização Brasileira, essa função específica foi traduzida como “capital financeiro”, expressão que pouco tem a ver com a original *geldhandlungskapital*, tanto em termos literais quanto em conteúdo, e que representa o agravante de avançar desenvolvimentos teóricos de outro autor – Hilferding –, que se referem a aspectos mais específicos. A edição brasileira posterior de *O Capital*, da Editora Abril Cultural, foi, nesse caso particular, bem mais precisa e correta. Ao que tudo indica, a origem do erro está na tradução francesa da Editions Sociales, Paris, 1976 (tradução de Mm. Cohen-Solal e M. Gilbert Badia), na qual o título do cap. 19 p. 301 aparece como “*Le Capital Financier (Capital Marchant)*”. Isso levou a empreendimentos inócuos, como, por exemplo, o de Brunhoff (1978a, p.103 e seguintes) de contrapor “a noção de capital financeiro apresentado por Marx com a de Hilferding” (KLAGSBRUNN, 1992, p. 603).

A edição francesa de Cohen-Solal e M. Gilbert Badia sem dúvida deve ter sido influência determinante nesse ponto. Entretanto, em outras edições de linhas latinas, como a italiana de 1964 de Editori Riuniti, traduziu-se a nosso ver corretamente por “*Il capitale per il commercio di denaro*”, e a edição da editora Siglo XXI, espanhola, traduz o termo alemão por “*Capital de trafico de dinero*”³⁰. A famosa compilação Collect Works de Marx, na edição da Internacional Publishers New York, também corretamente traduz os três termos em “*Merchant’s capital*” (capital mercantil), “*commercial capital*” (capital comercial) e “*Money-dealing capital*” (capital de comércio de dinheiro)³¹.

³⁰ Marx, Karl. *Il Capitale. Critica dell'Economia Politica*. Roma: Editori Riuniti. MARX, Karl. *El Capital*. México: Siglo XXI, 1981.

³¹ Marx, Karl. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1974.

No tópico seguinte, abordaremos a construção teórica do conceito na sequência que apresentou Engels, fazendo a história dessas categorias até encontrar sua *forma* desenvolvida em Hilferding e Lênin na década de 1910. Nesse momento nos parecia decisivo fazer a incursão na tradução para criarmos um critério comum de abordagem e relacionar esses conceitos com a discussão de lucro do empresário e juros, e a forma fictícia do capital.

3.3 O lucro do empresário e o capital portador de juros

Como segundo adensamento da “teórica financeira geral” de Marx e seu arcabouço conceitual, podemos adentrar ao que certa vez Marx discorreu como “fonte de todas as formas irracionais”: o capital portador de juros.

Tendo em vista as dimensões produtiva e circulatória do capital, e tendo em vista que nessa última encontramos duas formas do capital mercantil (o capital comercial e o capital de comércio de dinheiro), Marx partiu em todos os momentos de imbricar completamente o capital produtivo e mercantil. Essa imbricação, conforme vimos, será a base do conceito de *capital financeiro*, chave para pensar a virada econômica no século XX.

Da necessidade de expansão da esfera da produção no movimento do capital pode nascer a fusão com o capital bancário, a partir de empréstimos de capital-dinheiro que ajudem a implementar expansão, desenvolvimento produtivo, aumento do capital fixo fabril, aumento do capital variável em termos absolutos, interligação entre ramos produtivos, enfim, diversas variáveis que fazem uma conexão íntima entre o capital bancário e o capital industrial.

Para os *rentiers* (credores nesse caso) que forem investir seu dinheiro no banco, a uma determinada taxa de juros, ao final de um período (um ano por exemplo) verá que haverá uma expansão de seu montante. Em suas ideias de economista rentista, o dinheiro virou “mais dinheiro” (D-D’). No entanto, esse dinheiro em realidade foi reinvestido em um capital efetivo e a porcentagem do dinheiro adicional nada mais é que uma porcentagem

da mais-valia global que foi apropriada por ele a partir de seu empréstimo. Daí a forma global do fetiche que se vê nesse movimento:

No capital produtor [portador na tradução correta], a relação capitalista atinge a forma mais reificada, mais fetichista. Temos nessa forma D-D', dinheiro que gera mais dinheiro, valor que se valoriza a si mesmo sem o processo intermediário que liga os dois extremos [...] O capital aparece como fonte misteriosa, autogeradora do juro, aumentando a si mesmo. A *coisa* (dinheiro, mercadoria, valor) já é capital como simples coisa e o capital se revela coisa e nada mais; o resultado do processo de reprodução todo manifesta-se como propriedade inerente a uma coisa; depende do dono do dinheiro – a mercadoria em forma sempre permutável – gastá-lo como dinheiro ou emprestá-lo como capital. O capital produtor [portador] de juros é o fetiche autômato perfeito (MARX, 2008, p. 519-520).

Aqui reside uma das chaves das distintas confusões que se fazem em torno da discussão financeira da economia e mesmo do pensamento de Marx. A rigor o processo D-D' não pode se dar, mas ele *aparece* no processo de reprodução do capital mercantil, especialmente em sua forma de **capital portador de juros** (*zinstragende kapital*, no original).

Nesse sentido se expressa o “grau máximo do fetichismo”, o reinado global do equivalente geral que ganha a *aparência* de uma existência autônoma, sendo o capital portador de juros a “árvore de dinheiro” feita sob a alquimia dos manuais de economia política. Como disse Marx nos seus *Manuscritos de Paris*, de 1844:

Como dinheiro, enquanto conceito existente e atuante do valor, confunde e troca todas as coisas, ele é então a confusão e a troca universal de todas as coisas, portanto o mundo invertido [...] ele é a confraternização das impossibilidades, obriga os contraditórios a se beijarem (MARX, 2004, p. 161, grifo nosso).

A *confusão* aqui reside no fato de que uma das leituras vigentes é da autonomização do dinheiro como fonte de valor, e não, portanto, o valor como fonte de dinheiro. Marx no processo do capital portador de juros divide esse movimento no seguinte binômio analítico: a) **o lucro do empresário** e b) **o capital portador de juros**. Essa divisão em Marx, que parte de uma raiz comum (a massa da mais-valia realizada), é fundamental para compreender a ligação entre os juros e a produção e, nesse sentido, desfazer qualquer fetichismo na análise teórica do processo.

Mostrou-se que a parte do lucro a ser paga pelo capitalista operante ao proprietário do capital emprestado converte-se na forma autônoma de uma parte do lucro, fornecida por todo o capital de *per si*, seja ou não de empréstimo, e chamada de juro. Sua grandeza depende da magnitude da taxa de juro. A divisão puramente quantitativa do lucro entre duas pessoas, a títulos jurídicos diversos, transformou-se em divisão qualitativa, que parece provir da natureza do capital e do próprio lucro. É que, segundo vimos, se uma parte do lucro assume geralmente a forma de juro, a diferença entre o lucro médio e o juro, ou o excedente do lucro sobre o juro, converte-se na forma oposta ao juro, o lucro de empresário. As duas formas, juro e lucro de empresário, só existem em sua antinomia. São da mais-valia partes designadas por categorias, classificações ou nomes diversos, sem se referirem a ela, mas uma se referindo à outra: em virtude de uma parte do lucro transformar-se em juro, aparece a outra como lucro do empresário (MARX, 2008, p. 502).

Nesse sentido, a antinomia entre lucro do empresário e a forma juro é fundamental para entender também outra dimensão da crise econômica, que abordaremos em seguida. Antes dessa incursão pela crise financeira, é necessário entender que a divisão da massa de mais-valia entre lucro de empresário e juro também leva contradições internas. Se não podemos cair na análise fetichista sobre o juro (e a forma D-D'), também seria um erro teórico de importância não perceber que esse fetichismo é *operante* na economia e nas finanças, e pode ser inclusive determinante no movimento financeiro em alguns momentos.

Frequentemente a propósito disso se vê na economia política burguesa a expressão “crise de confiança”. Essa forma de expressar ideologicamente o fenômeno da crise econômica tem a ver com a materialidade que a autonomização dos juros vai ganhando na economia. Isso porque ainda que sua *efetividade* se explique em sua ligação

com a economia, também é possível encontrarmos uma *autonomização* relativa dessa forma de capital, que se expressará em letras, bilhetes, títulos, ações ou diversas outras formas contemporâneas (onde se desenvolveu completamente essa forma) relacionadas a esse movimento.

Aqui, portanto, é possível compreender em que sentido a crise cíclica também se relaciona à estabilidade financeira, à medida em que ela reajusta, desvaloriza, “queima” ou redistribui uma outra forma do capital analisada por Marx já em sua obra econômica: o capital fictício.

3.4 O capital fictício: o real e o virtual no movimento econômico

Para explicar esse fenômeno de *autonomização* do capital dinheiro do ciclo reprodutivo de valorização, que pode levar a formas “virtuais” de valorização e, inevitavelmente, a crises, Marx parte sempre da perda da conexão entre as partes no processo reprodutivo. O primeiro exemplo que ele dá para ilustrar a questão se refere à dívida pública: imaginemos que determinado capitalista financeiro empreste dinheiro a um determinado Estado, e esse dinheiro não seja empregado como capital, mas para fazer uma reforma urbana, por exemplo. Nesse caso, seu capital dinheiro tornou-se um “título” e algo que não existe mais como capital (as reformas urbanas, no exemplo, não servem a novo processo de valorização).

Por isso, ainda que aquele título possa “valorizar” sob a forma de *juros*, o capital está desvinculado de uma base material, e só poderá disputar bases de uma mais-valia que lhe chegue por uma série de mediações, incluindo estatais. Nesse caso, Marx, se refere a essa forma de capital portador de juros como “**capital fictício**” (*fiktive kapital*, no original).

Para explicar esse ponto abordaremos o exemplo de Marx, que é pormenorizado, mas bastante ilustrativo desse mecanismo:

O Estado tem de pagar anualmente aos credores certo montante de juros pelo capital emprestado. O credor não pode exigir que o devedor lhe restitua o empréstimo, mas pode vender o crédito, o título que lhe assegura a propriedade dele. O capital mesmo é devorado, despendido pelo Estado. Não existe mais. O que o credor possui é (1) um título da dívida contra o Estado, digamos, de 100 libras esterlinas; (2) esse título lhe dá direito a participar das receitas anuais do Estado, isto é, do produto anual dos impostos, em determinada importância, digamos, de 5 libras esterlinas ou 5%; (3) pode vender esse título de 100 libras a quem quiser. Se a taxa de juros é de 5%, supondo-se a garantia do Estado, pode A, o proprietário do título, vendê-lo em regra por 100 libras esterlinas a B, para este tanto faz emprestar anualmente 100 libras esterlinas a 5% quanto assegurar-se mediante o pagamento de 100 libras esterlinas um tributo anual pago pelo Estado, no montante de 5 libras esterlinas. Mas, em todos esses casos, o capital – considera-se rebento (juro) dele o pagamento feito pelo Estado – permanece ilusório, fictício. A soma emprestada ao Estado não existe mais (MARX, 2008, p. 617).

Desse modo, é possível compreender em Marx o movimento do capital portador de juros que leva à criação de formas fictícias do capital. Aqui nós adentramos em um dos processos principais para se compreender o formato de crises das finanças e em que sentido essas crises podem se relacionar com processos ciclos, já que, como veremos no tópico seguinte, existe uma diferença entre as crises que implicam em destruição de capitais e crises em esferas financeiras que apenas “reequilibram” a economia, eliminando parte do capital fictício (sem grandes perdas para a economia de conjunto, apenas para os portadores de títulos, já que elas não se referem a uma perda de capital efetivo).

O fato é que o movimento do capital fictício inclui determinações que podem fazer sua “massa” aumentar consideravelmente de acordo com os tesouros de um Estado ou a intervenção econômica de monopólios financeiros, bancos de investimento etc. Nesse sentido, em pleno século XXI, chegamos a ver até a crise de 2008 (com centro na quebra do

Banco de investimentos Lehman Brothers) os limites inimagináveis dessa “autonomização” do capital mercantil em sua forma fictícia.

Referindo-se à relação do capital fictício (em sua massa) e a dívida pública, Marx comenta que:

Por mais numerosas que sejam essas transações, o capital da dívida pública permanece meramente fictício, e a partir do momento em que os títulos de crédito se tornam invendáveis, desfaz-se essa aparência de capital. Não obstante, conforme logo veremos, esse capital fictício possui movimento próprio (MARX, 2008, p. 617).

Mas não se trata de apenas em referência à dívida pública encontrarmos a forma capital fictício. No movimento do capital bancário se fundir com o capital produtivo podem haver formas de fusão real, que implicam ao capital-dinheiro tornar-se títulos de propriedade material (capital fixo, máquinas, fábricas, empresas, terras), mas podem se referir, quando da forma de capital portador de juros, apenas à “propriedade” de uma porção da mais-valia prevista, a que chamamos de ações.

Ou seja, mesmo que se refira a fábricas, grandes serviços etc., o capital não existe duas vezes, uma na propriedade do empresário e outra no título, mas apenas sob uma forma em que se busca especular em cima, capitalizar um determinado montante de capital-dinheiro para conseguir uma manutenção equilibrada de mais-valia (sob a forma de juros) que depois de um determinado tempo possa ultrapassar os gastos iniciais empregados, sendo nesse sentido uma *aposta dos rentiers*.

Marx explica bem esse processo quando diz:

Constituir capital fictício chama-se capitalizar. Capitaliza-se toda receita periódica, considerando-a, na base da taxa média de juro, rendimento que proporcionaria um capital emprestado a essa taxa [...] Mesmo quando a obrigação, o título, não seja como as apólices que representam capital imaginário, ainda assim o valor-capital desse título é puramente ilusório.

Já vimos que o sistema de crédito gera capital associado. Os papéis constituem títulos de propriedade que representam esse capital. As ações das companhias ferroviárias, de mineração, de navegação etc. representam capital efetivo, isto é, capital empregado e operante nessas empresas ou a soma de dinheiro adiantado pelos acionistas para nelas ser desembolsada como capital. Aliás, não estamos excluindo a possibilidade de essas ações constituírem mera fraude. Mas esse capital não existe duas vezes, uma como valor-capital dos títulos, das ações, e outra como o capital efetivamente empregado ou a empregar naquelas empresas. Só existe na última forma e a ação nada mais é que o título de propriedade sobre a proporção da mais-valia a ser realizado por intermédio desse capital (MARX, 2008, p. 619).

Nesse caso, é muito importante notar que não se trata de um *quantum* de mais-valia planejado na esfera produtiva, mas de uma proporção esperada dentro dos mecanismos financeiros e sujeita completamente a suas oscilações, regidas por suas leis particulares. Assim, “o valor de mercado desses títulos é em parte **especulativo**, pois não é determinado apenas pelo rendimento efetivo, mas pelo esperado, pelo que previamente se calcula” (MARX, 2008, p. 619, grifo nosso). Por isso é comum a alusão ao terreno das finanças como o “reino da especulação”, à medida que, com a sofisticação desses mecanismos, hoje se pode empregar dinheiro sem saber nem mesmo onde se busca exatamente o retorno esperado ou, no trabalho científico financeiro, busca-se trabalhar com o maior número possível de variáveis com os especialistas financeiros, concentrando a informação em núcleos de monopólios financeiros e relegando a proprietários menores, agentes financeiros e demais (como investidores individuais) o *terreno da incerteza*.

Assim, o capital bancário *aparece* como uma verdadeira “plethora de enganos”, um mundo de ilusões que rege em seu fetichismo um mar de dinheiro sem valor, sem lastro, sem matéria a que faça jus seu teatro do cotidiano financeiro.

Os fundos de reserva dos bancos, em países de produção capitalista desenvolvida, expressam sempre em média a magnitude do dinheiro entesourado, e parte desse tesouro consiste, por sua vez, em papéis, meros bilhetes representativos de ouro, mas que não possuem valor próprio.

A maior parte do capital bancário, portanto, é puramente fictícia e consiste em créditos (letras), títulos governamentais (que representam capital despendido) e ações (que dão direito a rendimento futuro) (MARX, 2008, p. 622).

Os limites do fetichismo parecem não encontrar um terreno para expressar seus graus mais elevados que no terreno financeiro. Daqui decorre todo tipo das principais confusões a que nos referíamos anteriormente, de entender a fórmula D-D' como a verdadeira regente do modo de produção capitalista. Para os monopólios financeiros, que especializam dezenas ou centenas de especialistas para acompanhar cada milímetro da produção capitalista em seu conjunto, o processo aparece menos caótico e menos tortuoso. O que sobram são promessas de *juros*, de mais-valia repartida, de *lucro* sem esforço prático. Isso nos faz lembrar o Bufo do *Fausto* goetheano, quando diz:

Múltiplas visões e pouca clareza

Cem ilusões e um raião de verdade

Assim prepara-se a poção perfeita

Que tudo, em torno, anima, atrai, deleita

(GOETHE, 2004, p. 41).

3.5 A assim chamada “crise financeira”

Nesse sentido, compreendendo os elementos que compõe a “teoria financeira” de Marx, temos a base fundamental para construir um quarto conceito de crise econômica em *O capital*. Partimos de destacar três crises fundamentais: a crise de superprodução, a crise de sobreacumulação e a crise social (advinda de luta de classes direta). Agora podemos entrar em uma outra forma, que poderíamos chamar de “**crise financeira**” propriamente dita.

Nós partimos, no primeiro capítulo, de criticar a ideia de uma “crise financeira”: o fundamento naquele caso era demonstrar que todas as formas da crise econômica se vinculavam invariavelmente aos três polos da reprodução ampliada do capital

(capital dinheiro, capital mercadoria e capital produtivo). Só com essa base analisamos que se poderia compreender de fato a crise capitalista.

No entanto, tendo em vista as formas do capital mercantil e particularmente o *capital portador de juros* e suas formas fictícias, é possível entender a existência da *autonomização* de uma forma de capital, não como uma negação da esfera produtiva, como quer a economia política e o neoliberalismo³², mas sim como uma reafirmação da importância dessa imbricação e das contradições que são geradas à medida que se corta esse vínculo.

A esfera das finanças como capitais fictícios, por ser um esfera da “valorização virtual” de uma capital que deixa de existir, é um campo de incertezas, a esfera por natureza da especulação, do embuste, do *jogo*. Nas palavras de Marx:

Ganhar e perder por meio das oscilações desses títulos, a centralização deles nas mãos dos reis das ferrovias³³ etc. são cada vez mais o resultado da especulação, do jogo. Este, e não o trabalho, aparece na condição de modo original de adquirir capital, substituindo também a violência direta. Essa riqueza financeira imaginária constitui parte considerável da fortuna monetária dos particulares e também do capital dos banqueiros (MARX, 2008, p. 633).

Nesse sentido, é notável perceber que no capital portador de juros essa classe de capitalistas específica (*rentiers*) trabalham com o risco e com a fantasia (de modo literal), já que ao trabalhar com o capital fictício devem sempre trabalhar de um forma ou de outra, mais ou menos desenvolvida, promessas de uma valorização futura que invariavelmente se extinguirá. No entanto, na primeira forma, na aparência do fenômeno, os monopólios rentistas envolvem um conjunto de outros acionistas para uma valorização “sem custos ou riscos”. Até mesmo a

³² Não nos caberá aqui fazer a análise das principais expressões desse pensamento. Basta citar as elaborações de Milton Friedman e da escola de Chicago, que expressam tanto a teoria econômica, como a forma ideológica, em seu célebre “*There's No Such Thing as a Free Lunch*” (FRIEDMAN, 1975).

³³ “*Eisenbahnkönigen*” – no original em alemão.

acumulação de dívidas chega a passar por acumulação de capital, e fatos como esse revelam a que extremos vai a deformação das coisas no sistema de crédito. Esses títulos da dívida [...] servem de capital para os respectivos possuidores, na medida em que são mercadorias vendáveis e por isso podem ser reconvertidos em capital (MARX, 2008, p. 632).

A primeira lição aqui é que *nem todo capital-dinheiro que se pode emprestar representa acumulação real do capital ou ampliação do processo de reprodução*. Esse é um ponto fundamental para se compreender que numa crise econômica de tipo particular podem-se produzir fenômenos onde o equivalente geral, o dinheiro, na forma de capital, desvalorize-se assiduamente, sem encontrar um *locus* real de valorização.

A chave no caso da **crise financeira quando se refere a capitais fictícios** é que, ao contrário de uma crise econômica que entrava o sistema reprodutivo de conjunto, essa crise pode servir apenas como uma centralização das finanças e eliminação do excesso de “títulos podres”, ou seja, dos títulos que se autonomizaram da esfera produtiva ao limite de entrarem em contradição com a própria economia (ou seja, perderem seu preço de mercado completamente), tornarem-se papéis sem razão de existir.

Desse modo, quando se refere a um setor econômico que tenha força na economia real, como foi o caso do setor imobiliário até a crise de 2008 nos EUA, a *autonomização financeira* pode atingir limites inimagináveis. Em setores débeis da economia (ou seja, com menos peso econômico no estado ou país), essas crises podem aparecer mais rapidamente. Com relação à dívida pública, também pode alcançar altos índices, levando a uma relação entre dívida e PIB extrema em alguns países (é chocante que em muitos países europeus, hoje, esse dado já passa de 100%, com um salto abrupto da dívida nos EUA, que passou de 64,4% ao final de 2007 para quase 100% em três anos³⁴).

Nesse sentido, a crise do capital fictício até certo ponto e sob certos limites faz parte de um processo cíclico também, um processo em que se descartam os títulos a partir

³⁴ Ver BACH, Paula. *No son las “nociones económicas”...– es la crisis capitalista*. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=133928>>.

de uma necessidade de centralização financeira e reordenamento da especulação, que ocorre tanto pelo movimento espontâneo da concorrência capitalista quanto também pela intervenção organizada de monopólios e oligopólios bancários e financeiros que podem atuar decisivamente nesse processo ou, por fim, pela própria intervenção estatal. Com relação a esses títulos e ações, portanto, “a centralização deles na crise atua poderosamente no sentido de centralizar a riqueza financeira” (MARX, 2008, p. 620).

Nesse caso, a poderoso processo que rege o processo todo da crise financeira dos capitais fictícios é o jogo da relação com a produção e a especulação desenfreada, o jogo entre a base material e a confiança na materialidade inexistente, *o jogo entre o real e o virtual*.

A partir daqui, como em outros terrenos, *tudo que era estável e sólido desmancha no ar*. Toda a especulação desenfreada na esfera financeira se derrete frente à crise econômica com uma fragilidade incomensurável. A crise de conversibilidade se expressa com toda sua majestade nesse processo. Parodiando Marx quando citou Shakespeare para discutir a crise do dinheiro, podemos dizer que o capital fictício ama os juros, mas *nunca é sereno o curso de um verdadeiro amor*.

Num sistema de produção em que o mecanismo do processo de reprodução repousa sobre o crédito, se este cessa bruscamente admitindo-se apenas pagamento de contado, deve evidentemente sobrevir a crise, corrida violenta aos meios de pagamento. Por isso, à primeira vista, toda a crise se configura como uma simples crise de crédito e crise de dinheiro. E, na realidade, trata-se apenas da conversibilidade das letras em dinheiro. Mas essas letras representam, na maioria dos casos, compras e vendas reais, cuja expansão ultrapassa de longe as exigências da sociedade, o que constitui, em última análise, a razão de toda crise. Ademais, massa enorme dessas letras representa especulações puras que desmoronam à luz do dia; ou especulações conduzidas com capital alheio, porém malsucedidas; finalmente, capitais-mercadorias que se depreciaram ou ficaram mesmo invendáveis, os retornos irrealizáveis de capital. Não pode remediar a todo o sistema artificial de expansão forçada do processo de produção a circunstância de um banco, o Banco da Inglaterra, por exemplo, fornecer em bilhetes o capital que falta a todos os especuladores e comprar todos os valores depreciados aos antigos valores nominais. Tudo

aqui está às avessas, pois, nesse mundo de papel, nenhures aparecem o preço real e seus elementos efetivos, vendo-se apenas barras, dinheiro sonante, bilhetes, letras, valores imobiliários (MARX, 2008, p. 647).

3.6 Debates sobre a crise em Marx isolados dos avanços posteriores

A análise do pensamento econômico de Marx e sua lógica em pensar as crises capitalistas em nossa descrição nada têm a ver com buscar um conjunto de categorias e fórmulas que pudessem explicar em sua *totalidade* o movimento real de cada crise particular.

Em geral, pode-se partir da queda tendencial da taxa de lucro ou da superprodução para buscar uma análise geral das crises. No entanto, destacaremos analiticamente quatro momentos da crise capitalista a partir dos fatores que desdobram do processo de reprodução do capital em seu conjunto, a saber: a crise de superprodução, a crise de sobreacumulação, a crise na esfera produtiva (crise social) e a crise “financeira” referente à lógica do capital fictício.

Contudo, no *movimento real*, esses momentos da crise capitalista podem aparecer muito mais mesclados e interdeterminados: dessa forma, trata-se em nossa leitura não de buscar a “fórmula global da crise capitalista”, mas sim mostrar os avanços de Marx em seus volumes de *O Capital* (particularmente os três primeiros) de modo a demonstrar as *tendências* fundamentais de seu pensamento.

Partindo desse ponto de vista, é possível perceber uma ligação muito mais profunda entre os escritos de Marx em seus livros fundamentais de *O Capital* e as análises subsequentes da segunda e, particularmente, da terceira geração revolucionárias, situadas na virada do século XIX e entre as três primeiras décadas do século XX. Sem dúvida, a análise formal e a busca de fórmulas dogmáticas no pensamento de Marx deslocou particularmente, especialmente a partir do marxismo ocidental da segunda e terceira décadas do século XX em diante, o pensamento de Marx e de seus sucessores. É difícil o movimento de ligação entre a discussão da queda tendencial da taxa de lucro com a noção

de capital financeiro de Hilferding; mas não se pode dizer o mesmo em relação ao “capital de comércio de dinheiro”, o “capital portador de juros” e o capital “fictício”, que são as formas históricas transicionais que permitiram a chegada ao conceito de *capital financeiro*, enquanto fusão do capital bancário com o capital industrial.

No entanto, o anseio de “separar as partes”, nesse caso, toca inclusive pensadores contemporâneos, como um dos célebres estudiosos desse tema, François Chesnais. Em um texto intitulado “O Capital portador de juros”, argumenta o economista francês:

A aproximação entre a “finança” e a “indústria” foi pensada há muito tempo no contexto da teoria da “interpenetração” desenvolvida por Hilferding. Este propôs o termo “capital financeiro” para designar a forma de capital que se constitui, a partir da última década do século XIX, após a entrada dos grandes bancos no capital da grande indústria alemã. A teoria da interpenetração entre o capital industrial e o capital de empréstimo tem efeitos políticos importantes em termos de concentração de poder, no plano nacional e internacional. O interesse dos marxistas por esses aspectos, que são um dos pilares da teoria do imperialismo, levou-os a deixar de lado uma questão de implicação considerável (CHESNAIS, 2011, p. 52).

Ou seja, Chesnais parte de localizar a “imbricação” entre indústria e finanças a partir do pensamento de Hilferding, mas localiza uma “questão de implicação considerável” (um problema nesse processo), vejamos seu argumento:

Trata-se da questão da distância da finança em relação às atividades de produção de investimento no sentido amplo (tecnologia incluída), do olhar fortemente externo que ela põe sobre aquilo que constitui o cerne da atividade produtiva. Entretanto, as suas bases estão presentes em Marx. No livro III de *O Capital*, ele desenvolve uma teoria da “autonomia” da

finança que é acompanhada de uma problemática de sua “exterioridade à produção”. Os capitalistas financeiros partilham com os proprietários fundiários, que não cultivam suas terras mas confiam a gestão delas a fazendeiros, o traço rentista que consiste em se por em posição de exterioridade à produção. Falando dos empréstimos às empresas, Marx define o juro como “a mais-valia obtida pela simples posse do capital [pois que] seu possuidor permanece fora do processo de produção; o juro é então produzido pelo capital subtraído de seu processo (CHESNAIS, 2011, p. 53).

Vejamos que o mesmo Chesnais força a análise para criar uma desvinculação entre Marx e Hilferding, sem argumentação consistente. Seu principal argumento está na “autonomia” que Marx vê nas finanças, e a “exterioridade” do juro em relação à produção. No entanto, é preciso observar que esse processo implica em uma dialética apurada, que escapa de uma visão unilateral tanto para um lado como para o outro. Para quem fez o percurso no livro primeiro de *O Capital*, soa estranho Chesnais falar em autonomia sem relativizar esse processo, quando diz, ele mesmo, confirmar em Marx que o juro nada mais é que a porção da mais-valia realizada, ou seja, uma consequência do processo de produção em seu desdobramento e realização, portanto, determinado pela esfera produtiva (não se podendo de modo algum “absolutizar sua autonomia).

No entanto, mesmo em nossa pesquisa nós nos contrapomos à visão de, por outro lado, pensar que essa fusão não poderia levar a formas de autonomização e inclusive crises específicas nesse processo, e para isso resgatamos a discussão de Marx a partir da categoria de *capital fictício*. Como Chesnais faz uma associação direta entre o capital portador de juros com o capital financeiro (associação imediata entre essas duas categorias), realmente acaba por debilitar a análise de Marx e, nesse sentido, cria uma base para a desvinculação entre o capital bancário e industrial que começaremos a observar como um “fenômeno de época” na nova fase do capitalismo, de predominância dos monopólios e do capital financeiro, o *imperialismo*.

Não pretendemos ilustrar outras análises que partem desse mesmo viés de Chesnais para desvincular o pensamento de Marx de seus sucessores. Basta para nós localizar a problemática para resgatar o *sentido de continuidade* (de *O Capital* e os que lhe sucederam) que entendemos encontrar, sobretudo, no pensamento de Lênin de 1916.

3.7 O legado de Marx como antecipador ao advento do imperialismo

Adentramos a reflexão do conceito de crise em Marx, traçando um breve percurso no interior de *O Capital* e buscando brevemente “atar as duas pontas do livro”, compreendendo a crise capitalista a partir da construção expositiva que faz Marx em seu texto e os aspectos de “teoria financeira”, especialmente apresentada como um conjunto de determinações do *processo global da produção capitalista*.

Acontece que uma análise “imaneente” do conceito de crise em Marx sem entender seu caráter profundamente histórico pode surtir um efeito profundamente antidialético na compreensão do conceito e na sucessão das pesquisas na terceira geração revolucionária. Isso porque a fusão entre o conceito fundamental de “capital de comércio de dinheiro” (*Geldhandlung kapital*) e a reflexão de Marx sobre o sistema de crédito (e o capital portador de juros) contém as mais importantes determinações para o que Hilferding (expressivo nome da socialdemocracia alemã no começo do século) chamaria de “capital financeiro”. Tal conceito, conforme veremos, será consagrado na análise do imperialismo, nas abordagens posteriores, especialmente na de V.I. Ulianov Lênin e seus sucessores, que traçou na história dessa teoria praticamente uma “visão clássica”, que segue ainda vigente no debate atual dos seguidores e críticos.

Ainda que Marx apontasse com sua profundidade peculiar as principais tendências para o desenvolvimento da nova época (e seus desdobramentos na crise do capital), o fato é que se tratava de uma fase *histórica* do capitalismo ainda com elementos de ascensão econômica (tomada no sentido global), já que Marx vivenciou um dos últimos “respiros” do capitalismo em nível mundial. E, nesse sentido, o gênio de Marx pôde agarrar todo o sentido profundo do que se avizinhava como enorme força social no interior do modo de produção, mas sem poder precisar os meandros da determinação a partir do capital

financeiro no conjunto da época. Ligado a isso, o desenvolvimento em forma acabada do conceito de *crise* no pensamento de Marx sofria com o problema objetivo-histórico: Marx esperou atentamente o desenvolvimento da crise de 1857, e esta crise não se desenvolveu e, ao contrário, em nível mundial vimos inclusive um crescimento importante do capital. Era o choque da teoria das crises em *reconciliação com a realidade*. Sobre esse ponto, Leon Trotski escreve que:

Nessa época Marx não podia tomar em conta – só observou o ascenso no mercado – que se enfrentava com uma nova época de ascenso, onde as crises seriam só temporárias e as vacilações débeis, e um ascenso as superaria rapidamente, conduzindo a economia a níveis mais altos. Não previu isto. A revolução não veio em 1859-1860. Em troca, houve guerras associadas com a unificação da Itália, logo tivemos a guerra da Crimeia, e depois a guerra franco-prussiana. Questões urgentes, questões de Estado e de ordem nacional foram resolvidas por meio de batalhas. Foi em princípios dos '70 do século XIX que começou uma nova linha de depressão, estancamento (Trotsky, 2008, p. 199).

Assim, Marx foi realizando estudos em campos diversos, particularmente se debruçando sobre as crises e guerras do período, acompanhando o desenvolvimento das tendências capitalistas que caminhavam ao *imperialismo*. Nesse sentido, o fundador do socialismo científico combinou a mais poderosa obra para compreensão do processo global da produção capitalista, atrelado a uma intensa elaboração dos processos da luta de classes em nível mundial³⁵ e, dentro desse processo, uma análise das guerras e dos principais conflitos interestatais do período. Esses três campos de estudo de Marx se marcariam na época imperialista pela determinação recíproca aguda, conduzindo à crise da década de

³⁵ Basta ver suas intensas elaborações sobre os processos da luta de classes na *Nova Gazeta Renana* (que consagrou no período inclusive elaborações como *Lutas de Classe na França* ou *O Dezoito Brumário*), as intensas pesquisas de Marx e Engels sobre a revolução alemã, reflexão sobre as lutas do proletariado inglês, elaborações sobre processos de luta de classes na Índia, China, entre muitos outros exemplos. Valeria notar a própria discussão que faz Marx com Vera Zassulich em cartas ao final da vida, que são fundamentais para pensar o desenvolvimento da revolução russa e para a própria formação do marxismo russo. Ver: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1881/03/zasulich1.htm>>.

1910, às revoluções na Europa (a começar pela Revolução de 1905 na Rússia) e, finalmente, à própria Primeira Guerra Mundial.

Com isso, Marx consagrou um método revolucionário da análise da situação mundial, conjuntamente à constituição da Internacional Socialista como instrumento político dos trabalhadores. Marx deixou, nesse sentido, *um potente legado*. Mas em uma época (século XIX) em que encontramos uma última curva ascendente da economia capitalista na segunda metade daquele século, este legado ainda era uma flor presa entre os grilhões do capital: a virada do século experimentou uma explosão do mundo dos monopólios, do parasitismo financeiro e da decomposição do sistema (expressa na guerra mundial de forma aguda), que fez estilhaçar todos os grilhões para o brotar da flor viva do comunismo, expressando uma época de profundas crises capitalistas e recolocando o problema da revolução na ordem do dia.

3.8 Debates na geração pós-*O Capital* sobre compreensão do imperialismo

O impacto da curva de ascenso econômico no momento posterior à elaboração de *O Capital* não foi pequeno: a Associação Internacional dos Trabalhadores teve uma duração curta (cerca de doze anos) e seus efeitos atuavam efetivamente no interior da teoria marxista.

Se por um lado temos os condicionantes objetivos, também podemos acrescentar que Marx só havia publicado durante todo o período o seu livro primeiro, o que gerou uma série de interpretações da teoria do valor, às quais Marx e Engels sempre faziam referência³⁶. E depois de meados da década de 1880, quando da publicação do livro segundo, tivemos mais de uma década de controvérsias sobre a teoria econômica, particularmente a “contradição” entre as formas abstratas da teoria do valor e as determinações que compõem sua forma global, e nesse sentido o debate sobre valor/preço,

³⁶ Ver prefácio da primeira e segunda edições do livro primeiro, escrito por Marx, e os prefácios dos livros segundo e terceiro, ambos escritos por Engels, discutindo com as principais tendências teóricas da época.

taxa de lucro/taxa de mais-valia e, especialmente, a relação entre o lucro médio das empresas e a lei do valor³⁷.

Dois nomes destacados no debate desse período são Peter Fireman e Conrad Schmidt. Os dois buscaram dar uma explicação global dos lucros médios tendo por base os dois primeiros livros de *O Capital* e acabaram exercendo uma influência importante no interior do movimento comunista. Fireman acabou se desvinculando de seus estudos de economia, voltando a sua vida nos EUA, e atuando como professor de química e jornalista. Conrad Schmidt, pelo contrário, cumpriu um papel chave no que ficou conhecido como *revisionismo* no interior da Segunda Internacional.

O que queremos destacar tomando Conrad Schmidt, como representante da segunda geração de marxistas que refletiu a crítica da economia política³⁸, é a expressão teórica da tentativa de conciliar a “economia marxista” com as expressões políticas que cabiam na perspectiva de transformação social de forma gradual e evolutiva, tergiversando a perspectiva da revolução e, fundamentalmente, eliminando do marxismo a perspectiva da crise devoradora do sistema. Essa perspectiva, que se generalizou internacionalmente a partir da socialdemocracia alemã, era produto do proletariado dos países imperialistas que enxergavam a evolução econômica por meio de reformas, dada a sua posição como “aristocracia operária”, como camada particular (“privilegiada”) do proletariado³⁹.

A pressão objetiva da etapa do capitalismo antes da virada para o século XX correspondeu a seus expoentes teóricos, tendo com destaque sem dúvida alguma o nome de Edvard Bernstein. Este teórico (que foi colega de Engels e defensor do marxismo nos anos ’80) baseou-se nas teses econômicas harmonicistas de Conrad Schmidt para desenvolver sua teoria revisionista. E está no núcleo do pensamento de Bernstein a revisão de *O Capital* de Marx ao deslocar o lugar da crise econômica no interior de suas análises no periódico *Neue Zeit*.

³⁷ Entre os nomes que Engels retoma nesse debate estão W. Lexis, J. Wolf, A. Loria, J. Lehr, entre outros.

³⁸ Considerando um período que vai da morte de Marx em 1883 até a década de 1910.

³⁹ Já em meados do século XIX, em carta a Marx de 7 de Outubro de 1858, Engels percebe essa tendência em setores do proletariado inglês: “O proletariado inglês vai se aburguesando de fato cada vez mais; pelo que se vê, esta nação, a mais burguesa de todas, aspira a ter, no fim das contas, *ao lado* da burguesia, uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês. Naturalmente, por parte de uma nação que explora o mundo interior, isto é, até certo ponto, lógico.”

Para destacar um dos primeiros e mais fundamentais combates teóricos a essa forma de marxismo (já que não é nosso objetivo fazer um estudo mais aprofundado sobre esses embates teóricos, mas mostrar sua importância na ligação da teoria de Marx com a nova época), adentremos na polêmica de Rosa Luxemburgo, quando diz que:

Segundo Bernstein, um desmoronamento geral do capitalismo aparece como cada vez mais improvável, de um lado, porque o sistema capitalista manifesta uma capacidade de adaptação cada vez maior e, de outro, porque a produção se diferencia cada vez mais. A capacidade de adaptação do capitalismo manifesta-se, segundo Bernstein, em primeiro lugar no desaparecimento das crises gerais graças ao desenvolvimento do sistema de crédito e das organizações patronais, das comunicações e do serviço de informações; segundo, na tenacidade das classes médias, como consequência da diferenciação crescente dos ramos de produção, e da elevação de grandes camadas do proletariado ao nível da classe média; em terceiro lugar, enfim, na melhoria da situação econômica e política do proletariado, consequente à ação sindical (LUXEBURGO, 1999, p. 22).

Ligando os elementos econômicos e políticos, Rosa Luxemburgo demonstra ainda que ao se refletir na teoria a estabilização que era vista no final do século XIX entre os teóricos da II Internacional (afastando a perspectiva da crise), se estilhava a estratégia revolucionária:

Para a sua luta prática, decorre, do que ficou dito, a conclusão geral de que não deve a socialdemocracia dirigir a sua atividade no sentido da conquista do poder político, mas da melhoria da situação da classe operária, e da instituição do socialismo, não como consequência de uma crise social e política, mas por meio da extensão progressiva do controle social e aplicação gradual do princípio da cooperação (LUXEBURGO, 1999, p. 22).

As discussões de Rosa Luxemburgo com os expoentes do reformismo alemão marcaram definitivamente a reconstituição do marxismo no século XX⁴⁰, pois era necessário à nova geração estabelecer a íntima conexão entre as novas condições econômicas e a subsequente política para o período. E nesse trabalho, era necessário compreender em que sentido o sistema de crédito, a situação da pequena-burguesia e da classe trabalhadora passariam de uma capacidade de “adaptação do capitalismo” para se converterem em seu contrário, a saber, os provedores de crises mais agudas que pudessem varrer o capital de cima a baixo. Esse foi o desafio da terceira geração⁴¹ e ela soube buscar todos os mecanismos de dar essa resposta, tanto teórica quanto prática.

3.9 A generalização da *crise*: o *imperialismo*

O emblemático combate de Rosa Luxemburgo ao reformismo não foi o último suspiro, senão um novo fôlego para a renovação do marxismo. A década de 1910 expressou esse combate sobre as mais diversas formas e nos mais diferentes temas⁴². Todos esses conflitos teóricos refletiam, em realidade, no plano da consciência a grande mudança ocorrida no interior da economia.

Mas o grande salto para a recomposição real do marxismo não poderia se dar sem o avanço teórico decisivo dos novos estudos do imperialismo no começo da década. Lênin destaca dois teóricos que foram fundamentais para esse período, a saber: John A. Hobson, um economista liberal autor de *Imperialismo: Um Estudo* e um economista

⁴⁰ E, nesse sentido, de certa forma, Rosa foi antecipadora de embates teóricos sob a mesma base no interior da Rússia no começo do século XX.

⁴¹ Quando nos referimos à “terceira geração revolucionária”, temos em mente a cronologia proposta por Perry Anderson em *Considerações sobre o Marxismo Ocidental* (ANDERSON, 2004). Evidentemente, é uma cronologia imperfeita, algumas gerações se cruzam (particularmente em nosso caso, a segunda e a terceira), mas a proposta do texto ajuda bastante na distinção cronológica que propomos ao longo de toda a dissertação.

⁴² Em 1898 Giorgi Plekhanov escreveu *Conrad Schmidt Versus Karl Marx and Frederick Engels*; no começo do século, Lênin escreveria a série de compilações em debate contra a concepção etapista da revolução consolidada no menchevismo em textos como *As Duas táticas da Socialdemocracia* e *Que Fazer?*; Trotski escreve em 1906 seu célebre *Balanços e Perspectivas*, desenvolvendo por primeira vez os elementos teóricos fundamentais da teoria da Revolução Permanente; entre outros debates que continuaram e se acirraram profundamente na década de 1910.

austríaco, chamado Rudolf Hilferding (histórico pensador da socialdemocracia alemã), o qual publicou em 1910 sua obra prima *O Capital Financeiro*. Foram duas bases fundamentais para se compreender o sentido profundo do imperialismo, não como política, mas fundamentado nas mudanças econômicas que conduziam ao mundo dos monopólios e da soberania do capital financeiro.

Daqui deriva uma das definições fundamentais para adentrar o problema da *continuidade* no marxismo. Em Marx, o que era apontado como “contratendência” à crise (como o sistema de crédito e a intensificação do capital mercantil), mas que em realidade semeava contradições mais profundas (formas de “negação do capitalismo dentro dele mesmo”, nos termos d’*O Capital*), aparecem em Hilferding já na forma mais desenvolvida quando desenvolve o conceito de capital financeiro como fusão entre o capital industrial e bancário:

Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial (HILFERDING, 1985, p. 219).

Essa definição, relativamente “simples” ao olhos do estudioso do século XXI, significou, ao nosso ver, um dos mais significativos avanços teóricos do século XX, e foi a base para se compreender a virada econômica ocorrida com o protagonismo do capital financeiro com centralidade na economia mundial. Também, nesse sentido, favorecia a (re)leitura das obras de Marx, à luz dos novos acontecimentos econômicos.

O economista Eduardo Mariuti, estudioso da temática do imperialismo, sintetiza muito bem as ideias de Hilferding quando escreve que:

O cerne da interpretação de Rudolf Hilferding é o processo de concentração e centralização do capital e as mudanças estruturais que o acompanham. Em seu entender, duas transformações básicas derivam deste processo: a) a forma corporativa de administração dos negócios que marcou o final do século XIX elevou a divisão do trabalho, estabelecendo uma nítida divisão entre o gerenciamento da produção e do capital-dinheiro. Isto favoreceu a conversão dos capitalistas industriais – que apropriam o excedente sob a forma de lucro – em capitalistas financeiros, que adquirem seus rendimentos através das taxas de juros; b) a concentração e a centralização do capital gerou uma nova necessidade: a alocação de capital-dinheiro entre as unidades produtivas, por intermédio das instituições financeiras. Esta nova forma de investimento baseada na fusão entre a taxa de lucro e a taxa de juros possibilitou o florescimento de uma nova forma de capital, o *capital financeiro*, isto é, “o capital controlado por bancos e empregado pelos industriais” (MARIUTI, 2003, p. 160).

A esse avanço teórico dado por Hilferding, Lênin reclamava que se deveria incluir na definição a tendência ao monopólio, fundamental para a compreensão da *época*. A chave para os marxistas no período era ligar, portanto, os avanços na teoria econômica com as principais reflexões estratégicas, reestabelecendo o método de Marx que, como vimos, uniu a mais brilhante análise da economia política (*O Capital*) com elaborações sobre os principais processos da luta de classes (basta ver suas análises sobre a França, que se tornaram grandes clássicos do marxismo) e os principais conflitos interestatais (guerra da Crimeia etc.). E Lênin fez isso de modo profundo, mas com a potência da própria nova época que acirrava completamente as tendências. Conforme concluiu György Lukács⁴³:

⁴³ Lukács em 1924 levanta bons elementos em sua análise de Lênin e o conjunto de seu legado, como parte de um relativo giro à esquerda no conjunto de sua teoria. Muito diferente do curso que tomou pouco tempo depois quando em 1926 escreveu o emblemático texto “Moses Hess e os problemas da dialética idealista”, sofrendo a forte pressão do curso burocrático aberto na URSS. Para uma análise dessa trajetória de Lukács, ver: SALLES, Edison. Lukács e o stalinismo. *Revista Iskra*. São Paulo: Editora Iskra, 2009.

O conceito leninista do imperialismo é, de maneira aparentemente paradoxal, por uma parte um fato teórico considerável e contém, por outra parte, desde o ângulo de uma teoria puramente econômica, escassas realidades novas. Em muitos sentidos se apoia em Hilferding e, desde um ponto de vista puramente econômico, não pode sustentar [...] a comparação com a continuidade, notável de fato, da teoria marxista da reprodução realizada por Rosa Luxemburgo. A superioridade de Lênin consiste nisto: haver sabido – e isto constitui uma façanha teórica sem paralelos – *ligar concreta e completamente a teoria econômica do imperialismo a todos os problemas políticos da atualidade*, fazendo do conteúdo da economia nesta nova fase o fio condutor de todas as ações concretas no mundo assim organizado (LUKÁCS, 2007, 71-72, tradução nossa).

Nesse sentido, é conhecida a passagem da vida de Lênin no período anterior à guerra em que, estando preso e exilado, optou por fazer dois profundos estudos: sobre a Lógica de Hegel e a teoria militar de Karl von Clausewitz. Os dois estudos tinham um objetivo bastante concreto: dada a forte crise econômica que afetou o conjunto da Europa na primeira metade da década de 1910, e com as principais potências caminhando para a guerra, era preciso entender a virada na social democracia alemã que se converteu do principal partido operário internacional em um grande entrave para a revolução (na medida em que teve uma linha nacionalista durante a guerra) e, neste sentido, compreender a deriva estratégica no interior das tendências internacionais. Nesse momento, Lênin identifica que as pressões reformistas, influenciadas pelo grande fenômeno da Primeira Guerra Mundial, converteram-se em uma tendência oportunista dentro do movimento, dirigidas (na visão de Lênin) sobretudo por Karl Kautsky.

A atenuação que Kautsky faz das contradições mais profundas do imperialismo, e que se transforma inevitavelmente num embelezamento do imperialismo, deixa também marcas na crítica que estes escritos fazem às propriedades políticas do imperialismo. O imperialismo é a época do

capital financeiro e dos monopólios, que trazem consigo, em toda a parte, a tendência para a dominação, e não para a liberdade. A reação em toda linha, seja qual for o regime político; a exacerbação extrema das contradições também nesta esfera: tal é o resultado desta tendência (LÊNIN, 1982, p. 658).

No embate com essa tendência internacional foi que Lênin realizou uma grande empreitada teórica que possibilitou uma renovação do marxismo, não como a negação de algum elemento que caducará em Marx, mas como um *avanço teórico* adaptado à época das principais tendências expostas pelos fundadores do socialismo científico, em choque com as tendências reformistas e centristas. Desse modo, Lênin escreverá, além do *Imperialismo*, também *O Estado e a Revolução* e *O renegado Kautsky e a Revolução Proletária*, como tríade de luta teórica contra aquele que era considerado o principal marxista da II Internacional.

Mas ainda que Lênin tivesse que enfrentar os problemas da censura e da repressão quando da escrita de sua obra de 1916⁴⁴, ali já se introduziu elementos do conjunto do debate que possibilitam compreender em que sentido se aprofundou as principais reflexões de Marx. Na análise do imperialismo, Lênin faz uma definição da fase do capitalismo a partir de cinco tendências fundamentais, a saber: a) o papel decisivo dos monopólios na vida econômica; b) fusão do capital bancário e industrial formando o capital financeiro (e a oligarquia financeira); c) exportação de capitais sobrepassando a exportação de mercadorias; d) formação de associações internacionais monopolistas; e) por fim, o termo da partilha do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Sobre a concentração de capitais, o papel da exportação de capitais e a formação de organizações monopolistas, de certa forma, a partir do que discutimos na análise da crise em Marx na primeira parte, podemos dizer que Lênin (em base a Hilferding), apenas aprofundou as tendências expostas por Marx em *O Capital*, transformando em forma simples a combinação que vimos da formação da taxa média de lucro, atrelada à queda tendencial da taxa de lucro e aos mecanismos contratendências, a

⁴⁴ Ver prefácio do *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*.

saber, especialmente a discussão de capital mercantil (e suas formas derivadas de capital comercial e “capital de comércio de dinheiro”).

A discussão de Marx acerca do sistema de crédito como provedor de crises mais agudas em relação com seu conceito ainda inacabado de *Geldhandlung kapital* (Capital de comércio de dinheiro) era, portanto, uma antecipação das teses que Lênin desenvolveu com profundidade no imperialismo: isso porque, além dos aspectos econômicos, Lênin expõem em sua definição da nova época o que Marx apontou como tendência a partir do sistema de créditos, ou seja, a análise da crise desde a concentração do capital, formação de monopólios, oligarquia financeira, que implicaria necessariamente em choques mais abruptos:

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição (LÊNIN, 1982, p. 668).

É nesse sentido que se pode orientar a nova análise da crise: não como um processo cíclico dentro de um modo de produção em avanço permanente, mas como uma época de dominação do capital financeiro que implicará em choques e decomposição do sistema. A crise salta de uma forma localizada e particular no desenvolvimento internacional do capitalismo para ganhar a forma universal de uma época; a contradição entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais implica nos choques incessantes entre Estados e funciona como um acelerador da crise do capital; e, por fim, a *possibilidade* da Revolução proletária se torna uma *necessidade* histórica:

Se o sistema de crédito é o propulsor principal da superprodução e da especulação excessiva no comércio, é só porque o processo de reprodução, elástico por natureza, se distende até o limite extremo, o que

sucede em virtude de grande parte do capital social ser aplicada por não proprietários dele, que empreendem de maneira bem diversa do proprietário que opera considerando receoso os limites de seu capital. Isto apenas ressalta que a valorização do capital fundada no caráter antinômico da produção capitalista só até certo ponto permite o desenvolvimento efetivo, livre, e na realidade constitui um entrave à produção, limite imanente que o sistema de crédito rompe de maneira incessante. Assim, este acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial, e levar até certo nível estes fatores, bases materiais da nova forma de produção, é a tarefa histórica do modo capitalista de produção. Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises, e, em consequência, os elementos dissolventes do antigo modo de produção (MARX, 2008, p. 588).

No nosso entender, tendo em vista a síntese de Marx acima, Lênin se revela na discussão do *Imperialismo* a expressão condensada da *continuidade* teórica do pensamento de Marx no livro terceiro de *O Capital*, ao levar todas as tendências teóricas apontadas até o final e conduzi-las a conclusões estratégicas, dando uma expressão totalizante (com elementos políticos e transformações sociais) à tendência fundamental que Marx apontou do sistema de crédito como propulsor de “erupções violentas”, de novas formas da “crise”.

Assim, nos parece que a “teoria financeira” de Marx – que leva as aspas por não ser uma teoria acabada e sistematizada (boa parte de seus conteúdos nem tendo sido publicados pelo próprio Marx em vida) – encontrou nas contribuições teóricas do início do século XX a forma “acabada”, a continuidade teórica que uniu e sistematizou as melhores tendências expressas em *O Capital* num “todo artístico”, para usar a expressão de Marx. Um trabalho que só poderia ser feito quando os fenômenos econômicos se agudizaram, como produto e expressão dessa época, no início do século XX.

4 A crise em suas consequências drásticas: violência, repressão estatal e guerra imperialista

Marx se referiu certa vez a uma das máximas mais importantes de Hegel, segundo a qual *os extremos se tocam* (“lei da unidade dos contrários”) como uma “grande e poderosa verdade em todas as esferas da vida” (MARX, 1981, p. 9). Do ponto de vista de nosso tema – o estudo do conceito de crise – podemos notar que desde o *Manifesto* Marx insistia em que, no capitalismo, o estancamento de uma crise pode ser a gestação de uma irrupção maior e mais violenta, de modo que *a harmonia se converte em seu contrário, na bancarrota*. A *guerra imperialista*, de certo modo, não pode ser genuinamente compreendida se não se tiver em conta essa contradição.

Em nenhum momento histórico do marxismo até o começo do século XX a virada da situação social pareceu ser tão abrupta como na Primeira Guerra Mundial: em alguns anos, passava-se da tida “*belle époque*” para as expressões mais agudas da “barbárie”, da “decomposição” do sistema, do horror e sofrimento. A sensação de estabilidade dava lugar às mudanças bruscas, ao choque explícito das potências, à luta irracional dos monopólios para empurrar ao proletariado do país vizinho todas as contradições de sua própria irracionalidade. Como atesta Hobsbawm, a pressão das contradições gestadas no pré-guerra iam sendo transferidas, pouco a pouco, aos trabalhadores, consumando uma tensão social insustentável:

De meados dos anos 1890 à Grande Guerra, a orquestra econômica mundial tocou no tom maior da prosperidade, em vez de no tom menor da depressão. A afluência, baseada no *boom* econômico, constituía o pano de fundo do que ainda é conhecido no continente europeu como “a bela época” (*belle époque*) [...] Felizmente para a “beleza” da *belle époque*, a economia estava estruturada de maneira a transferir essa pressão dos

lucros para os operários. O aumento rápido do salário real, tão característico da Grande Depressão, desacelerou-se visivelmente. Na França e na Grã-Bretanha, houve uma queda efetiva do salário real entre 1899 e 1913. Isso foi uma das causas da tensão e das explosões sociais ressentidas dos últimos anos anteriores a 1914 (HOBSBAWM, 2009, p. 81-85).

É precisamente essa “grande virada” (que afetou a vida das massas trabalhadoras como nenhum evento precedente) que buscaremos refletir, já que nas distintas respostas que o marxismo do período deu ao fenômeno estava colocada a principal problemática teórica: como dar continuidade ao legado revolucionário do marxismo, particularmente à sua *continuidade teórica*, tendo em vista algo completamente novo e desafiador, a Guerra Mundial? Tal resposta exigia a combinação do resgate ortodoxo da *concepção materialista da história*, mas também uma dose significativa de *criatividade* diante dos novos desafios impostos e, no que se refere à teoria das crises, buscar a imbricação em *essência* entre a contradição estrutural que acometia a sociedade capitalista, a crise que se desenvolveu na segunda década do século XX e o fenômeno político da guerra.

4.1 “Acumulação primitiva (originária)”, acumulação capitalista, violência e a guerra

Aqui cabe um percurso breve de “volta à Marx”, à medida em que é necessário circular uma das discussões fundamentais feitas sobre o fundador do materialismo histórico quando entramos no terreno da guerra imperialista: a retomada do conceito de acumulação primitiva.

Em nossa maneira de abordar a questão, achamos conveniente durante todo o capítulo anterior fazer um percurso pelas distintas formas da manifestação da crise e a imbricação dos distintos âmbitos (produtivo, reprodutivo, financeiro, de capital portador de juros, de capital fictício etc.) tentando *unir o que estava separado* nas distintas análises da economia política, o que acaba por dificultar mais o entendimento. Após esse percurso ficaria mais compreensível a leitura da guerra como *continuação da política por outros meios* (para usar os termos de Karl Von Clausewitz) e, nesse sentido, expressão da luta de classes internacional e o movimento conflituoso entre o capital e o trabalho (em sua conformação nos Estados nacionais e conflituosidade levada à arena mundial). Nesse sentido, entender a guerra como expressão da época imperialista, e em última instância, do movimento econômico conflituoso inevitável dessa época no período dado.

Começamos por abordar a conceituação, das mais conhecidas quando se trabalha o tema, retomando o célebre capítulo XXIV de Marx e relacionando com as discussões sobre o imperialismo. Nós partimos de entender o conceito de acumulação primitiva (originária) como a mais importante histórica explicação da gênese do capitalismo e, nesse sentido, *uma expressão conceitual de um movimento histórico, real, em um dado contexto*, que tem como crivo não uma acumulação capitalista dada, mas a própria formação do capitalismo. Nesse sentido, achamos por bem abordar o conceito, para desfazer interpretações que buscam, partindo do livro primeiro do capital, criar um arcabouço teórico definitivo para explicar a época mais atual do imperialismo e não visam relacionar o livro primeiro com o segundo e o terceiro e, a partir daí, entender o movimento da acumulação capitalista em seu conjunto⁴⁵.

Marx parte em seu capítulo XXIV do livro primeiro de desvendar um aparente mistério: o círculo vicioso no interior da acumulação capitalista, que pressupõe capital, mais-valia e dinheiro, desdobrando-se em mercadorias e força-de-trabalho, que tende a produzir mais dinheiro, tornado capital, gerando mais-valia etc., em contínuo processo de acumulação. A única maneira de se romper o círculo seria um “pecado original”, exterior a esse círculo e mesmo a todo o modo de produção:

⁴⁵ Não seria de se estranhar uma hipótese de que o desconhecimento direto do livro terceiro em especial foi o causador de interpretações limitadas por muitos marxistas dos próprios conceitos de Marx, buscando no final do livro primeiro a explicação integral (e não a base dessa explicação, desenvolvida em sequência).

Vimos como o dinheiro se transforma em capital, como se produz mais-valia como capital, e mais capital com mais-valia. Mas a acumulação do capital pressupõe a mais-valia, a mais-valia, a produção capitalista, e esta, a existência de grandes quantidades de capital e de força de trabalho nas mãos dos produtores de mercadorias. Todo esse movimento tem, assim, a aparência de um círculo vicioso, do qual só poderemos escapar admitindo uma acumulação primitiva, anterior à acumulação capitalista (“*previous accumulation*”), segundo Smith, uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida (MARX, 2009, p. 827).

Primeiramente, ao percorrermos o conceito de Marx (de acumulação primitiva), é necessário retomar ele traça uma discussão sobre a própria gênese capitalista, religando as partes e retomando as discussões de seu primeiro capítulo: se quisermos, de maneira implícita, ele reflete as questões levantadas no *fetichismo da mercadoria*. Isso porque a chave para Marx em entender a gênese do capitalismo é perceber a separação forçada que o movimento do capital provocou entre os trabalhadores e os meios de produção. Essa separação entre o sujeito e os meios de produzir foi uma tensão teórica da investigação de Marx desde seus escritos de juventude, e, sobretudo, dos *Manuscritos de Paris*, de 1844. O avanço na discussão sobre o conceito de *alienação* (e estranhamento) foi chave à reflexão exposta em seu capítulo primeiro de *O Capital*.

Aqui, portanto, já aparece plenamente desenvolvida. O conceito de *acumulação primitiva* tem a ver, portanto, com o *longo, duro e difícil processo* “de expropriação da massa do povo por poucos usurpadores”, um processo que tomado em seu conjunto foi formador do modo capitalista de produção. Conforme define Marx:

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa

dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior [...] A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista (MARX, 2009, p. 828).

O conceito de acumulação primitiva, na teoria de Marx, está intimamente ligado, portanto, a um momento histórico dado em que se operou um enorme *salto qualitativo* na acumulação econômica e na formação de um conjunto de valores e costumes que foram a base para o desenvolvimento capitalista.

No entanto, em escala muito menor e como resposta aos ditames do movimento do capital em um contexto contemporâneo, o que levou diversas vezes à visão de que o melhor conceito para explicar o movimento de avanço “geográfico”, ou mesmo interno a um país, do capitalismo seria o de acumulação primitiva. Assim o conceito era tomado em uma nova acepção, não como de um “pecado original”, mas de uma pecaminosidade constante, o que explicaria as tendências capitalistas selvagens e, por fim (e relacionando com o tema em vigência), explicaria as tendências belicistas no interior do capitalismo.

Seguindo o percurso teórico da acepção do conceito, atribui-se a Rosa Luxemburgo a apropriação mais conhecida e interpretação com ênfase particular. Em seu *Acumulação de Capital*, a marxista polonesa abre seu capítulo final introduzindo a discussão sobre militarismo a partir desse ponto, quando diz:

O militarismo desempenha, na história do capital, uma função bem determinada. Ele acompanha os passos da acumulação em todas as suas fases históricas. No período da chamada “acumulação primitiva”, ou seja, nos primórdios do capital europeu, o militarismo desempenhou papel decisivo na conquista do Novo Mundo e dos países fornecedores de especiarias das Índias, desempenhou-o também mais tarde, na conquista das colônias modernas, na destruição das comunidades sociais das sociedades primitivas e na apropriação de seus meios de produção, na imposição violenta do comércio aos países cuja estrutura social constituía

um obstáculo à economia mercantil, na proletarização forçada dos nativos e na instituição do trabalho assalariado nas colônias, na formação e extensão de áreas de influência do capital (europeu em regiões não europeias), na imposição de concessões de ferrovias a países atrasados, na execução das dívidas resultantes de empréstimos internacionais do capital europeu e finalmente como instrumento da concorrência entre os países capitalistas visando à conquista de culturas não capitalistas (LUXEMBURG, 1985, p. 311).

Ou seja, na leitura de Rosa Luxemburgo, para buscar uma explicação histórica e científica do papel do militarismo, ela “recua” até a formação do capitalismo e demonstra que o militarismo ocupou “papel decisivo” na conquista das novas colônias e, conseqüentemente, na expansão capitalista e na acumulação primitiva de conjunto.

Nesse sentido, segue o percurso de Marx, pois este relaciona em seu capítulo XXIV o desenvolvimento da acumulação com a *força bruta* utilizada pelo capital até se consolidar em modo de produção de conjunto, ou seja, entendendo a violência como parte constitutiva da formação capitalista. Conforme escreve:

É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravidão, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência. Na suave economia política, o idílio reina desde os primórdios. Desde o início da humanidade, o direito e o trabalho são os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se naturalmente o ano corrente. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva nada tem de idílicos (MARX, 2009, p. 828).

Nesse sentido, em Marx, para dizer em outras palavras o que viemos abordando, o processo da acumulação primitiva é um processo de violência concentrada para a separação dos trabalhadores e os meios de produção.

Tendo isso por base, poder-se-ia compreender a leitura de Rosa Luxemburg da crise imperialista, do militarismo e sua expressão máxima na Guerra Mundial como uma intensificação do processo de acumulação primitiva, uma busca incessante. No entanto, partindo da base ao analisar o conceito, no último capítulo de sua obra mais conhecida, a autora polonesa entende que o capitalismo é o primeiro modo de produção que tem por força propulsora estilhaçar outros modos de produção, porém, não pode sobreviver “só”, como modo de produção único, sem se alimentar de mais-valia advinda de suas expropriações. Essa é a tensão fundamental, em realidade, que apresenta Rosa Luxemburgo quando escreve:

O capitalismo é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra ao seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se, que, tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como forma de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição (LUXEMBURGO, 1985, p. 320).

Essa ideia de Rosa Luxemburgo está fortemente presente no *Manifesto Comunista* e é uma das bases gerais da reflexão sobre a crise econômica: a ideia de que o capitalismo é promovedor de crises cada vez mais intensas pelos seus mecanismos de contenção e, nesse sentido, a marxista polonesa relaciona esse tema com a ideia geográfica de uma contradição com dois polos: a) centrífugo, na medida em que o capitalismo não pode sobreviver sem a expansão desenfreada em busca de novos capitais e b) centrípeto, na medida em que não pode “existir só”, de modo que, ao voltar-se a si mesmo incessantemente, o capitalismo “sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como forma de produção universal”.

Rosa Luxemburgo vai além e liga essa discussão com as contradições (uma verdadeira bancarrota) que pode levar o movimento do capital buscando sua expansão a todo custo, e colocando a expressão militar no centro dessa expansão:

Quanto mais o capital, por meio do militarismo, liquida com a existência de camadas não capitalistas e reduz as condições de vida das classes trabalhadoras, mais a história cotidiana da acumulação de capital no cenário mundial transforma-se em uma série de catástrofes e convulsões políticas e sociais que, em combinação com as catástrofes econômicas periódicas (em forma de crises), inviabilizam a acumulação ao mesmo tempo que tornam imprescindível a rebelião da classe operária internacional contra a dominação do capital, antes mesmo que essa dominação tropece economicamente nas barreiras naturais que ela mesmo criou (LUXEMBURGO, 1985, p. 320).

Se tomarmos essa interpretação “clássica” de Rosa, poderíamos buscar ligar a sua noção de expansão militar à ideia de necessidade sempiterna capitalista de novas “acumulações primitivas”. Acreditamos que essa interpretação é inclusive vigente na obra de Marx (tendo autores como David Harvey e Michel Löwy como expoentes, conforme indicaremos à frente) na medida em que é uma tentativa de explicar os elementos militares (e poderia chegar mesmo a explicar a guerra imperialista) partindo-se dessa contradição.

Acreditamos que essa interpretação de Rosa Luxemburgo e a apropriação do conceito de acumulação primitiva é produto de uma maneira de tentar explicar o movimento complexo dos monopólios capitalistas em contradição com as barreiras geográficas dos Estados nacionais utilizando, conforme anunciamos acima, um arcabouço teórico do livro primeiro de Marx.

Nesse sentido, a explicação do militarismo estaria explicada pela necessidade de expansão geográfica do capital e pela disputa por “novos mercados”. Evidentemente, isso é parte fundamental de uma análise científica do processo que culmina em uma guerra, no entanto é uma maneira ainda bastante parcial de enxergar o fenômeno, particularmente

se falarmos de um fenômeno de complexidade *sui generis* como a Primeira Guerra Mundial. Isso porque dentro do conceito de “capital” existem uma série de determinações, sobretudo com a formação na virada do século XX de um “mundo de monopólios”, onde o capital financeiro ganha predominância e o sistema de crédito passa a ser “senhor” da situação econômica. Nesse sentido, é impossível e inviável refletir o fenômeno da guerra por fora de aprofundar a investigação marxista que ligaria os distintos fenômenos financeiros aos embates políticos e, por fim, militares.

Assim, pode-se buscar a partir do conceito de acumulação primitiva criar uma “teoria da acumulação capitalista moderna”, mas ficaria completamente aquém de todo o avanço que deram Hilferding, Lênin e mesmo Rosa Luxemburgo, entre outros teóricos da segunda e terceira gerações de marxistas.

Sem buscar fazer uma análise dos teóricos contemporâneos envolvidos nesse debate, nos parece que para entender essa interpretação o teórico David Harvey nos dá uma pista valiosa, quando da criação de seu conceito de “acumulação por espoliação”:

A desvantagem desses pressupostos é que relegam a acumulação baseada na atividade predatória e fraudulenta e a violência a uma “etapa original” tida como não mais relevante ou, como no caso de Luxemburgo, como de alguma forma “exterior” ao capitalismo como sistema fechado. Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou “original” no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é por conseguinte muito necessária, como observaram recentemente vários comentadores. Como parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004, p. 120-121).

Ou seja, a preocupação de David Harvey estaria em demonstrar o caráter predatório do desenvolvimento capitalista não apenas como um “momento” ou uma etapa “primitiva” do capital, mas sim como lógica permanente. No entanto, a forma da

“pilhagem”, após a virada imperialista do século XX, ganha nos contornos financeiros um salto de qualidade elementar que, ao nosso ver, difere qualitativamente das formas originárias. Ainda que Harvey busque conciliar esses conceitos (buscando dar a ênfase da espoliação moderna), ele mesmo pondera esse elemento quando diz:

Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lênin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, há prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações de créditos e das ações – tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo (HARVEY, 2004, p. 122-123).

Colocados esses elementos, em que buscamos entender a base do uso do conceito de *acumulação primitiva* para uma possível explicação do avanço na expansão capitalista e, em última instância, do impulso belicista do capital, é possível adentrar de modo mais apurado nas reflexões sobre o fenômeno particular da Primeira Guerra Mundial.

Em realidade, o conjunto de intelectuais que buscavam compreender aquela grande virada ocorrida no século XX no conjunto das condições econômicas, sociais e políticas que rapidamente avançaram para enfrentamentos bélicos tiveram definitivamente que fazer o esforço de mergulhar completamente na obra *O Capital* de Marx, pois se tratava

agora não de entender aspectos da “economia” capitalista, mas do movimento acelerado do capital em seu conjunto que estava resultando em uma catástrofe; por outro lado, era um momento de buscar uma leitura “não dogmática” de *O Capital*, o que levou a distintas interpretações sobre o fenômeno da Guerra Mundial, em que a reflexão sobre a crise capitalista devia ter espaço fundamental.

Sem compreender o lugar do capital financeiro na economia contemporânea (nesse sentido extrapolando a ideia de “acumulação primitiva” como chave de explicação), vendo o capital financeiro como “senhor” do movimento econômico e expressão da fusão profunda entre os empresários industriais e o capital bancário, não era possível entender de modo profundo, ao nosso ver, a complexa imbricação entre a ideia de crise e seu aprofundamento e o belicismo capitalista.

4.2 As “formas” da crise e o *equilíbrio instável* do capitalismo

Como vimos, se tomarmos o capitalismo como modo de produção em seu conjunto, vemos que Marx já via na contradição entre as forças produtivas e as relações de produção um elemento decisivo para apontar que vivemos uma época de revolução social. O *conteúdo* da sociedade forja bases para sua superação: é das entranhas da própria bancarrota desse sistema que pode surgir a *ideia concreta* do socialismo, já que a “revolução permanente das condições de produção” é característica inerente do sistema; como diz de modo mais penetrante o próprio Marx, a revolução de novo tempo não se põe limites e revela sua essência pelo seu próprio caráter material: “antes a frase ia além do conteúdo, agora é o conteúdo que vai além da frase” (MARX, 2002, p. 24).

Ainda que não se refira exatamente ao nosso tema, é imprescindível pontuar que não se trata de uma interpretação teleológica da história. O século XX, em distintas vertentes, se contrapôs a essa interpretação do marxismo segundo a qual o conceito de *necessidade* em Hegel foi transladado ao marxismo entendendo a *História* como um andarilho que percorre uma estrada única de encontro com seu destino já traçado. Contra

essa ideia, é conhecido o “freio de emergência” de Walter Benjamin⁴⁶, em sua revolta contra o “evolucionismo” filosófico e a capitulação prática na política pela socialdemocracia num contexto de nazismo. Também György Lukács escrevia em 1965 que “a ontologia marxiana se diferencia da de Hegel por afastar todo elemento lógico-dedutivo e, no plano da evolução histórica, todo elemento teleológico” (LUKÁCS, 2007, p. 226).

Negar uma teleologia na história ao nosso ver não implica em se contrapor ao conceito de *necessidade* (de herança hegeliana): aquele que não consegue perceber a dialética entre pensar a emergência de um novo modo de produção no seio do sistema antigo, ou seja, perceber que a forma nova só pode surgir como uma supra-sunção (*aufhebung*) da arcaica, não pode compreender o significado profundo do que diz Marx quando define o comunismo como “movimento real que anula e supera o estado atual de coisas”⁴⁷.

Nesse sentido é que podemos entender a interconexão que viemos traçando entre a obra teórica de Marx e de seus seguidores da terceira geração revolucionária, à medida que, de certa forma, entender os desenvolvimentos do *imperialismo* é compreender a sequência histórica do aprofundamento do próprio conceito de crise em Marx ou, se quisermos, compreender o difícil e complexo processo da *crise no interior da crise*.

Evidentemente, também aqui não se trata de entender o desenvolvimento ocorrido na anatomia econômica do capitalismo global na virada do século XX como um processo de crise final, de bancarrota indefinida do capitalismo (o que por outra via, seria recair no mesmo vício da teleologia da história). Também Leon Trotski se voltou diversas vezes contra essa concepção, que considerava “esquerdista”, sintetizada em uma teoria política de “ofensiva permanente”⁴⁸. Assim, retomou diversas vezes a ideia da imagem da

⁴⁶ “Marx disse que as revoluções são a locomotiva da história. Mas talvez as coisas se apresentem de modo muito diferente. Pode ser que as revoluções representem a necessidade de que a humanidade que viaja neste trem puxe o freio de emergência” (BENJAMIN, 1994).

⁴⁷ Ver descrição de comunismo de Marx, se utilizando desse método em *A Ideologia Alemã* (MARX, 2009, p. 38).

⁴⁸ Segundo essa teoria com o advento do imperialismo as tendências capitalistas conduziram a uma bancarrota indeclinável que colocava para o movimento político a necessidade de atuação ofensiva permanente, como se isso conduzisse ao encontro com as massas. Justamente essa ideia que Trotski, junto a Lênin, começam a rebater com virulência nos inícios dos anos 20, à medida em que se via alguma

curva ascendente ou descendente, caracterizando uma época, sobreposta a um conjunto de ascensos e *booms* dentro de cada período, conforme escreve:

Mas nós sabemos que o desenvolvimento capitalista se dá através dos assim chamados ciclos industriais, que compreendem uma série de fases consecutivas da conjuntura econômica: *boom*, estancamento, crise, fim da crise, melhora, *boom*, estancamento e assim sucessivamente. Uma análise histórica mostra que estes ciclos se seguem um ao outro cada oito ou dez anos. Se estivessem colocados num gráfico, obteríamos, superpostos sobre a curva básica que caracteriza a direção geral do desenvolvimento capitalista, um conjunto de ondas periódicas que se movem para cima e para baixo. As flutuações cíclicas da conjuntura são inerentes à economia capitalista, como os pulsos do coração inerentes a um organismo vivo (Trotsky, 2008, p. 104).

Desse modo, o marxismo encontrou uma força dialética enorme neste ponto de vista, que conseguia se desvincular de duas deformações latentes na época: o economicismo (e o objetivismo que lhe é parteiro), que quis encontrar na “crise estrutural” do capitalismo o seu fim, e não na interconexão entre uma época de crise e as condições para suplantar essa crise (tendo determinação a luta de classes); e em outro sentido contra a teoria subjetivista que apostava apenas num *putsch* (golpe vanguardista da classe) e inclusive entendia a política (e seus desdobramentos, como o partido) como elementos “superestruturais” que pudessem “forjar insurreições”⁴⁹ apenas com a ação subjetiva e irrefreável, deslocada dos “fluxos e refluxos” da própria situação da economia.

A crise no interior da crise, nesse sentido, a explicitação das contradições mais profundas que o capitalismo pode engendrar em um dado contexto, como o que retomamos

recomposição econômica em importantes economias europeias. A principal referência teórica sobre esse ponto é a obra de Lênin, *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*.

⁴⁹ Talvez a experiência mais notável de uma visão subjetivista a esse modo tenha sido o *putsch* de 1921 na Alemanha, na região de Mansfeld, algumas centenas de operários tentam uma insurreição e acabam sendo reprimidos violentamente pela polícia, e terminou com um retrocesso importante da situação na Alemanha, que durou até a nova revolução, de 1923. Ver LOUREIRO (2005, p. 125-138).

da Primeira Guerra Mundial, é a combinação de fatores históricos que podem fazer, no interior de uma crise econômica histórica, surgirem combinações político-sociais que façam ao capital restar apenas “alternativas drásticas” para continuar sua sobrevivência como modo de produção integral.

Por isso a importância de se compreender o sentido de “crise histórica” e as flutuações que podem ocorrer no interior dessa crise, pois, do contrário, a análise da crise econômica pode cair em uma forma teleológica ou determinista de “bancarota permanente” do capitalismo, que via de regra no século XX veio se chocando com a realidade. A análise da Guerra Mundial permite nos fazer observar os limites drásticos em que pode se dar um contexto agudo de crise, mas a estabilização da situação em meados dos anos 1920 também seria sua contracara (como poderíamos comparar a crise de 1973 e a estabilização dos anos 1990).

O capitalismo vive um equilíbrio instável, e observar a relação entre a economia e a política para perceber em que contexto se pode romper tal equilíbrio e com quais consequências em cada momento e conjuntura histórica é chave se se pretende uma análise materialista dialética, e não uma esquemática geral da crise.

4.3 Crise econômica, regime político e conflito interestatal

Como vimos, a acumulação primitiva pode ser a parteira da reorganização social que permitiu o advento do capitalismo como modo de produção. Dentro desse processo, aprofunda-se em um nível de complexificação superior à “sociedade política” para usar os termos de Gramsci (2007, p. 47), capaz de promover um equilíbrio social entre as classes ou, em outros termos, garantir a dominação de classe no interior da sociedade.

No que tange ao problema que estamos abordando, pensar as distintas derivações da crise econômica (produtiva-social, superprodução, sobreacumulação, financeira) também implica pensar, de alguma forma, a desestabilização da superestrutura de dominação capitalista. Sem dúvida, o capital cria seus mecanismos de dominação política sob o custo de um alto montante de valor, em geral extraído da própria classe

trabalhadora através dos impostos ou, em alguns casos, financiado por grupos empresariais. É evidente, portanto, que em uma crise econômica profunda afetar-se-ão, de uma forma ou de outra, as próprias condições de existência do enorme aparato estatal de repressão e hegemonia, se tomarmos uma noção de “Estado ampliado” (ou Estado integral), também no sentido de Gramsci (2007). Ainda que os capitalistas busquem sacrificar todos os serviços públicos da população e demais “benefícios” estatais em troca de manter seu aparato de dominação.

O problema colocado, portanto, é da relação que se estabelece entre a crise econômica e a tríade governo-regime-Estado: isso porque a capacidade de afetar os pilares estatais se vê intermediada por distintas particularidades do regime (se for menos significativa a crise, aspectos do governo), intermediações que podem fazer inclusive frações de classe em disputa interburguesa se unificarem para manter a estabilidade geral e não afetarem os pilares do Estado.

Partimos, nesse sentido, de que toda a lógica de Marx e Engels para pensar a revolução tem a ver com *mudar de cima a baixo as condições sociais* (MARX, 2007, p. 43), e que nesse sentido deve afetar os pilares do Estado. É importante entender as *mediações* políticas que surgem para não se desviar a uma concepção mecânica da relação crise-Estado e, por conseguinte, do próprio processo revolucionário.

Uma das primeiras investigações complexas desse processo fez Karl Marx em seu célebre *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*. Além de fazer uma investigação mais apurada dos distintos avanços e retrocessos na situação francesa entre 1848-1852 e o posicionamento das classes e frações da classe, Marx em um dado momento analisa a relação entre a crise e as formas de ação do Estado (e por conseguinte de seu regime), quando escreve que:

Imaginaí agora o burguês francês, o seu cérebro comercialmente enfermo, torturado na agonia desse pânico comercial, girando estonteado pelos boatos de golpes de Estado e de restauração do sufrágio universal, pela luta entre o Parlamento e o Poder Executivo, pela guerra da Fronda entre orleanistas e pelas conspirações comunistas no sul da França, pelas

supostas *Jacqueries* nos Departamentos de Nièvre e Cher, pela propaganda de diversos candidatos à presidência, pelas palavras de ordem dos jornais que lembravam os pregões de vendedores ambulantes, pelas ameaças dos republicanos de defender a Constituição e o sufrágio universal de armas na mão, pela pregação dos emigrados heróis *in partibus*, que anunciavam que o mundo se acabaria no segundo domingo de maio de 1852, – pensai em tudo isso e compreendereis a razão pela qual em meio a essa incrível e estrepitosa confusão de revisão, fusão, prorrogação, Constituição, conspiração, coligação, usurpação e revolução, o burguês berra furiosamente para sua república parlamentar: “Antes um fim com terror, do que um terror sem fim”.

É justamente em relacionar o conceito de crise com o regime político (e a luta entre frações interburguesas) que Marx deriva o conceito de *bonapartismo*, que marcou a história do século XX em suas distintas manifestações. Ainda que a análise do conceito tenha interessado mais à ciência política do que a qualquer outra área das ciências, é impossível pensar o conceito sem partir justamente da “solução repressiva” que encontra o capital frente à combinação entre a crise econômica e política (ainda que no caso do século XX se desenvolveram outras formas, aqui trata-se da base do conceito).

A chave para se pensar no tema proposto, das guerras, é que para refletir o conflito em escala mundial, a violência generalizada de uma guerra, é importante compreender as determinações que estão na essência do processo: a citação de Marx dá, por um lado, a ideia da relação entre a crise e a ação política de um regime burguês, mas também enfatiza a necessidade que a classe dominante tem em um momento particular de encontrar um “fim a qualquer custo”.

Ou seja, relacionar essas esferas é fundamental para se compreender o fenômeno em sua *totalidade* e fugir de determinações que partem de definições *a priori* ou de naturalização (natureza humana) que buscam colocar a violência (em sentido geral e como expressão particular) como *determinação predominante* para explicar sua expressão em um dado país (como no caso do bonapartismo e/ou ditaduras, como a militar) e também em nível internacional, com conflitos interestatais e a guerra.

Essa concatenação de fatores e a importância nesse sentido do questionamento da reprodução do capital (e da propriedade privada) como impulsionador de “soluções repressivas” aparece, entre outros momentos, na discussão de Friedrich Engels com Dühring, já na segunda metade do século XIX. Nesse momento o socialista alemão protesta contra a “teoria da violência” de Dühring, que busca uma teorização “clássica” sobre a determinação política da violência humana natural. Reproduz Engels essa visão de Dühring do seguinte modo:

E, como esse ato de dominação é o ponto de partida e o fato fundamental de toda a história até os nossos dias, introduzindo nela o pecado original da injustiça, embora um pouco atenuado ao se converter mais tarde “nas formas bem mais indiretas da dependência econômica”, e, como desse avassalamento primitivo brota toda a “propriedade baseada na força”, que vem até hoje imperando, é evidente que os fenômenos econômicos têm a sua raiz em causas políticas e, mais concretamente, na violência. Quem não se camuflar com essas deduções é um reacionário camuflado (ENGELS, 1979, p. 137).

Em seguida aponta a crítica a essa concepção, desmistificando sua “originalidade” crítica ao materialismo histórico, já que este nasce justamente em contraposição a visões históricas como essa, da determinação da violência como “causa natural”:

Observemos, antes de mais nada, que é necessário estar muito cheio de si, como o Sr. Dühring, para afirmar que esta teoria é original, quando ela não é de modo algum. A crença de que os atos políticos dos chefes e do Estado são um fato decisivo da História é uma crença tão antiga como a própria historiografia e a ela se deve particularmente o fato de que saibamos tão pouco a respeito da silenciosa evolução que impulsiona realmente os povos e que se oculta no fundo de todas as cenas ruidosas. Está crença presidiu toda a história antiga até que, na época da

Restauração, os historiadores burgueses lhe assestaram. O que é original é que o Sr. Dühring ignore tudo isso, como de fato o ignora (ENGELS, 1979, p. 137-138).

Esse ponto valeria aprofundar no século XX, pois após os fenômenos das Guerras Mundiais desenvolveram-se, em distintos campos do pensamento, formas de pensamento que retomaram o “velho argumento”, naturalmente sempre o apresentando como uma inovação filosófica. Dentre esses autores, seria possível destacar entre as melhores argumentações o nome de Michel Foucault, entre outros, nas suas obras *Microfísica do Poder* e no texto *Em defesa da Sociedade*, em que coloca a seguinte questão:

Sob a paz, a ordem, a riqueza, a autoridade, sob a ordem calma das subordinações, sob o Estado, sob os aparelhos do Estado, sob as leis etc., devemos entender e redescobrir uma espécie de guerra primitiva e permanente? (FOUCAULT, 1999, p. 53).

O que o leva a inverter a máxima de Karl Von Clausewitz e dizer que “a política é a guerra continuada por outros meios” (FOUCAULT, 1999, p. 54-55). Mas para retomar um pensador que debate diretamente com o argumento de Engels, citamos para dar uma referência a proposição do antropólogo Pierre Clastres, onde diz que: “antes de ser econômica, a alienação é política, o poder antecede o trabalho, o econômico é uma derivação do político, a emergência do Estado determina o aparecimento das classes” (CLASTRES, 2003, p. 216).

Essa crítica à lógica de Engels e, por conseguinte, ao materialismo histórico nos pareceu importante remarcar, na medida que é ainda um debate extremamente vigente e tem consequências na análise social, sobretudo do fenômeno que estamos querendo abordar, da “guerra imperialista”.

Entender no nível *particular* de um país as “consequências drásticas” que podem fazer um regime político se moldar em terror e violência para manter a dominação de classe é chave para pensar o processo em nível internacional.

Isso porque do ponto de vista internacional, conforme abordamos no capítulo segundo, as contradições da virada do século XX na formação do capitalismo, que implica em um modo de produção dominado pelos monopólios e o capital financeiro, foram as verdadeiras “parteiras da guerra”. No entanto, a interpretação desse processo se deu em efetivas disputas de concepções no interior do movimento operário. Essa discussão será determinante para a própria história do desenvolvimento teórico e político do marxismo, e explicitam a capacidade de determinados marxistas do período de lidar com o fenômeno vigente (a Guerra Mundial) de maneira criativa e dialética, relacionando as indagações políticas com o arcabouço teórico precedente.

Todo nosso esforço visa dar base à questão: por que em dado contexto um Estado entraria em confronto militar (a última das alternativas) com outros Estados? Trata-se, nesse sentido, de buscar uma resposta que extrapole os limites do determinismo político, penetrando o movimento econômico internacional do capital e relacionando a política interestatal com esse movimento, como parte do caráter incontrolável e desenfreado do capital.

Não só a ligação, mas a *forma de concatenar*, a teoria precedente à guerra com o fenômeno vivo foi o que marcou definitivamente a interpretação do marxismo das guerras e, em particular, a resposta ao complexo fenômeno militar da segunda década do século XX.

4.4 As apreciações do fenômeno da Primeira Guerra Mundial

Seguindo o raciocínio, não nos parece exagero dizer que um dos maiores desafios teóricos do marxismo foi lidar com o monstruoso fenômeno social gestado no

começo do século XX e desencadeado definitivamente a partir de 1914: a Primeira Guerra Mundial.

Trata-se de uma guerra que *aparece* como fenômeno *paralelo* ao que debatemos sobre o imperialismo nos capítulos precedentes, em que buscamos compreender uma das viradas mais espetaculares da situação econômica do capitalismo em seu conjunto: a predominância do capital financeiro e do mundo dos monopólios sobre a livre concorrência. Ou seja, uma mudança de qualidade no conjunto das relações sociais e, por conseguinte, na forma de pensar o marxismo e a luta de classes. Nesse sentido, ao tratar de um fenômeno dessa escala, em geral, os principais teóricos do marxismo se defrontaram com dois problemas para a interpretação da situação, que advinham da própria pressão “estabilizadora” do capitalismo pós-Comuna de Paris: o reformismo e, teoricamente, uma espécie de dogmatismo.

Em se tratando do primeiro (reformismo), com forte peso no começo do século XX no marxismo da Alemanha – de onde provinham os mais reconhecidos teóricos, tendo centralidade o nome de Karl Kautsky (que militou junto a Engels e era “herdeiro oficial” do legado teórico marxista) –, tratava-se de reconhecer que a enorme pressão reformista que a “*belle époque*” e todas as conquistas parciais exerceram sobre os marxistas alemães (e de todo o mundo por consequência) não era um detalhe menor, pois se moldou uma forma “gradualista” de pensar a luta de classes que deixou desarmado um setor do marxismo ao se defrontar com um *salto* tão dinâmico e impressionante como a *Guerra*. Isso já havia ganhado, no caso de Bernstein, os contornos de uma teoria reformista (o que não havia chegado a ocorrer com Kautsky de forma explícita até lidar com o grande fenômeno da luta de classes no contexto da guerra, especialmente em 1914).

Afinal, são nesses momentos em que as ideias e teorias se colocam à prova e exigem que os marxistas penetrem na matéria observada. Entretanto, “nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente os espíritos do passado” (MARX, 2002, p. 28), como disse certa vez Marx referindo-se à revolução (e à necessidade de se debruçar sobre a essência do processo e não em velhas fórmulas), também num fenômeno

como uma Guerra Mundial tratava-se de retomar as experiências históricas para pensar de forma criativa os novos desafios. Nesse sentido, o *dogmatismo* – interessado e desvinculado do método marxista do passado – foi outro empecilho enorme para um salto teórico e a construção de uma política realmente revolucionária para o período.

Desse modo, foi justamente Kautsky o principal responsável por uma leitura de Marx e Engels desvinculada (do contexto) e incoerente: isso porque para se compreender os fundamentos da guerra que era gestada na primeira metade do século XX, era necessário justamente mergulhar na situação econômica em seu conjunto e, particularmente, compreender o significado da crise econômica que antecedia a guerra. Não se tratava mais de uma nova crise cíclica, mas a expressão aguda de uma imensa contradição da expansão capitalista desenfreada em todo o globo no período anterior. Ao contrário disso, a socialdemocracia alemã em diversos momentos nas suas dezenas de periódicos se opunha à guerra que se aproximava de maneira veemente⁵⁰. O próprio Kautsky escreveu diversas vezes sobre isso, ainda que chegou a manter posições ambíguas, como se atesta em seu texto “Patriotismo e Socialdemocracia”, sete anos antes da guerra:

Embora o patriotismo da burguesia e do proletariado sejam dois fenômenos totalmente distintos e mesmo opostos, existem situações nas quais ambos os tipos de patriotismo podem convergir para atuar em conjunto, inclusive numa guerra (KAUTSKY, 1978).

E segue:

Já vimos que tinham acabado as oposições que ainda no século XIX podiam coagir muitos povos livres a entrar numa guerra contra seus vizinhos; vimos que o militarismo atual também está muito longe de

⁵⁰ Em seu espetacular texto *A Crise da Socialdemocracia*, Rosa Luxemburgo cita dezenas de fontes originais dos jornais mostrando esta contradição. Ver LUXEMBURGO (2011, p. 120).

destinar-se à defesa de interesses populares importantes, servindo apenas à defesa do lucro; *não serve para garantir a independência e a integridade da própria nacionalidade, que ninguém ameaça, mas apenas para garantir e ampliar as conquistas de além-mar*, que só fomentam o lucro capitalista. As oposições atuais entre os Estados já não podem trazer uma guerra à qual o patriotismo proletário não tivesse que se opor da maneira mais categórica (KAUTSKY, 1978).

Para seguir o raciocínio de Kautsky (sobre uma possível combinação entre os interesses do proletariado e da burguesia, como em uma guerra), voltamos a um exemplo da análise de Marx: em 1854, entre as distintas análises que escrevia no *New York Daily Tribune* a propósito da Guerra da Crimeia, em um dos textos de agosto escreveu o seguinte:

O fato é que a Europa conservadora – a Europa da “ordem, da propriedade, da família e da religião” – a Europa dos monarcas, dos senhores feudais, dos homens endinheirados, seja qual for a maneira em que estejam distribuídos nos diferentes países – está mais uma vez exibindo sua extrema impotência. A Europa pode estar podre, **mas uma guerra deveria ter erguido os elementos mais sadios, uma guerra deveria ter feito emergir a energia latente [...]** Mas não, não apenas a Inglaterra das classes médias e a França dos Bonapartes são incapazes de uma guerra decente, corajosa e implacável; mas nem mesmo a Rússia, o país europeu menos infectado pela aborrecida e infiel civilização, pode proporcionar qualquer coisa do tipo. Os turcos são capazes de irrupções repentinas de ação ofensiva, e teimosa resistência defensiva, mas não parecem aptos para grandes manobras combinadas com grandes exércitos. Assim, tudo está reduzido a um grau de impotência e de confissão recíproca de fraqueza, que assim parece ser reciprocamente esperado por todos os partidos. Com governos tais como são no presente, esta guerra

oriental pode durar por trinta anos, e ainda assim não chegar a uma conclusão (MARX; ENGELS, 1953, tradução nossa)⁵¹.

Já nesse momento, a partir de todas as lições do período 1848-1852, Marx diversas vezes discorreu sobre o caráter “covarde” da burguesia europeia, que perdia seus últimos traços revolucionários para construir em todo globo a combinação entre o atrasado e o novo, entre os vestígios do *Antigo Regime* e a revolução burguesa.

É o que escreve Marx por exemplo quando diz na *Neue Rheinische Zeitung*, a 15 de dezembro de 1848:

A burguesia alemã tinha-se desenvolvido com tanta indolência, covardia e lentidão que, no momento em que se ergueu ameaçadora em face do feudalismo e do absolutismo, percebeu diante dela o proletariado ameaçador, bem como todas as frações da burguesia cujas ideias e interesses são aparentados aos do proletariado. E tinha não apenas uma classe *detrás* de si, diante dela toda a Europa a olhava com hostilidade. A burguesia prussiana não era, como a burguesia francesa de 1789, a classe que, frente aos representantes da antiga sociedade, da monarquia e da nobreza, encarnava toda a sociedade moderna. Ela havia decaído ao nível de uma espécie de casta, tanto hostil à Coroa como ao povo, querelando contra ambos, mas indecisa contra cada adversário seu tomado singularmente, pois sempre via ambos diante ou *detrás* de si [...] sem fé em si mesma, sem fé no povo, egoísta em relação aos dois lados e consciente de seu egoísmo, revolucionária contra os conservadores, conservadora com os revolucionários, desconfiada de suas próprias palavras de ordem, frases em lugar de ideias, intimidada pela tempestade mundial, mas dela desfrutando – sem energia em nenhum sentido, plagiária em todos os sentidos, vulgar porque não era original e original na vulgaridade – traficando com seus próprios desejos, sem iniciativa, sem fé em si mesma, sem fé no povo, sem missão histórico-mundial – um

⁵¹ Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/subject/russia/crimean-war.htm>>.

ancião maldito que se via condenado a dirigir e a desviar, em seu próprio interesse decrépito, as primeiras manifestações de juventude de um povo robusto – sem olhos! Sem ouvidos! Sem dentes! Sem nada. Assim se encontrou a *burguesia prussiana*, depois da revolução de março, ao leme do Estado prussiano (MARX, 1987, p. 44-45).

Nesse sentido, ainda se percebe no conjunto desse processo da análise das guerras, o processo da transição da burguesia como classe revolucionária à classe reacionária, com uma clivagem importante nas jornadas de 1848. Por isso, vê as guerras ainda como expressão desse processo, que combinava uma forte expansão capitalista em todo o globo e chacoalhavam a “Europa conservadora” – ainda que, mesmo nessa passagem, Marx já não deixe dúvidas sobre a fraqueza das respectivas burguesias, sua impotência.

Nesse sentido é que os juízos de Marx e Engels dos processos de 1854-1855, nas guerras de 1870-1871 (Franco-Prussiana) e de 1876-1877⁵², entre outros momentos, atestam a reflexão sobre a guerra a partir desse contexto e nesse sentido puderam falar em “guerras de defesa” (no sentido de se chocarem contra o avanço imperialista e terem por base a resistência do proletariado, que sofreria com tais avanços). Entretanto, fazendo o próprio “balanço” dos perigos (na dinâmica histórica) do próprio conceito de guerra defensiva, Engels lembra dos comentários visionários de Marx sobre a guerra Franco-Prussiana, quando diz que:

Pois não ocorreu exatamente aquilo que dizia a primeira mensagem: que caso a **guerra de defesa** da Alemanha contra Luís Bonaparte degenerasse em uma **guerra de conquista** contra o povo francês, todas as desgraças se renasceriam com uma renovada virulência? Não tivemos mais de vinte anos de governo de Bismarck, que no lugar das perseguições aos demagogos instaurou a lei de exceção e a caça aos socialistas, com o

⁵² Ver comentários de Lênin em *O Socialismo e a Guerra*, (LÊNIN, 1984).

mesmo arbítrio policial, com exatamente a mesma horripilante interpretação das leis? (ENGELS, 2011, p.187, grifos nossos).

Precisamente nesse ponto é que a pressão reformista foi um terreno fértil para o “dogmatismo” de Kautsky (que herdou conclusões de passagens desvinculadas de Marx e Engels na análise da guerra, por fora do advento do imperialismo como época). Assim cometeu o erro de analisar o conjunto da guerra a partir apenas de interesses políticos entre os países, pois não se tratava de uma guerra meramente “política”, no sentido do termo que busca isolar essas determinações das demais: em realidade, o sentido profundo de “guerra política” só se realiza plenamente ligado às duas pressões mais agudas que se chocavam: a internacionalização da expansão do capital (e suas personificações, especialmente com o capital financeiro) e o entrave das barreiras nacionais (e seus respectivos Estados).

Não é por acaso que, diante das pressões reformistas e nacionalistas colocadas e da ambiguidade teórica entre os dirigentes da socialdemocracia alemã, chegaram à catástrofe no célebre 4 de Agosto de 1914 de votar os créditos de guerra para a Alemanha com a seguinte justificativa:

Agora estamos perante a dura realidade da guerra. Ameaçam-nos os horrores de uma invasão inimiga. Hoje não temos que decidir a favor ou contra a guerra, mas sobre as questões dos meios necessários para a defesa do país [...] Muito, senão tudo, está em jogo para nosso povo e seu futuro livre, caso o despotismo russo, manchado do sangue dos melhores do seu próprio povo, seja vitorioso. Trata-se de afastar esse perigo, de garantir a civilização e a independência de nosso próprio país. **Levamos a cabo o que sempre enfatizamos: não abandonamos a nossa pátria na hora do perigo.** Nisto sentimos-nos de acordo com a Internacional, que sempre reconheceu o direito de todos os povos à independência nacional e à autodefesa, assim como, de acordo com ela, condenamos toda a guerra de conquista [...] Guiados por esses princípios, aprovamos os créditos de guerra pedidos (LUXEMBURGO, 2011, p. 30-31, grifo nosso).

Não conseguir compreender a íntima conexão entre a crise e os movimentos na anatomia econômica e seus desdobramentos na guerra imperialista era cavar a cova para toda uma tradição do pensamento revolucionário, particularmente sua segunda geração. Assim, os dirigentes da socialdemocracia alemã, principal partido em nível mundial, conduziram a resolução à incrível degeneração política diante da votação dos créditos de guerra com sua mais de uma centena de deputados no Reichstag alemão (com a exceção histórica de Karl Liebknecht e, na oposição política, naturalmente, Rosa Luxemburgo).

*

Já nos referimos ao grande rearme teórico de Lênin do ponto de vista do estudo do imperialismo enquanto época, a saber, da economia. Entretanto, é impossível dissociar esse grande rearme teórico justamente da compreensão do fenômeno que explicitava de modo agressivo as consequências do imperialismo. Assim, torna-se mais claro também a combinação dos estudos de Karl Von Clausewitz e Friedrich Hegel, de 1915. Antes, nos referimos à compreensão de Lênin sobre a degeneração da socialdemocracia alemã, de um grande partido operário que se convertia em seu contrário; agora, vemos essa própria justificativa como uma expressão (e não causa) da reflexão sobre a principal prova a que o marxismo passou durante esse período: a Primeira Guerra Mundial.

Desse modo, Lênin formula de modo rigoroso a delimitação da *guerra particular*, a qual viviam, de todas as formulações *gerais* sobre a guerra:

Nós, marxistas, distinguimo-nos tanto dos pacifistas como dos anarquistas pelo fato de reconhecermos a necessidade de estudar historicamente (do ponto de vista do materialismo dialético de Marx) cada guerra em particular. Na história houve repetidamente guerras que, apesar de todos os horrores, atrocidades, calamidades e sofrimentos inevitavelmente ligados a qualquer guerra, foram guerras progressistas, isto é, foram úteis ao desenvolvimento da humanidade, ajudando a destruir instituições

particularmente nocivas e reacionárias (por exemplo a autocracia ou a servidão), os despotismos mais bárbaros da Europa (o turco e o russo). Por isso é necessário analisar as particularidades históricas da guerra atual (LÊNIN, 1984, p. 229).

Assim, as consequências estratégicas de se pensar a particularidade da guerra encontraram na luta teórica na arena internacional uma prática incessante. Lênin observou com capacidade visionária *singular* que o problema da *guerra* influenciaria de modo decisivo o problema da estratégia revolucionária e a orientação de todo o movimento marxista de maneira incomparável.

Já no Manifesto da Basileia, em novembro de 1912, Lênin propôs emenda que tratara de uma política de independência de classe no caso de uma guerra. Três anos depois a conferência de Zimmerwald ratificaria a cisão no movimento, sendo apenas 37 delegados votando a favor de protestos contra a guerra imperialista e a denúncia da política da Segunda Internacional (então liderada por Kautsky)⁵³.

E é precisamente dessa nova acepção e de toda a capacidade teórica de Lênin (que resultou em seu clássico *Imperialismo*, em 1916) que derivou o plano estratégico concreto para sua audaciosa ideia segundo a qual era necessário *transformar a guerra imperialista em guerra civil*. De fato, Lênin fez mais que visualizar teoricamente essa afirmação (que em termos abstratos foi proferida em outros setores do movimento operário⁵⁴): o dirigente revolucionário russo ligou essa conclusão teórica a uma estratégia revolucionária e, nesse sentido, soube delinear como ninguém a íntima conexão entre a crise, a guerra e a revolução, concretizadas na Revolução de 1917.

⁵³ Ver LÊNIN (1979).

⁵⁴ Por exemplo, pelo próprio Kautsky (num raciocínio relativamente mecanicista), em 1909: “O nervosismo, acrescido já do progresso armamentista, chega ao máximo. Se aproxima de um modo ameaçante a guerra universal; e a guerra é a revolução. Em 1891, Engels pensava ainda que uma guerra seria para nós uma desgraça, pois entranharia uma revolução e nos levaria prematuramente ao poder [...] Mas a situação mudou depois. O proletariado tem feito suficientes progressos para poder encarar uma guerra com mais calma. [...] Não só cresceu consideravelmente sua força numérica desde 1891, não só tem se fortificado suas organizações, senão que também tem adquirido uma enorme superioridade moral. Fazem vinte anos, o Partido Socialista Alemão tinha que lutar ainda contra o grande prestígio que os chefes do Império haviam adquirido nas batalhas de fundação. Hoje esse prestígio está desvanecido (KAUTSKY, 1978, p. 259).

4.5 Conclusões da análise da guerra para a reflexão da crise do ponto de vista marxista

Em vinte de fevereiro de 1909, a cinco anos da guerra, numa das escolas mais expressivas das vanguardas artísticas, o futurismo italiano, aparecia o conhecido Manifesto pelo Futurismo, escrito por Filippo Tommaso Marinetti. Em uma das vinte teses que compuseram o manifesto, Marinetti afirmou: “*Nós queremos glorificar a guerra – única higiene do mundo – o militarismo, o patriotismo, o gesto destruidor dos libertários, as belas ideias pelas quais se morre e o desprezo pela mulher*”. Era uma posição política à direita, elaborada a partir dos confrontos sociais e das contradições que a crise começava a produzir no terreno material da vida.

De outro lado, já no desenrolar da Primeira Guerra Mundial, posicionamentos estéticos e políticos distintos foram elaborados pelo movimento Dadá berlinense. Contrários à “estetização da guerra” proposta pela ala do futurismo italiano representada pelo manifesto de Marinetti, dadaístas como John Heartfield e Georg Gross elaboraram uma linguagem artística de “politização da estética”. Assim, intervindo a partir de um campo crítico de esquerda, Heartfield e Gross procuraram estabelecer e distinguir as contradições da modernidade e do avanço agressivo do capital monopolista. Esteticamente, a diferença das reflexões futurista e Dadá – frente ao contexto das contradições que, ora prepararam, ora realizaram a “guerra de rapina” – são notáveis: se os quadros futuristas procuraram representar a serialização e a ordenação industriais, as montagens dadaístas elaboraram signos para a circulação de mercadorias, o desespero frente à brutalidade da guerra e a anarquia econômica⁵⁵.

Ao se analisar, portanto, a guerra em sua íntima conexão com a crise econômica (e o sentido totalizante de crise social), podemos interpretar as duas expressões artísticas à luz de outro significado: trata-se de expressões de uma reação (enaltecedora ou de repúdio) ante o horror da guerra que nada mais eram do que a expressão da própria bancarrota do

⁵⁵ Ver BENJAMIN (1994).

sistema capitalista e da dinâmica vida ideológica da etapa descrita. A importância dessa questão é expressiva: todas as formas ideológicas de se lidar com a guerra devem ser compreendidas à luz das próprias contradições do conjunto da época, e não como a burguesia fez questão de traçar em suas linhas de escrita histórica da classe dominante: como manifestações do acaso (que expressam uma irracionalidade inexplicável) da guerra, um momento de “horror” lacunar (passageiro) frente à funcionabilidade habitual de seu modo de produção.

Daqui decorre uma conclusão fundamental: observando brevemente essas expressões artísticas da época, a partir da análise teórica econômica e política feita anteriormente do período, podemos retomar uma das lições metodológicas mais importantes do pensamento de Marx, conforme explicitamos desde nossa introdução, que enfeixa um dos elementos conclusivos do método da análise da *guerra imperialista*: “a forma superior é a chave de reconhecer as determinações (efetivas ou ainda embrionárias) das formas anteriores (MARX, 1987, p. 20).

Tomar o método de Marx (que se exemplifica na *Introdução de 1857* na análise entre modos de produção) e trazê-lo para o interior do desenvolvimento do capitalismo como modo de produção só pode se dar numa perspectiva antiteleológica e antievolucionista (do contrário, seria um contrassenso considerar a guerra como “forma superior”). Aqui se trata de ver a guerra como explicitação máxima da contradição na anatomia da sociedade. Assim, pode-se notar que a conexão teórica entre Marx e a terceira geração revolucionária se explicita de modo agudo na própria análise da guerra (que condensa de modo particular a conexão entre a crise econômica, os choques interestatais e a luta de classes).

Nós nos contrapusemos, portanto, a toda análise que quis determinar a guerra por mecanismos de “naturalização”, sobre a natureza guerreira humana ou mesmo sobre a natureza política, que impulsionaria os líderes estatais à Guerra (um anseio ambicioso). Ou, em uma análise mais sofisticada, no determinismo do poder no conjunto das relações, como se essas determinações (que podem ser influentes em dados contextos) não fossem expressões de processos mais agudos no interior do modo de produção, do impulso incontrolável do capital como principal agente da peça em que os homens e mulheres atuam

como meros personagens. Em última instância, entendendo o Estado como determinado pelo embate entre classes, e não com autorreferenciado, um produtor independente de guerras (como decisões meramente subjetivas de líderes estatais).

A guerra, portanto, se apresenta aqui não mais como um “todo caótico”, mas como o “assalto à razão” embasado num movimento real da anatomia econômica da sociedade. Nesse sentido, não podemos explicar esses grandes eventos políticos do cenário internacional sem que se remeta ao *sentido de época* de que tratamos. *A Primeira Guerra Mundial explicitou, portanto, o mar de contradições que se conjuravam no seio da sociedade capitalista.*

Essa conclusão não nos parece de valor apenas histórico: em realidade se refere a um método de leitura de uma realidade que, ao nosso ver, segue sendo em seus fundamentos bastante atual. A fragmentação pela qual passou o marxismo, especialmente após as grandes derrotas da década de 1930⁵⁶, faz com que seja necessário retomar a *unidade* entre os campos e desfazer a operação que desvinculou o velho Marx em economista, filósofo, cientista político, sociólogo, enfim, em tudo, menos em um pensador integral de crítica e prática revolucionária contra o sistema capitalista. Por isso também, retomar a unidade nos pensadores sucessores contra as diversas deformações que passou pelo stalinismo, torna-se tarefa fundamental para retomar a força dessa teoria numa etapa de crise capitalista *histórica*.

Trata-se, nesse sentido, de percorrer as formas mais “agressivas” da crise, sobretudo em seu desdobramento militar (a guerra) para forjar os instrumentos necessários ao enfrentar os desafios da atualidade, onde ainda não vemos os elementos agudos da

⁵⁶ “Como Sartre afirmaria mais tarde, de 1924 a 1968 o marxismo não ‘parou’, mas seu avanço ocorreu afastado da prática política revolucionária. O divórcio entre os dois foi determinado por todo um contexto histórico. No seu nível mais profundo, o destino do marxismo na Europa foi regido pela ausência de qualquer grande levantamento revolucionário depois de 1920, se excetuarmos os ocorridos em países culturalmente periféricos, como Espanha, Iugoslávia e Grécia. Foi também, e de modo inseparável, um resultado da stalinização dos partidos comunistas, os herdeiros formais da Revolução de Outubro, o que tornou impossível qualquer trabalho teórico genuíno dentro da política, mesmo na ausência de levantes revolucionários – contra a ocorrência dos quais contribuíram os próprios partidos. A característica oculta do marxismo ocidental como um todo, portanto, é de ser um produto da *derrota*. O fracasso da revolução socialista em propagar-se para fora da Rússia, causa e consequência de sua corrupção dentro daquele país, é a base comum de toda a tradição teórica desse período” (ANDERSON, 2004, p. 62).

situação e não se coloca a possibilidade de uma Guerra naquela escala, mas em que existem elementos embrionários importantes, como a “rastejante” crise econômica internacional que se abriu no ano de 2008.

5 Conclusão

Agarrar um fenômeno como a *crise capitalista* em suas determinações essenciais é parte de um movimento teórico que ainda está por se desenvolver. Após 2008, com a quebra de Lehman Brothers, o tema voltou à cena e reacendeu o debate vigente no século XX. No entanto, o resgate teórico das próprias teorias de Marx ligado aos possíveis debates – com avanços e retrocessos teóricos no século XX – é um desafio que ainda está para se desenvolver, e este texto nada mais é do que uma muito modesta releitura (possível) de Marx para contribuir nesse sentido.

Conforme analisado, o plano original da obra *O Capital* se relacionava com o intuito de investigar o fenômeno das crises: mas para fazer a abordagem correta do tema, Marx visava percorrer cinco temas anteriores, a saber, o conceito de capital, renda da terra, trabalho assalariado, Estado e comércio exterior, que no plano de 1857, eram parte dos cinco primeiros livros a serem escritos e finalizava com a discussão das *crises e o mercado mundial*⁵⁷.

Desse modo, a complexidade do tema das crises deve partir de que mesmo o seu maior investigador não conseguiu sistematizar a complexidade do fenômeno, deixando valiosas (mas não completas) indicações das principais tendências e contratendências que envolvem o tema. Se partirmos do que compreendemos ser o *método investigativo* de Marx em torno desse tema, é decisivo notar que o autor de *O Capital* jamais *isolou* a determinação do conceito de crise do conjunto de determinações que compõem sua natureza; pelo contrário, buscou investigar profundamente cada uma dessas tendências para encontrar a essência do problema em suas múltiplas determinações.

Nesse sentido, o presente trabalho também busca se contrapor ao método científico da economia política contemporânea que parte, exatamente, de isolar determinações para pensar o fenômeno da crise; ou mesmo de interpretações marxistas que,

⁵⁷ Ver introdução da dissertação.

se atendo mais ou menos dogmaticamente a algum aspecto da teoria, se desligam do *leitmotiv* de Marx.

A crise é, por excelência, um *fenômeno dinâmico* e, “apreender a crise” é apreender um conjunto de determinações do movimento do capital em circunstâncias especiais; ocorre que, como disse Hegel certa vez, “enquanto o objeto é o verdadeiro e o universal, igual a si mesmo, ao passo que a consciência para si é o mutável e o inessencial, é possível que lhe suceda perceber incorretamente o objeto e iludir-se” (HEGEL, 2002, p. 98). Quando o *objeto é fluido*, a apreensão teórica se dificulta e tende a esquemas mecânicos, dogmatismo ou fórmulas, os quais Marx sempre recusou.

De outro lado, o desafio teórico de apreender o conceito de crise não pode nos furtar a *teorizar* sobre o tema, sob a pena de desfazer a objetividade do próprio objeto (a crise) e, nesse sentido, desviar-se ao dilema weberiano (que foi acentuado e virou moda nos anos 1990) de que, por ser a realidade “inesgotável”, seria impossível partir de um método de *totalidade*, pois seria o *infinito esforço de percorrer ao infinito teórico*.

Do nosso ponto de vista, seguindo a proposta de Marx, é possível encontrar o que o autor chamava de *momento predominante (übergrifendes Moment)*, relacionando as tendências e contratendências fundamentais em um processo de larga escala como uma crise internacional, perseguindo as leis e tendências fundamentais que regem esse processo. Nesse sentido, Marx deu a mais importante contribuição para um estudo como este, e achamos que reler e reinterpretar seus estudos, ainda que sejam insuficientes para entender globalmente as crises contemporâneas, também é indispensável e incontornável para qualquer tentativa abrangente de compreensão desse fenômeno (ao menos dentro de uma lógica de emancipação dos trabalhadores).

5.1 Superprodução e sobreacumulação

No percurso de nossa pesquisa, partimos de tentar compreender, tendo por vista algumas abordagens no século XX sobre *teoria das crises* em Marx, quais seriam os principais aspectos que deveriam compor uma sistematização da teoria das crises, e chegamos à definição de quatro momentos fundamentais, a saber: a) a crise na esfera da realização de mercadorias, que poderíamos chamar de *superprodução*; b) a crise na esfera da dinamização dos capitais acumulados, que poderíamos chamar de *sobreacumulação*; c) a crise na esfera das finanças (que aponta a dois sentidos), mas englobamos sob o nome de *crise financeira* e d) a crise na esfera produtiva, que poderíamos chamar de *crise social-produtiva*.

Essencialmente, os dois primeiros momentos da crise, de uma forma ou de outra, podem ser sistematizados a partir dos dois primeiros livros de *O capital*⁵⁸. Nesse sentido, as leituras em geral da crise chegavam no livro terceiro até a célebre tese sobre a *lei da queda tendencial da taxa de lucro*, o que pressionava para a teoria sobre as crises ser uma combinação de uma boa leitura do livro primeiro, alguns aspectos do segundo e a combinação com a lei citada. Essa abordagem (leitura de *O Capital*) explica muita coisa, sobretudo o primeiro aspecto da crise capitalista conforme apontamos, mas não o fenômeno de conjunto.

Partimos, portanto, de retomar a formulação de Marx no livro segundo sobre a complexificação da fórmula “D-M-D” como parte de entender as etapas completas da rotação do capital:

$$D \text{ — } M \xrightarrow{F_{MP}} \dots P \dots M' (M + m) \text{ — } D' (D + d)^{59}$$

Diante da sistematização de Marx sobre o movimento da rotação do capital desde o emprego do capital em meios de produção e força de trabalho, passando pela produção de mercadorias, e a realização destas em um novo montante de capital,

⁵⁸ Sendo que o terceiro aspecto não é em geral abordado, mas por outros motivos conforme veremos abaixo.

⁵⁹ (MARX, 2006, p. 55) Onde D é dinheiro adiantado, M é mercadoria, traduzida em sua derivação (F = força de trabalho e MP = meios de produção); P, portanto, capital em sua forma produtiva; M' = 'M' as mercadorias produzidas e 'm' como massa de mercadorias advindas do trabalho excedente. D' = 'D' dinheiro adiantado mais 'd', que é o *quantum* extra de dinheiro que foi adquirido da realização de 'm'.

adicionado da mais-valia, nós tentamos *circundar* três aspectos fundamentais da fórmula, que seriam os que seguem abaixo:

$$D [2] — M <^F_{MP} ... [3] P ... M' (M + m) [1] — D' (D + d)^{60}$$

Sendo, [1] o que chamamos de crise de *superprodução*, [2] o que chamamos de *sobreacumulação* e [3] o que chamamos de *crise social-produtiva*.

A primeira, *superprodução*, é um das mais conhecidas fórmulas quando tratamos do pensamento de Marx, à medida em que implica no choque direto entre a produção capitalista e a capacidade que a sociedade tem de realizar essa produção, consumir essas mercadorias. Daqui, derivaram-se teses para explicar de outro modo o mesmo problema, sendo a mais conhecida a tese do *subconsumo* (como a chave de se explicar o problema – e mesmo na economia burguesa buscou-se resolver esse problema com o *consumismo*, cujo limite extremo, ao que parece, chegamos no século XXI). Do outro polo da reprodução capitalista, está o excesso de capitais que não conseguem ser empregados nem na esfera financeira e nem no sistema produtivo, tornam-se improdutivos e podem se desvalorizar muito rápido, seja na forma de dinheiro, seja na forma de fábricas e outros capitais ligados ao capital produtivo que não estejam em operação: a essa crise atribui-se o nome de *sobreacumulação*.

Nesse sentido, conforme veremos abaixo, essas duas crises se ligam por uma tendência a reduzir a parte variável do capital, que implica na produção cada vez mais de mercadorias e acúmulo de capital, até certo ponto que *a corda irá estourar ou de um lado ou de outro*. Assim, a superprodução e a sobreacumulação se pertencem uma à outra, se determinam, reciprocamente, inseparáveis, mas, ao mesmo tempo, são extremos que mutuamente se excluem e se opõem, polos da mesma expressão da contradição capitalista.

⁶⁰ (MARX, 2006, p. 55) Onde D é dinheiro adiantado, M é mercadoria, traduzida em sua derivação (F = força de trabalho e MP = meios de produção); P, portanto, capital em sua forma produtiva; M' = 'M' as mercadorias produzidas e 'm' como massa de mercadorias advindas do trabalho excedente. D' = 'D' dinheiro adiantado mais 'd', que é o *quantum* extra de dinheiro foi adquirido da realização de 'm'.

5.2 A lei da queda tendencial da taxa de lucro

Ainda como parte dessa análise dos momentos de crise no interior das etapas do processo de reprodução do capital em seu conjunto, torna-se totalmente indispensável a análise do que Marx intitulou como *lei da queda tendencial da taxa de lucro*. Isso porque a lei nos ajuda a explicar mais profundamente as duas primeiras formas de crise e ligar com a terceira, a crise financeira.

Os traços gerais da lei se referem, como coloca Marx, ao:

fenômeno decorrente da natureza da produção capitalista: aumentando a produtividade do trabalho, diminui o preço de cada mercadoria ou de dada quantidade de mercadoria, multiplica-se o número das mercadorias, reduzem-se a massa de lucro por mercadoria isolada e a taxa de lucro relativa à totalidade das mercadorias, mas aumenta a massa de lucro correspondente (MARX, 2008, p. 302-303).

Nesse sentido, ao aumentar a produtividade, os capitalistas vão diminuindo cada vez mais o valor de suas mercadorias (e aumentando a quantidade) e, por consequência natural, devem vender mais mercadorias no mercado, o que deve ser embasado num aumento do consumo; esse movimento iria até o ponto em que, dada a enxurrada de mercadorias num mercado global, atrelada ao fato de que com a produtividade aumentada o desemprego também cresceria, chegar-se-ia a um ponto de *crise de superprodução*. A contracara disso, ditada pela mesma lei, estaria no fato de que com o aumento da produtividade, não conseguindo os capitais escoarem sua acumulação nova para outros nichos de produção, ou em uma mudança repentina (queda do valor de determinada mercadoria) que fizesse um complexo produtivo (industrial por exemplo) perder muito o sentido de manter sua produção, poder-se-ia aprofundar uma crise de *sobreacumulação*.

Ou seja, a lei da queda tendencial da taxa de lucro apenas reafirma, sob certas circunstâncias, os aspectos fundamentais da crise capitalista. Mas ela não é um

determinante isolado dessa crise e não investigar os distintos fatores que a contestam implica em uma maneira de *ler* a crise que pouco ajudaria na interpretação dos fenômenos do século XX, e sobretudo do século XXI.

Retomando a ideia de fugir desse “*perceber incorretamente e iludir-se*”, que é próprio da análise dogmática e vulgar, o próprio Marx traça uma discussão metodológica sobre a ideia de *lei* e de *tendência*, como parte de desfazer qualquer interpretação mecanicista da lei. A formulação de Marx tem justamente o intuito de combinar esses dois elementos. Isso porque, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, Marx demonstra exaustivamente algumas determinações que atuam como “contratendências” à lei e, nesse sentido, que *fazem dessa lei econômica uma tendência* a ser verificada na realidade mais ou menos desenvolvida, e só assumindo o status de lei se observada num longo período:

Evidenciou-se que as mesmas causas que provocam a queda da taxa geral de lucro geram efeitos opostos que a embaraçam, retardam e parcialmente paralisam. Não suprimem a lei, mas atenuam seus efeitos. Se assim não fora, seria incompreensível não a queda da taxa geral de lucro, mas a lentidão relativa dessa queda. Assim, como tendência apenas, atua a lei, e o efeito dela só se torna palpável em circunstâncias determinadas e no decurso de períodos longos (MARX, p. 314-315).

Mas até que ponto vai a determinação dessa lei e a importância desse processo em ligação com a próxima forma da crise, a chamada *crise financeira*?

5.3 A concorrência e a crise financeira: o duplo aspecto dessa forma da crise

O desenvolvimento da lei da queda tendencial da taxa de lucro aparece no livro terceiro de *O Capital*, seguido de dois tópicos: a) a conversão do lucro em taxa de lucro e da mais-valia em taxa de mais-valia e b) conversão do lucro em lucro médio. Apenas após as discussões dos dois primeiros livros e particularmente dessas duas partes é que Marx

introduz a lei (da queda tendencial). Isso porque era preciso, na visão de Marx, abstrair os distintos elementos que compõem o movimento do capital da determinação da *concorrência*, na medida em que esta “inverte as coisas” e na aparência pode levar a distintas confusões teóricas. Tendo a base da reflexão desenvolvida longamente, no percurso que vai da análise da mercadoria, valor, trabalho, dinheiro, capital etc., passando pela reflexão do processo de circulação no livro segundo, a chave agora é justamente introduzir o elemento da concorrência, mas agora já como um “todo determinado” e não uma confusão caótica no plano da análise teórica.

Nesse sentido, a introdução do elemento da concorrência, especialmente a partir do tópico sobre a reflexão do *lucro médio*, permite compreender a relação entre o emprego de um capital e seu “retorno médio” (distribuição da mais-valia), com uma aparente independência de seu *quantum* de capital variável empregado (o verdadeiro produtor do valor) e, por outro lado, esclarece como esse movimento de concorrência e interrelação entre os capitalistas vai semeando uma crise mais intensa ao reduzir as taxas de lucros gerais, mas tendo o lucro nominal mantido ou aumentado (aumenta-se o lucro e se reduz a taxa de lucro). Marx, assim, após compreender esse movimento a partir das abstrações necessárias, os liga no plano teórico quando diz:

Mostramos que as mesmas causas que fazem a taxa geral de lucro tender para baixo determinam acumulação acelerada do capital e, portanto, aumento da magnitude absoluta ou da totalidade do trabalho excedente (mais-valia, lucro) de que ele se apropria. Tudo na concorrência e, por conseguinte, na consciência de seus agentes se configura invertido, e o mesmo se dá com esta lei, com essa conexão interna e necessária que existe entre duas coisas que na aparência são contraditórias (MARX, 2008, p. 296).

Aqui avançamos por ligar a reflexão sobre os dois primeiros elementos da crise a um terceiro, a chamada *crise financeira*. Em nossa pesquisa, buscamos demonstrar que essa terminologia, a rigor, nunca se encontrou em Marx, utilizando este a categoria de

geldhandlung kapital (capital de comércio de dinheiro). Nesse sentido, o caminho de Marx foi compreender os elementos constituintes do “movimento financeiro” a partir das formas do que chamou de capital mercantil (que incluem o capital comercial e o capital de comércio de dinheiro), o capital portador de juros e o sistema de crédito, à medida em que a concretização desse desenvolvimento financeiro do capital estava ainda em curso.

Em nossa visão, partimos de um percurso mais breve pelos primeiros nomes que buscaram compreender e desenvolver as teses de Marx após sua morte, dando destaque a Peter Fireman e Conrad Schmidt. Mas apenas na virada do século XX, o marxista alemão Rudolf Hilferding foi um dos pioneiros em oferecer uma teorização sobre a categoria de *capital financeiro* (*finanz kapital*): em sua análise, *o capital financeiro simbolizava o crescimento vertiginoso do capital bancário e sua fusão com o capital industrial*. Essa síntese, em nosso entender, não estava em contraposição ao livro terceiro de *O Capital* de Marx, mas em realidade é o desenvolvimento mais acabado das principais tendências que lá se apresentavam. Acompanhando esse movimento, consagram a análise do capital financeiro e, particularmente, do sentido de época dado a essa fase, chamada de *imperialismo*, os nomes de Lênin e Rosa Luxemburgo (e com um desenvolvimento mais amplo e ligado aos distintos fenômenos dos anos '20 e '30, também por Leon Trotski, que viveu até 1940).

Assim, se ligarmos as teses fundamentais de Marx do capital portador de juros e do sistema de crédito com os avanços posteriores, podemos falar em dois planos da chamada *crise financeira*. Num primeiro sentido, essa crise pode ser considerada a mais agressiva no sistema capitalista: pois se refere a um terceiro nível de crise (que engloba a superprodução e/ou sobreacumulação), mas afeta combinadamente o sistema bancário e industrial, pois devora completamente uma soma importante de capitais que inviabilizam as “manobras financeiras”, a redistribuição da crise em outros setores, distribuição e queima de capitais e inclusive os elementos de coordenação para a resposta, como diz Marx, nesse caso, “transformando-se a concorrência na luta entre os irmãos inimigos” (MARX, 2008, p. 332).

Uma crise como essa, de certa forma e sob esse ponto de vista, podemos exemplificar na quebra do banco de investimentos Lehman Brothers dos Estados Unidos, e

sua respectiva generalização no mercado mundial, atingindo distintos países e ganhando o epicentro em outro continente, a Europa. Esse é um aspecto do que buscamos definir brevemente como a *crise financeira*.

No entanto, existe outra *interpretação* sobre o significado da crise financeira, que tem relação com uma leitura determinada (a começar em *O Capital* e os clássicos da economia política) e também com um *interesse político*. Do ponto de vista da leitura de Marx, em relação ao capital fictício, diz-se que:

Constituir capital fictício chama-se capitalizar. Capitaliza-se toda receita periódica, considerando-a, na base da taxa média de juro, rendimento que proporcionaria um capital emprestado a essa taxa [...] Mesmo quando a obrigação, o título, não seja como as apólices que representam capital imaginário, ainda assim o valor-capital desse título é puramente ilusório. Já vimos que o sistema de crédito gera capital associado. Os papéis constituem títulos de propriedade que representam esse capital. As ações das companhias ferroviárias, de mineração, de navegação etc. representam capital efetivo, isto é, capital empregado e operante nessas empresas ou a soma de dinheiro adiante pelos acionistas para nelas ser desembolsada como capital. Alias, não estamos excluindo a possibilidade de essas ações constituírem mera fraude. Mas esse capital não existe duas vezes, uma como valor-capital dos títulos, das ações, e outra como o capital efetivamente empregado ou a empregar naquelas empresas. Só existe na última forma e a ação nada mais é que o título de propriedade sobre a proporção da mais-valia a ser realizado por intermédio desse capital (MARX, 2008, p. 619).

Atribui-se, portanto, à chamada *crise financeira* um reordenamento da proporção entre a “economia real” e o chamado capital fictício. Ou seja, aqui do ponto de vista teórico não se distingue muito essas duas categorias (financeiro e fictício), de modo que uma crise financeira seria uma “crise nas alturas”, uma queima de capitais tóxicos, que não conseguem mais manter um grau de rendimento plausível e, nesse sentido, buscam

ênfatizar o sentido *cíclico* da crise. Mas essa leitura muitas vezes apareceu ligada a uma visão política, em geral atrelada à economia política burguesa, que busca justificar as crises mais potentes do capitalismo como um mero problema de “ganância” dos capitalistas financeiros e, subsequentemente, de falta de “confiança” dos investidores.

Aqui, nossa pesquisa buscou, sem buscar adentrar a análise das crises no século XX (o que valeria outro estudo), demonstrar que a base para se entender esse desenvolvimento da crise do ponto de vista do marxismo não estaria apenas em fazer um estudo exaustivo de Marx, mas ter esse estudo por base e ligar as conclusões fundamentais de *O Capital* com a sua continuidade teórica nas duas gerações sucessoras, o que poderia levar a compreender o sentido de *capital financeiro*, relacioná-lo com um sentido de época vigente (*imperialismo*), mas fazendo isso preenchendo essas categorias com o que existiu de mais avançado na análise de Marx sobre as tendências e contratendências nos estudos da crise capitalista.

Essa pesquisa, portanto, teve como um dos objetivos demonstrar a ligação teórica que existiu entre Marx e seus sucessores, uma ligação que foi renegada por distintas tradições do marxismo, sobretudo o chamado marxismo ocidental, e tentar demonstrar com alguns elementos para reafirmar que sem penetrar profundamente essa ligação teórica entre as gerações (e as definições fundamentais que se retroalimentam), dificulta-se muito a capacidade de abordar os principais fenômenos econômicos da realidade, em particular o estudo das crises (daí – nessa divisão da continuidade no marxismo – uma das explicações do porquê as pesquisas nas áreas de política, filosofia, estética, arte etc. avançaram em algum sentido no marxismo, mas em economia sofreram distintas dificuldades).

5.4 A crise social-produtiva: o lugar da luta de classes na teoria das crises

De observarmos a fórmula da rotação completa do capital que apresenta Marx $[D — M <^F_{MP} \dots P \dots M' (M + m) — D' (D + d)]$, conforme identificamos acima, o processo de produção, que envolve os meios de produção (com instrumentos de produção e objetos

de produção) e a força de trabalho, não é grande descoberta pensar que, no interior desse processo pode haver qualquer tipo de perturbação que, ao final do processo produtivo (P) não teremos as mercadorias (já adicionadas de um *quantum* extra de trabalho).

Nesse sentido, o que *chamamos de crise social-produtiva é a crise que se dá nessa etapa* (P) e é uma das formas mais clássicas da crise capitalista, pensando em micro a noção de crise (como a paralisia de uma fábrica em uma longa greve e as consequências disso), até a esfera macro, de crise econômica propriamente dita, que podem levar à ocupação de fábricas, expropriação e uma “perda incorrigível” para as intenções de lucro do capital e suas personificações.

Refletir sobre esse “desvio” do processo produtivo nada mais é que reconhecer que um dos polos responsáveis por essa etapa, a saber, o capital variável ou a classe trabalhadora, tem capacidade subjetiva de resistir, modificar ou mesmo paralisar esse processo de produção. O mundo das mercadorias não é feito apenas por máquinas, ou tem no seio de todo seu processo uma peça (apêndice, no termo célebre de Marx) da máquina que pode se desregular e se voltar contra a produção tal como existe, a produção capitalista. Seria impossível, nesse sentido, pensar uma teoria da crise “esquecendo-se” desse elemento.

Mais que isso: em nossa visão, isso é tergiversar os fundamentos da obra de Marx: desde o primeiro capítulo (conforme escrevemos nessa dissertação), a etapa conclusiva passa pela reflexão sobre o *fetichismo da mercadoria* e, como sempre em Marx, abre espaço para que os *servos do fetiche* se desfaçam de suas ilusões. Assim também nas discussões de troca, dinheiro, capital, produção e exploração, até chegar ao capítulo oitavo, a jornada de trabalho. Para alguns, esse capítulo aparece como um *ponto fora da curva*; para nós, ao contrário, é uma ênfase da luta de classes no interior do primeiro volume, que faz emergir o conflito operário nas distintas etapas do livro. Esse movimento de Marx se demonstra com clareza na obra que ele conseguiu publicar em vida (o livro primeiro), à medida em que parte de “entender para superar” o fetichismo da mercadoria e termina por convocar os trabalhadores, no célebre capítulo XXIV, a “expropriar os expropriadores”.

5.5 A crise e a guerra: marxismo como ciência integral

Ao isolar essa determinação fundamental, a luta de classes, e também a economia na busca de uma *teoria econômica pura*, em nosso entendimento é impossível compreender o *leitmotiv* de Marx e, nesse sentido, perceber a interpenetração dialética entre Marx e a geração sucessora que travou as mais importantes lutas comunistas na Alemanha com Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, e na Rússia revolucionária com Lênin e Trotski. A continuidade teórica na teoria do imperialismo é mais que um avanço de compreensão à luz do século XX: é a materialização de *O Capital* no processo de “expropriação dos expropriadores”, tendo na Revolução de 1917 sua expressão mais lapidar.

Parte dessa problemática nós tentamos abordar ao analisar o fenômeno da Primeira Guerra Mundial. Pensar esse fenômeno isolado das tendências que aponta Marx em *O Capital* e a consumação dessas tendências na teoria do imperialismo é também recorrer a explicações “naturalizantes” ou “politicistas”: é evidente que não podemos explicar um fenômeno como a Guerra Mundial apenas por uma equação mecânica que a determina pela economia, mas também nos parece impossível compreendê-la sem relacioná-la com os sintomas da época imperialista, de “guerras” comerciais entre as potências, de predominância de monopólios capitalistas, de disputas financeiras, que a partir de certo ponto dão saltos qualitativos e provocam conflitos, podendo levar mesmo a uma guerra imperialista (entre potências).

Aqui também acreditamos que a única maneira de observar esse fenômeno é não desvinculando a esfera econômica da política (e as consequências militares). Esse foi um dilema decisivo na busca de explicações satisfatórias para fenômenos tão complexos que se apresentavam no século XX.

Esse dilema do estudo das crises nos faz lembrar um livro de Gustave Flaubert, chamado *Educação Sentimental*, onde os personagens principais, Frederico e Mme. Arnoux, viveram uma história (de vida) amorosa para chegar ao penúltimo capítulo (final da história) e concluírem que, não podendo se amar pelas imposições sociais, “foi imenso nosso amor [...] que felicidade teríamos tido” (FLAUBERT, 1959, p. 431).

No caso das personagens de Flaubert, a restrição vem de um autor jogado ao banco dos réus pela justiça da época e sob sua pressão, ainda há poucos anos antes da explosão da Comuna de Paris (com seus personagens sofrendo as consequências da moral vigente na época). Voltando e relacionando ao nosso tema das crises, no entanto, a desvinculação entre a economia e a política, a teoria das crises e os efeitos da luta de classes, são produto das distintas restrições que ao marxismo se impôs ao longo do século XX e, quando da derrocada completa do “socialismo real”, buscou-se aniquilar todos os pressupostos que se baseavam em qualquer elemento da luta de classes, restando apenas um *Marx analítico* e não o *Marx como pensador integral da transição socialista*, que reascendeu ao calor da crise de 2008.

Num tema de tão grande amplitude como o estudo das crises, uma sistematização mais apurada investigando os distintos elementos do tema só pode ser produto de um trabalho que extrapole os objetivos desta dissertação. Se pudermos dar algum sentido a este trabalho, em sua busca de ligar a teoria e a ação dos revolucionários do século XX com as conclusões teóricas de Marx no século XIX, poderíamos sintetizar dizendo, para jogar com as palavras, que tratara de ligar a *razão e a paixão*, as ideias e a ação, que a classe dominante insistiu em desligar em todas as esferas do pensamento social, incluindo nosso tema, o estudo sobre as crises.

Para o casal de Flaubert citado, o amor só poderia ser obra do enfrentamento com a moral vigente. Para os marxistas atuais, os avanços teóricos em temas como o estudo das crises só podem florescer se forem produto do enfrentamento contra a separação entre a economia e a luta de classes que, por suposto, advém da opinião pública intelectual vigente e não das necessidades reais dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo: Editorial Cortez, 2008.
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.
- ALTHUSSER, Louis. *Ler o Capital*. São Paulo: Editora Zahar, 1979.
- BACH, Paula. Las medidas de contención devienen eslabones débiles. *Revista Estrategia Internacional*. Buenos Aires, 2011.
- BAWERK, Eugen. *Karl Marx and The Close of His System*. New York: A. M. Kelley, 1949.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política : ensaios sobre literatura e historia da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENOIT, Hector; ANTUNES, Jadir. *Crise*. São Paulo: Thyke, 2006.
- BENSAÏD, Daniel. *Marx, manual de instruções*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- BIDET, Jacques. *Exploring Marx's Capital*. Chicago: Haymarket Book, 2009.
- BORTKIEWICZ, Ladislaus von. On The Correction of Marx's Fundamental Theoretical Construction in The Third Volume of Capital. In: *Karl Marx and The Close of His System*. New York: A. M. Kelley, 1949.
- BRESCIANI-TURRONI, Constantino. *Economia da inflação: o fenômeno da hiperinflação alemã nos anos 20*. 2 ed. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1989.
- CAMPOS, Augusto; CAMPOS, Haroldo de; SCHNAIDERMAN, Boris. *Poesia Russa Moderna – Nova Antologia*. São Paulo: Brasiliense. 1985.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Editora Xamã, 1996.
- _____. *Mundialização Financeira*. São Paulo: Editora Xamã, 1998.

_____. La récession mondiale: moment, interprétations et enjeux de la crise. *Carré Rouge*, n. 39, déc. 2008.

_____. *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ENGELS, Friedrich. Introdução à Guerra civil na França. In: *Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

FINE, Ben; HARRIS, Laurence. *Para Reler o Capital*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FLAUBERT, Gustave. *A Educação Sentimental*. Rio de Janeiro: Jackson Inc, 1959.

FOSTER, John Bellamy. *A Ecologia de Marx*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

FRIEDMAN, Milton. *There's No Such Thing as a Free Lunch*. Open Court Publishing Company, 1975.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1976)*. 1 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

GOETHE, Johann Wolfgang Von. *Fausto*. São Paulo: Editora 34, 2004.

GORZ, Andre. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

GRESPLAN, Jorge. *O Negativo do Capital*. São Paulo: Ideias Baratas, 2012.

GROSMANN, Henryk. *La Ley de la Acumulación y del Derrumbe del Sistema Capitalista*. México: Siglo Veintiuno, 1979.

HABERMAS, Jürgen. *Les démocrates doivent avoir du respect pour des personnes comme Snowden*. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/idees/article/2013/08/12/les-democrates-doivent-avoir-du-respect-pour-des-personnes-comme-snowden_3460459_3232.html?xtmc=habermas&ctcr=6>. Acesso em: 30 ago. 2013.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. *A Companion to Marx's Capital*. London: Verso, 2010.

HARVEY, David. *Até agora, o combate à crise resolveu a situação de uma minoria, que acumula grandes riquezas à custa da maioria*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2720:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 15 set. 2013.

HARVEY, David. *A Companion to Marx's Capital*. London: Verso, 2010.

HARVEY, David. *Los Limites del capitalismo y la teoria marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HILFERDING, Rudolf. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOLLOWAY, John. *Cambiar el mundo sin tomar el poder: el significado de la revolucion hoy*. Barcelona: Viejo Topo, 2002.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

JOHSUA, Isaac. Desde 1929 a 2009, hablar del capital es hablar de su crisis. In: *La Crisis de 1929*. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2012.

KAUTSKY, Karl. *El Camino del Poder*. México: Pasado y Presente, 1978.

KLAGSBRUNN, Victor Hugo. Considerações sobre a categoria dinheiro de crédito. Ensaio FEE, Porto Alegre, ano 13, n. 2, 1992.

LÊNIN, Vladimir Illitch. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 1982.

_____. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 1984.

_____. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: USP, 1964.

LOUREIRO, Isabel. *A Revolução Alemã*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

LÖWY, Michael. *Crise ecológica, capitalismo e altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista*. Disponível em: <www.socialismo.org.br>.

_____. *Ecossocialismo e planejamento democrático*. Disponível em: <www.socialismo.org.br>.

LUKÁCS, György. *Lênin*. Buenos Aires: Ediciones ryr, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação de Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. *A Formação do Pensamento Econômico de Marx*. Coimbra: Ed. Centelha, 1978.

_____. *El Capital: Cien Años de Controversia em torno da Obra de Marx*. México: Siglo Veintuno, 1985.

MARIUTTI, Eduardo Barros. *Colonialismo, Imperialismo e Desenvolvimento Econômico Europeu*. Ano de obtenção: 2003.

MARX, Karl. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. *Acerca Del Colonialismo*. URSS: Editorial Progreso, 1981.

_____. *Collected Works*. New York: International Publishers, 1974.

_____. Crítica ao Programa de Gotha. In: ANTUNES, Ricardo. *A Dialética do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. México: Siglo Veintiuno, 2009.

_____. *El Capital*. México: Siglo Veintiuno, 1981.

_____. *Il Capitale. Critica dell'Economia Politica*, Roma: Editori Riuniti, 1964.

_____. Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. In: Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. *O Capital*. Livro 1, v. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *O Capital*. Livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *O Capital*. Livro 1, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *O Capital*. Livro 3, v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *O 18 Brumário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *The Russian Menace to Europe*. London: Paul Blackstock and Bert Hoselitz, 1953.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____. *O Século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental. In: *Trabalho & Sociedade*, v. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

POULANTZAS, Nicos. *Teoría e historia en la interpretación de El Capital*. In: *Estudios Sobre El Capital*. México: Siglo Veintiuno, 1987.

RIMBAUD, Arthur. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2009.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e Estrutura de “O Capital” de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EdUERJ; Contraponto, 2001.

ROUBINI, Nouriel. *A economia das crises: um curso-relâmpago sobre o futuro do sistema financeiro internacional*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

THERBORN, Göran. Class in the 21st Century. In: *New Left Review*, n. 78, nov.-dec. 2012. Disponível em: <<http://newleftreview.org/II/78/goran-therborn-class-in-the-21st-century>>. Acesso em: 24 set. 2013.

TROTSKY, Leon. *El capitalismo y sus crisis*. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2008.

ŽIŽEK, Slavoj. *A primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.